



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

UM ESTUDO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO
DA PALAVRA *ESCRavidÃO* EM
DICIONÁRIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO CARLOS
2019



Universidade Federal de São Carlos

Winnie Tathiane Dourado

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

UM ESTUDO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DA PALAVRA *ESCRAVIDÃO*
EM DICIONÁRIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

WINNIE TATHIANE DOURADO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Carolina de Paula Machado

São Carlos - São Paulo - Brasil

2019

Dourado, Winnie Tathiane

UM ESTUDO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DA PALAVRA
ESCRavidÃO EM DICIONÁRIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA / Winnie
Tathiane Dourado. -- 2019.

112 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus São
Carlos, São Carlos

Orientador: Profa. Dra. Carolina de Paula Machado

Banca examinadora: Profa. Dra. Soeli Maria Schreiber da Silva, Profa.
Dra. Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira

Bibliografia

1. escravidão. 2. dicionário. 3. designação. I. Orientador. II.
Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Ronildo Santos Prado – CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Winnie Tathiane Dourado, realizada em 29/05/2019:

Carolina de Paula Machado

Profa. Dra. Carolina de Paula Machado
UFSCar

Soeli Maria Schreiber da Silva

Profa. Dra. Soeli Maria Schreiber da Silva
UFSCar

Profa. Dra. Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira
UEMS

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Carolina de Paula Machado

Profa. Dra. Carolina de Paula Machado

Resumo:

A partir dos conceitos da teoria da Semântica do Acontecimento, conforme proposta por Guimarães (2002), tais como *designação* e *reescrituração*, propomo-nos analisar a significação da palavra *escravidão* nos dicionários de língua portuguesa. Temos em vista este objeto – o dicionário – como um instrumento linguístico não isento ao real, e, como diz Auroux (1992, p. 70) isto “significa que o aparecimento dos instrumentos linguísticos não deixa intactas as práticas linguísticas humanas”. Especificamente, o objetivo desta dissertação é responder os seguintes questionamentos: com o final da escravidão, o sentido dessa palavra e os seus usos foram afetados? O que, de acordo com alguns dicionários, significou e significa a *escravidão*? Partindo dessas questões, o *corpus* desta dissertação é composto por definições lexicográficas de dicionários da língua portuguesa que abarcam os períodos do século XVIII, XIX, XX e XXI. Esses dicionários são de circulação impressa e eletrônica, e variam desde o Vocabulário Português e Latino de *Raphael Bluteau* (1712 -1728), considerado um marco da lexicografia portuguesa até a atualmente muito utilizada versão digital do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa do *Instituto Antônio Houaiss* (2009). Ao final conseguimos apontar traços que caracterizam uma definição lexicográfica e por meio das análises percebemos um silenciamento da escravidão dos negros do Brasil, o que acontece nos dicionários durante e pós o período escravocrata.

Palavras-chave: escravidão; dicionário; designação; reescritura.

Abstract:

From the concepts of the theory of Semantics of the Event, as proposed by Guimarães (2002), such as *designation* and *rewriting*, we propose to analyze the meaning of the word *slavery* in Portuguese language dictionaries. We have in mind that this object - the dictionary – is conceived as a linguistic instrument not excused from the reality, and, as Auroux (1992: 70) says, "it means that the appearance of linguistic instruments does not leave intact the human linguistic practices." Specifically, the objective of this dissertation is to answer the following questions: with the end of slavery, the meaning of this word and its uses have been affected? What, according to some dictionaries, did and does slavery mean? Based on these questions, the *corpus* of this dissertation is composed of lexicographic definitions from Portuguese language dictionaries that cover the periods of the 18th, 19th, 20th and 21st centuries. These dictionaries are printed and electronic, ranging from the Portuguese and Latin Vocabulary of Raphael Bluteau (1712 -1728), considered a landmark of Portuguese lexicography to the currently widely used digital version of the Houaiss Dictionary of the Portuguese Language from the Antônio Houaiss Institute (2009). At the end we can point out traits that characterize a lexicographic definition and throughout the analyzes we perceived a silencing of the black slavery in Brazil, what happens in the dictionaries during and after the slave period.

Key words: slavery; dictionary; designation; rewriting.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 – O Dicionário.....	15
1.1 O Dicionário como Instrumento Tecnológico.....	15
1.2 A história das ideias linguísticas no Brasil.....	23
1.3 Os Dicionários no Brasil: Um Estudo Discursivo.....	29
CAPÍTULO 2 – Teoria e Abordagens do Objeto Dicionário.....	41
2.1 Semântica do Acontecimento – Preceitos Teóricos.....	41
2.1.1 O Conceito de texto para Guimarães.....	47
2.2 Semântica do Acontecimento – Análises do Dicionário.....	50
2.2.1 Análise da Palavra <i>Cidadania</i>	50
2.2.2 Análise da Palavra <i>Preconceito</i>	55
2.2.3 Análise do Dicionário de Competências da Petrobras.....	61
2.3 Semântica do Acontecimento: Algumas Considerações.....	64
CAPÍTULO 3 – Metodologia de Análise.....	65
3.1 O Domínio Semântico de Determinação.....	65
3.2 Constituição do Corpus.....	68
CAPÍTULO 4 – Análises.....	77
4.1 Análise 1.....	77
4.2 Análise 2.....	83
4.3 Análise 3.....	87
4.4 Análise 4.....	92
4.5 Análise 5.....	94
4.6 Análise 6.....	96
4.7 Análise 7.....	97
4.8 Análise 8.....	100
Considerações Finais.....	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	111

INTRODUÇÃO

Quando precisamos saber o significado de uma palavra, o que, normalmente, fazemos nos dias atuais? Nós a digitamos em nossos dispositivos digitais, normalmente em sites de busca, e esperamos para ver o resultado que será apresentado. Dessa maneira encontramos o seu significado. Atualmente, temos a facilidade devido à tecnologia, entretanto, nem sempre a busca pelo sentido de uma palavra se deu dessa maneira e mesmo com tanta facilidade. Este privilégio ainda é de poucos.

Mesmo com muitas ferramentas de consulta e dicionários de consulta online, o dicionário de papel (em formato de livro/guia) ainda é considerado o de maior prestígio de consulta, é ele, por exemplo, que é dado nas escolas para os alunos em processo de alfabetização. Contudo, temos alguns pré-conceitos sobre o dicionário e sobre a imagem que o mesmo possui, são eles: que o dicionário é utilizado para saber o REAL e ÚNICO(S) significado(s) de uma palavra; que também pode ser utilizado quando queremos saber a escrita de uma palavra, sua pronúncia, suas informações gramaticais; e basicamente é a transcrição da realidade/sentido em uma forma de arquivo. Contudo, além de ser um objeto de consulta, uma ideia de transparência do dicionário parece ser errônea, se não, não seria necessária a existência de tantos dicionários no mesmo momento.

Ao considerar o dicionário, inicialmente pensamos que a sua função seja nos apresentar o significado de uma palavra em uma determinada língua – assim o dicionário seria apenas um mediador – desenvolvido pelo lexicógrafo de maneira imparcial – entre o sentido e a língua; contudo o dicionário é um instrumento mais complexo. É necessário entendê-lo de acordo com Auroux (1992, p. 70) que nos diz que “o aparecimento dos instrumentos linguísticos não deixa intactas as práticas linguísticas humanas”.

Optamos então por analisar uma palavra do dicionário que tem um impacto muito grande na história do Brasil – a escravidão. Essa palavra é muito estudada no período de aprendizado na matéria de história, mas queremos ver como este termo, **escravidão**, é significado no meio de consulta que é o dicionário.

Boris Fausto em História do Brasil (1998) nos fala que de início a escravidão foi pensada para ser trabalho dos índios, contudo, três fatores impediram que esta

escravização seguisse adiante. O primeiro deles era o confronto da igreja com a colônia pois a igreja pretendia catequizar os índios; o segundo fator foi que os índios tinham maior conhecimento geográfico do Brasil então suas escapadas eram constantes; e o terceiro fator foi que o trabalho que os índios costumavam realizar eram apenas voltados para a sua subsistência, o que não era a característica que os Portugueses buscavam para o trabalho no Brasil-colônia. Já tendo contato com as colônias na África, os escravos que foram trazidos para o Brasil já sabiam como trabalhar tanto quanto com o ferro como a criação de gado e estando em um território não familiar, suas fugas seriam mais difíceis, o que, na visão dos portugueses, faziam sua mão-de-obra mais vantajosa para o trabalho no Brasil.

Em decorrência da escravização dos africanos, no lugar dos índios, Boris Fausto retoma que este processo não foi pacífico. As fugas e resistências eram cotidianas e deram origem aos quilombos, sendo o mais famoso deles o de Palmares, localizado no estado de Alagoas (sucumbindo em 1695). Mesmo com toda a resistência, as mesmas não foram suficientes para mudar a mão-de-obra do Brasil e os negros escravos foram obrigados a se adaptarem a ele. “Lembremos que, ao contrário dos índios, os negros eram desenraizados de seu meio, separados arbitrariamente, lançados em levadas sucessivas em território estranho”. (FAUSTO, B. 1998, p.52)

Boris Fausto nos fala como a Igreja e a Coroa viam a escravização dos negros, de maneira a justificá-la:

Nem a Igreja nem a Coroa se opuseram à escravização do negro. Ordens religiosas como a dos beneditinos estiveram mesmo entre os grandes proprietários de cativos. Vários argumentos foram utilizados para justificar a escravidão africana. Dizia-se que se tratava de uma instituição já existente na África e assim apenas transportavam-se cativos para o mundo cristão, onde seriam civilizados e salvos pelo conhecimento da verdadeira religião. Além disso, o negro era considerado um ser racialmente inferior. No decorrer do século XIX teorias pretensamente científicas reforçaram o preconceito: o tamanho e a forma do crânio dos negros, o peso de seu cérebro etc. “demonstravam” que se estava diante de uma raça de baixa inteligência e emocionalmente instável, destinada biologicamente à sujeição. (FAUSTO, B., 1998, p. 52)

Na questão legislativa os escravos negros possuíam muito menos direitos. Mesmo com ressalvas, havia leis de proteção à escravidão dos índios, já para os negros, esses não possuíam direito algum principalmente porque eram considerados juridicamente como coisa e não pessoa.

Como podemos perceber, o período de escravidão no Brasil (1550 - 1888) é composto não somente pela vinda de negros para serem escravos no Brasil. A escravidão dos negros envolve toda uma mão-de-obra necessária para o trabalho na colônia, o pensamento da Coroa de Portugal, da Legislação do País e até mesmo da Igreja Católica da época, que distinguiam a salvação dos índios e o trabalho do escravo negro.

A escravidão dos negros africanos foi, e ainda é, um assunto de grande importância para o Brasil pois ainda, nos dias de hoje, é preciso lidar com a herança histórica do racismo. A história relata os fatos passados, e como o dicionário traz todo esse processo em sua significação? A maneira de olhar para este instrumento continua sendo de pensá-lo como apenas descrevendo os sentidos, mas nos questionamos sobre qual é e o que é, de fato, a **escravidão** descrita no dicionário.

Temos então como objetivo analisar como, se com o final da escravidão, os sentidos e usos desta palavra mudaram? O que, de acordo com os dicionários, significou e significa **escravidão**? Com estas questões, buscamos entender o que a palavra **escravidão** designa nos dicionários de língua portuguesa e compreender qual(is) visão(ões) da história sobre a sociedade é(são) descrita(s) nos dicionários.

Ao analisarmos o termo **escravidão**, buscamos compreender mais sobre o processo de atribuição dos sentidos do instrumento dicionário e quais são os valores que representam determinadas épocas e que estão significados dentro das definições lexicográficas analisadas. Temos em vista analisar também como funciona um dicionário, de que maneira o mesmo se caracteriza e atribui sentido ao termo analisado.¹

Analisamos o termo **escravidão**, a partir da Semântica do Acontecimento de Eduardo Guimarães, na qual a significação é dada pelo acontecimento da enunciação e é isso que caracteriza o seu modo de fazer análise semântica. O termo analisado semanticamente, não fica só na palavra, mas é a palavra que traz e caracteriza algo do real, e rememora sentidos, isso faz com que sua significação seja única.

Dentro desta teoria abordamos os conceitos de designação, reescrituração, articulação e cena enunciativa, etc., que nos ajudam a entender qual o sentido da palavra

¹ Esta dissertação está inserida no projeto regular intitulado "Argumentação, textualidade e designação na Semântica do Acontecimento: os sentidos nos diferentes modos de escravidão" de apoio FAPESP (processo 2015/16397-2) coordenado pela Profa. Dra. Soeli M. S. da Silva.

que é construído no texto, também observamos quais memoráveis estão presentes nas significações, ou seja, qual história (ou parte dela) que é dita ao olharmos para a **escravidão** no dicionário. Além disso, quando necessário olhamos para a Cena Enunciativa do termo analisado, que se trata da divisão dos lugares de dizer, ou seja, quem é que fala sobre a língua? Fala de que posição de enunciador? E para esquematizar os sentidos de **escravidão** trabalhamos com o modelo metodológico do Domínio Semântico de Determinação (DSD) para esquematizar e melhor entender as reescrituras que determinam os sentidos de **escravidão** nos dicionários.

O *corpus* desta dissertação é composto das definições lexicográficas de dicionários que são relevantes na história da lexicografia de língua portuguesa, não só em meio impresso, como também digital, desde o século XVIII até os dias atuais. São eles:

- Vocabulário portuguez e latino de *Raphael Bluteau* (1712 -1728);
- Diccionario da lingua portugueza de *Antonio de Moraes Silva* (1789);
- Diccionario Contemporaneo da Língua Portuguesa de *Francisco Júlio Caldas Aulete* (1881);
- Diccionario da lingua portugueza de *Antonio de Moraes Silva* (1889);
- Novo Diccionario da Língua Portuguesa de *Cândido de Figueiredo* 4ª edição (1926);
- Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa de *Laudelino Freire* (1939);
- Dicionário da Língua Portuguêsa de *Antenor Nascentes* (1964);
- Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguêsa CALDAS AULETE de *Francisco Júlio Caldas Aulete* 5ª edição (1970);
- Novo Dicionário da Língua Portuguesa de *Aurélio Buarque de Holanda Ferreira* (1975);
- Versão Impressa do Dicionário Houaiss da língua portuguesa do *Instituto Antônio Houaiss* (2001);
- Versão digital do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa do *Intstituto Antônio Houaiss* (2009).

No primeiro capítulo, buscamos entender mais como funciona o objeto no qual se encontra o termo **escravidão** que estamos analisando – trata-se, então, do dicionário. Para tanto, colocamos em cena o conceito de instrumento linguístico, trazido no livro **A Revolução Tecnológica da Gramatização (1992)**, Silvain Auroux. Assim, mostramos como o autor faz o percurso histórico (numa visão europeia) da gramatização que começa com a revolução da escrita, passa pelas listas de palavras e chega aos dicionários e gramáticas atuais. O autor nos mostra que nada nesse processo é arbitrário, ou seja, se dá por si só, mas que depende do meio no qual o instrumento linguístico se encontra. Como difusão da disciplina História das Ideias Linguísticas de Silvain Auroux, temos, no Brasil, Eni Orlandi (2001 e 2002) com alguns apontamentos sobre o funcionamento dos instrumentos linguísticos e a sociedade brasileira. Tratando mais especificamente do processo de dicionarização de Língua Portuguesa, trazemos a visão do autor Nunes do livro **Dicionários no Brasil: Análise e História do Século XVI ao XIX (2006)**. Ele nos mostra como no decorrer da história, de maneira discursiva, os dicionários vão surgindo para atender certas demandas contextuais, ou seja, isso nos mostra que os dicionários são fruto de seus contextos históricos, e nos resta analisar se o seu conteúdo também é.

No segundo capítulo, abordamos a teoria em que se baseia este trabalho, que se trata da teoria da Semântica do Acontecimento de Guimarães (2002). Além dos conceitos já mencionados, trazemos a noção de texto enquanto uma unidade de sentido, o que caracteriza a definição de **escravidão** dos dicionários analisados, dentro deste conceito. Ademais, trazemos um exemplo de análise de Oliveira (2006) que trabalhou também com os dicionários, mas com o termo *cidadania*; a dissertação de Paula Machado (2007) que analisou o termo *preconceito* em diferentes dicionários; e abordando um dicionário não convencional, mas sim um dicionário de competências, temos a análise de Nogueira (2012). A cada análise vemos como a teoria de Guimarães tornou-se mais complexa ao longo dos anos, enriquecendo então as análises.

No terceiro capítulo, veremos quais conceitos metodológicos (além dos teóricos apresentados no capítulo anterior) serão necessários para as análises, sendo eles os conceitos de Designação e Reescritura presentes no Domínio Semântico de Determinação (DSD). Também no capítulo 3 justificaremos a escolha de cada dicionário que compõe esta dissertação, de acordo com o que outros autores com Nunes,

Oliveira, e Paula Machado mencionaram em seus textos e também com um resumo dos prefácios dos dicionários.

No quarto capítulo, temos as análises realizadas dos dicionários que compõem o *corpus*, com uma reflexão dos dados já percebidos por nós nos primeiros dicionários analisados. Os dicionários do *corpus* mostram uma relação com a história e a catequização dos índios, mas deixam apagado o processo de escravidão que os negros sofreram no Brasil.

Com as análises percebemos como os elementos de reescrituração e articulação são importantes para a construção das palavras em textos. Também pudemos descrever como funciona a estrutura do dicionário tanto digital quanto física, que parte da palavra-entrada, informações gramaticais e fonéticas e sua definição que se modificou com o tempo e se tornou mais científica. Em síntese, percebemos com as análises que há um silenciamento nos dicionários da escravidão dos negros no Brasil, vista sobre perspectivas diferentes, que vão desde o discurso religioso até o discurso científico, mas na verdade o que se tem é uma naturalização da posição sócio-histórica que os africanos e afro descendentes ocupam em nossa sociedade desigual no qual eles ocupam, muitas vezes posições inferiores e possuem menores oportunidades em nosso país.

CAPÍTULO 1 – O Dicionário

Comumente o dicionário é abordado dentro do âmbito da lexicografia e lexicologia, mas com este capítulo, pretendemos mostrar o dicionário em um contexto diferente. A partir de uma perspectiva que olha para os sentidos dos dicionários não de maneira arbitrária e sim enunciativamente, entendendo o dicionário como um instrumento linguístico que possui uma origem não arbitrária, mas sim fruto do âmbito social em que se encontra. Para tanto este capítulo tem como objetivo situar em quais condições entendemos o que é este objeto chamado dicionário.

1.1 O Dicionário como Instrumento Tecnológico

Em seu livro a “Revolução Tecnológica da Gramatização”, Aurox (1992) diz que todo saber é um “produto histórico”. Isto significa que o saber está a todo momento em contato com as tradições e o contexto. Para esse princípio, os saberes, sendo eles situados em espaço-tempo diferentes, não possuem justificativa para serem organizados da mesma maneira ou que selecionem os mesmos traços fenomenológicos. Como exemplo, as línguas como sendo diferentes entre si, não fazem parte dos mesmos fenômenos, mas estão inseridas em práticas sociais diferentes. Além da língua mencionada por Aurox, podemos entender o dicionário como um saber de um determinado idioma, sendo então um produto histórico de um determinado contexto. Contudo, além das diferenças, é necessário pensar nas *analogias*, sendo elas, segundo o autor, aquelas que afetam a relação entre a realidade dos fenômenos e as situações cognitivas. As analogias, e não as intuições (nesse princípio), são as responsáveis por explicar o motivo no qual determinados elementos históricos parecem ser recorrentes.

A história das representações linguísticas entende o “*limiar da escrita*” – esta é considerada por Aurox (idem) como sendo a primeira revolução tecnológica – como sendo algo “fundamental” pois não importa a cultura sempre encontramos elementos que passam do epilinguístico ao metalinguístico², seja de palavras metalinguísticas, práticas de linguagem, diferenciação linguística ou até mesmo questionamentos sobre a origem da linguagem e sobre a identidade/diferença das línguas.

² O epilinguístico é uma reflexão sobre a língua em contexto de uso, já o metalinguístico é a criação de uma linguagem para se falar sobre uma outra linguagem, ou seja, o dicionário pode ser entendido como metalinguístico mas estamos também fazendo uma reflexão sobre o mesmo.

Essa transformação entre epilinguístico e metalinguístico é o nascer do que entendemos como saber (meta)linguístico. Ou seja, a metalinguagem é responsável pelas diversas manipulações que a linguagem oferece em si mesma. A este saber linguístico o Ocidente designou boa parte às gramáticas. O aparecimento da escrita é um processo que objetiva a linguagem, assim, de representação metalinguística de grande consideração e sem algum equivalente anterior, na visão do autor. A escrita tem este papel tão importante na origem das tradições linguísticas não sendo um saber linguístico novo nele mesmo, mas sim no decorrer de um processo histórico complexo. A escrita somente é condição de possibilidade do saber linguístico se por ela se entender, como propõe o autor, o desenvolvimento e um modo de transmitir um saber metalinguístico que está codificado, em relação às artes da linguagem.

Sobre a escrita, Aurox nos fala:

Como nasce espontaneamente a partir daí uma tradição de saber linguístico? (...) A escrita produz textos, em particular textos literários. Mesmo que seja evidente que toda escrita supõe normas, notadamente estilísticas, ela não parece produzir espontaneamente uma reflexão sobre a natureza da linguagem, até mesmo um saber codificado dos processos de linguagem a partir de suas técnicas próprias. O que aparece em primeiro lugar são as listas de palavras (...). Mas o que faz deslanchar verdadeiramente a reflexão linguística é a *alteridade*, considerada essencialmente do ponto de vista da escrita. (AUROUX, 1992, p. 22)

Aurox nos fala que houve primeiro as listas de palavras pois até hoje temos este tipo de saber metalinguístico em uso, seja com listas de palavras específicas (listas de termos, por exemplo), ou mesmo os dicionários que representam as listas de palavras de uma língua em geral.

O autor explica que o saber linguístico que surge das tradições resulta do fato de que a escrita fixa a linguagem, objetiva a alteridade e apresenta para o sujeito, por meio dela, algo a ser resolvido. A alteridade pode aparecer de diversas fontes: de um texto canônico, de textos ou palavras estrangeiras para transcrição, da mudança de um estatuto do texto e com isso sobre o saber da ciência da linguagem tem inicialmente o surgimento da filologia (estudo da origem das palavras/línguas) e da lexicologia (estudo das palavras).

Tem-se o primeiro conhecimento, no início do século XX, dos paradigmas sistemáticos e de um modo de terminologia gramatical. Esse paradigma nasceu da necessidade de compreender um texto. A gramática, como a entendemos atualmente, é

uma técnica escolar destinada às crianças com necessidades de melhor dominar a sua língua. Antigamente não se tinha a ideia de fazer uma gramática – entendida como um conjunto de regras que explicam a construção de palavras – para o aprendizado da fala.

O aprendizado de uma língua se dá de maneira espontânea – ou seja, falando. Contudo, há algo que, segundo o autor, parece certo: se há o sistema da escrita, este é um procedimento com regras que precisam ser aprendidas sendo este também um fato que mostra e o papel da escrita no desenvolvimento dos saberes linguísticos.

A gramática, segundo Auroux,

foi durante dois milênios uma das formas de saber linguístico mais trabalhados no Ocidente, repousa sobre o recorte da cadeia falada (ou escrita na maior parte dos casos), isto é, sobre o reconhecimento das unidades e – ao contrário da lexicografia – sua projeção sobre uma dimensão paradigmática que rompe com a linearidade desta cadeia. Vimos como um saber de tipo gramatical podia nascer da prática textual na base de uma prática da escrita. Se esses elementos desempenham um papel, não são necessariamente decisivos. O reconhecimento das unidades se prende frequentemente a outras práticas e a outros saberes sociais. (AUROUX, 1992, p. 26)

Auroux fala da importância da inovação da imprensa para este saber linguístico em relação às técnicas de escrita, suporte e difusão; a imprensa é decisiva para a gramatização e padronização dos vernáculos europeus. Assim, “as grandes transformações dos saberes linguísticos são, antes de tudo, fenômenos culturais que afetam o modo de existência de uma cultura do mesmo modo que elas procedem” (AUROUX, 1992, p. 29). Além da imprensa Auroux nos traz o Renascimento como um ‘macroacontecimento’ muito importante na Europa para o domínio dos saberes linguísticos. Neste caso, o contato linguístico foi elemento determinante do saber linguístico codificado e as gramáticas tornaram-se as mestras da técnica do conhecimento das línguas.

Auroux considera o período entre século V e o século XIX como sendo o período de desenvolvimento das concepções linguísticas europeias. No decorrer dos treze séculos que Auroux menciona, é possível perceber o desenrolar de um processo singular no seu gênero, a *gramatização massiva*, que parte de uma tradição linguística inicial – a tradição greco-latina – das línguas existentes no mundo. Esta *gramatização* constituiu o que o autor considera como a “*segunda revolução técnico-linguística*” cujas consequências práticas para a sociedade são muito importantes. Para o autor, o desenvolvimento da escrita, 3000 a.C. teria sido a primeira revolução.

Uma informação importante trazida por Sylvain Aurox é que dentro deste período “aparece o dicionário monolíngue sob a forma que ainda conhecemos” (AUROUX, 1992, p. 36). “Como já notamos, o fato de que a análise linguística – unificada em seus padrões teóricos – tenha por objetivo a diversidade empírica das línguas, explica largamente as características das ciências da linguagem como as reconhecemos hoje” (AUROUX, 1992, p. 36). De acordo com o autor, a segunda revolução técnico-linguística tem como eixo o Renascimento. Não há nada em comparação qualitativa ou quantitativa ao processo no decorrer do final do século XV das línguas que vão dominar, deste período em diante, a história da Europa – Aurox cita o italiano, espanhol, francês, português, alemão, inglês, húngaro, polonês e o velho eslavo.

Para Aurox não é a produção em si mesma de gramáticas e dicionários que ele observa, mas a contingência histórica na qual esses instrumentos foram produzidos consolidando-se, assim, o processo de gramatização massiva na Europa que mudou a relação entre as línguas e os falantes. Ou seja, a produção de gramáticas e dicionários dá-se por certas necessidades, em certa conjuntura histórica e afeta profundamente as línguas gramatizadas. O dicionário, como ele mostra, também é parte dessa gramatização, ele também é produzido em certos contextos, para determinados fins. Assim analisar o sentido da palavra escravidão é importante também porque as definições vão espelhar a posição do lexicógrafo, ou seja, o lugar social de onde o lexicógrafo se posiciona dentro das relações sociais de uma época, por mais que ele busque a neutralidade, a objetividade, a cientificidade do saber linguístico da lexicologia e da lexicografia.

O latim permaneceu por vários séculos como sendo a língua privilegiada para o desenvolvimento científico e como característica da elite. Contudo, as práticas espirituais (como a Reforma de Lutero) se apoiam nas línguas vernáculas – fato esse que corresponde a uma política linguística. Todavia, esta política não se aplica única e exclusivamente nessa Reforma (sendo assim mal-entendida); Aurox nos fala de três elementos que foram fundamentais para a gramatização dos vernáculos: a *renovação da gramática latina*, a *imprensa* e as *grandes navegações*.

O primeiro elemento corresponde a uma recusa da gramática latina. O Humanismo na Itália tendeu a ‘restaurar’ a beleza do latim clássico dos textos antigos,

recusando assim essa gramatização latina de grande influência vernácula, pois os vernáculos eram considerados medievais e bárbaros.

O segundo elemento corresponde à extensão da imprensa que é anterior à gramatização dos vernáculos e “é por isso que se deve considerar que as duas fazem parte da mesma revolução técnico-linguística” (AUROUX, 1992, p. 51). A imprensa torna possível uma mudança de dimensão no fenômeno da escrita pois o livro é diferente do pergaminho ou dos manuscritos medievais. Com a imprensa se polariza as cópias e na história do saber é adjunto os textos, glosas e comentários. O maior diferencial proporcionado pela imprensa foi que, diferentemente dos pergaminhos e manuscritos – que eram feitos à mão –, tem-se a partir de então a normalização dos vernáculos e sua standardização sobre questões de ortografia, pontuação, morfologia e entre outros, de forma que “a difusão do livro impõe, então a constituição de um espaço ilimitado no qual cada idioma, liberado da variação geográfica, se torna isótopo” (AUROUX, 1992, p. 52).

O terceiro elemento corresponde à exploração e colonização da África, América e Ásia pelos europeus tornando simultâneo o período de gramatização das línguas no mundo. Se durante o Renascimento houve a passagem dos humanistas aos cientistas, no período dos missionários e das grandes navegações passa-se dos humanistas aos antropólogos (que estudam a natureza humana). Durante os séculos XV ao XVIII as ciências humanas – que correspondiam à gramática, geografia e etnografia – superavam social e economicamente o desenvolvimento das ciências da natureza.

Auroux explicou o fato da gramatização, agora ele explica o conceito: “por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. (AUROUX, 1992, p. 65)

O que se entende por gramática (também pensando no dicionário) de uma língua L deve conter uma categorização das unidades desta língua, exemplos e regras que ajudam na construção de enunciados. Os paradigmas começam a aparecer de forma progressiva nas gramáticas dos vernáculos europeus servindo como uma maneira de entender a realidade de uma língua. São estes paradigmas um conjunto de regras que possuem função de gramática e seu conteúdo gramatical, relativamente estável, é composto pela ortografia/fonética, discurso, morfologia, sintaxe e figuras de construção.

Sobre os exemplos, Auroux nos diz que:

os exemplos se beneficiam de uma espantosa estabilidade no tempo; nós reencontramos, por um procedimento de tradução, de língua a língua. A constituição de um *corpus* de exemplos é um elemento decisivo para a gramatização. De um lado, ele é evidentemente o núcleo da língua normatizada. Do outro, sendo construtos teóricos (mesmo quando, ao invés de serem fabricados, eles provêm de citações ou de excertos de um *corpus*), os exemplos testemunham sempre uma certa realidade linguística. Eles podem não somente disfarçar a ausência de certas regras (ou a impossibilidade na qual se encontra o gramático de formulá-las (...)) como, quando necessário, podem ser invocados contra regras e a descrição morfológica, ou ainda servir posteriormente para justificar outras descrições e outras regras. (AUROUX, 1992, p. 67)

Supõe-se que para categorizar as unidades é necessário termos teóricos e uma fragmentação da cadeia falada. As partes do discurso, suas definições e propriedade que compõem os termos teóricos e a fragmentação é uma representação teórica da língua. As regras podem ser vistas como prescrições (diga isso, não diga isso) ou como descrições (na língua L o enunciado X está correto). “Toda gramática equivale pois a um corpus (mais ou menos explícito) de afirmações suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas. É por aí que ele é uma descrição linguística”. (AUROUX, 1992, p. 68)

“A gramática não é uma simples descrição da linguagem natural, é preciso concebê-la também como *instrumento linguístico*”, ela “prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras” (AUROUX, 1992, p. 69). Esta compreensão de Auroux em relação ao instrumento linguístico se torna ainda mais verdadeira tratando-se do dicionário,

qualquer que seja minha competência linguística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários monolíngues que serão produzidos a partir do final do Renascimento (o contrário tornaria estes dicionários inúteis a qualquer outro fim que não fosse a aprendizagem de línguas estrangeiras). Isto significa que o aparecimento dos instrumentos linguísticos não deixa intactas as práticas linguísticas humanas. (AUROUX, 1992, p. 69-70)

Com a gramatização – a escrita e em seguida a imprensa – constitui-se os *espaços/tempos de comunicação*. A gramatização modificou de maneira profunda a ecologia da comunicação e as línguas “não-instrumentalizadas” foram expostas ao que Auroux chama de *linguicídio* de maneira voluntária ou involuntária. “Foi deste fenômeno complexo, ao mesmo tempo teórica e praticamente, que quisemos dar conta do conceito de *gramatização*” (AUROUX, 1992, p. 70). Auroux também nos fala que se

sabe que a norma escrita que advém das gramáticas modifica as pronúncias, suscita novas associações semânticas ou até novas interpretações morfológicas. Vemos com isso que os dicionários, assim como as gramáticas, afetam a relação entre as línguas, pois algumas línguas são “gramatizadas” de acordo com certos interesses enquanto outras são deixadas de lado e acabam por desaparecerem.

Os dicionários – da maneira como são entendidos atualmente – não fazem parte da tradição linguística inicial. Segundo o autor, a gramática dá suporte para a produção e decomposição de enunciados enquanto o dicionário fornece itens para arranjar ou interpretar os mesmos.

A lexicologia é mais antiga que a gramática propriamente dita, o dicionário moderno não é anterior à imprensa e ao processo de gramatização dos vernáculos europeus. A lexicografia – ela corresponde a um texto disposto segundo uma certa ordem dada às palavras – se constituiu inicialmente segundo os seguintes eixos (AUROUX, 1992, p. 71)

As listas temáticas (de profissão como a medicina ou de um setor da realidade como as plantas) – estas são os instrumentos pedagógicos mais antigos da humanidade – , listas de palavras difíceis, listas de homônimos, lista de sinônimos, dicionários de rimas, léxico de um autor e entre outros. Estes dicionários são encontrados desde os gregos e na Idade Média são as glosas agrupadas que dão origem a glossários que explicam uma palavra mais difícil por outras mais fáceis no vernáculo.

Os dicionários monolíngues de usos nacionais possuíam a finalidade de gramatização das línguas nacionais. Ou seja, tinham a finalidade de normatização do idioma e lentamente eles se tornaram mais complexos “(marcação gramatical, codificação das formas de definição, pronúncia, sinônimos, homônimos, antônimos, marcação de domínios semânticos etc.), seguindo, quanto a isso, o destino de todos os objetos técnicos”. (AUROUX, 1992, p. 73)

A gramatização deve começar do primeiro aparecimento do saber metalinguístico de uma da língua L até suas gramáticas e dicionários. Deste modo, o processo de gramatização não tem fim, pois as línguas evoluem. Contudo, é possível entender o que significa para uma língua L dizer que a mesma “é gramatizada” – é quando é possível fala-la ou lê-la em outras palavras e aprendê-la por meio dos instrumentos linguísticos disponíveis.

Em definição, Auroux diz que,

o processo de gramatização que nos interessa aqui corresponde pois a uma transferência de tecnologia de uma língua para outras línguas, transferência que não é, claro, nunca totalmente independente de uma transferência cultural mais ampla. Importa levar em conta a situação dos sujeitos que efetuam a transferência, segundo eles sejam ou não locutores nativos da língua *para a qual* ocorre a transferência. Falaremos respectivamente de *endotransferência* e de *exotransferência*. (AUROUX, 1992, p. 74)

A gramatização faz com que uma língua seja instrumentalizada a partir do conhecimento linguístico que se tem de uma outra língua, havendo assim uma transferência cultural. Ou seja, as gramáticas, assim como os dicionários que são nosso interesse, além do conhecimento metalinguístico sobre uma língua, trazem, também, um saber cultural que acaba se difundindo sobre a cultura do povo cuja língua foi gramatizada. Assim, quando temos os dicionários de língua portuguesa que circulam no Brasil, que sentidos circulam nas definições lexicográficas? Como os lexicógrafos definem a escravidão, do ponto de vista da cultura portuguesa?

No caso da endogramatização, o vernáculo se torna uma língua de trabalho quando serve de mediação oral ou de glosa escrita para o texto latino, desta maneira, o uso do vernáculo é transparente a si mesmo. Se o vernáculo se torna opaco, ele se torna verdadeiramente um objeto devido ao seu contato com o latim. A gramática latina que era aprendida desde a infância, permitiu aos primeiros gramáticos dos vernáculos observarem fenômenos em suas próprias línguas. Já no caso da exogramatização o conhecimento epilinguístico é algo que faz falta tornando necessária a construção de técnicas de observação, introduzindo então o sistema de tradutores.³

Quando a gramática latina se torna uma matéria de ensino universitário, assim como a lógica, a sua orientação muda para uma disciplina abstrata e teórica, sofisticada, de possível argumentação, ou seja, a gramatização latina se torna uma ciência. A relação da gramatização com a língua latina torna-se muito particular, vendo a língua como canônica e abstrata, não havendo distância entre linguagem-objeto e metalinguagem. Em relação a gramática geral (que nasce depois da gramatização e

³ Para entendermos melhor, a endogramatização é quando a gramática surge das reflexões sobre a própria língua. Por exemplo, a gramática do latim. Nesse caso, o saber linguístico latino surge pela necessidade de se aprender, ensinar o latim. É com base nessa gramática que outras línguas são gramatizadas, ou seja, o saber gramatical produzido sobre o latim é usado para gramatizar outras línguas que não o latim. Nesse caso, poderíamos dizer que ocorre uma exogramatização assim como uma exotransferência cultural, como é o caso da gramatização das línguas indígenas pelos jesuítas.

eclode no século XVIII) se propõe a ser uma gramática de caráter comum a todas as línguas, sendo uma ciência da qual todas as línguas devem se submeter.

A história da gramatização olha para o saber de forma cumulativa e não descontinuada. O saber empírico é conservado e acumulado, sendo esta a possibilidade para que haja a gramatização. Contudo, é necessário olhar para o elementar para que as asserções não se tornem frágeis.

Retomando os pontos abordados por Auroux, o dicionário é tomado por nós como um instrumento linguístico. Ou seja, ele é parte do processo de gramatização das línguas. A gramatização interfere na relação entre as línguas e na própria língua que é instrumentalizada modificando-a. Além disso, como vimos há uma transferência cultural, além de uma transferência tecnológica do saber linguístico. Considerando o caso específico da língua portuguesa no Brasil, analisaremos também dicionários que foram produzidos em Portugal e utilizados no Brasil, assim como dicionários de língua portuguesa produzidos no Brasil. Considerando essa transferência cultural, é que perguntamos quais sentidos da palavra escravidão circulam nesses dicionários?

1.2 A história das ideias linguísticas no Brasil

No que se trata do âmbito dos estudos da disciplina História das Ideias Linguísticas no Brasil, Eni Orlandi (2001) foi a primeira que desenvolveu os estudos e pontos teóricos de Sylvain Auroux, ou seja, o olhar para os instrumentos tecnológicos (a gramática e o dicionário) em relação ao nosso país para melhor compreender o processo de constituição da língua nacional.

Ao pensarmos os instrumentos linguísticos no âmbito escolar eles passam a não ser somente artefatos ou auxiliares, mas parte constitutiva da história, ou seja, são também objetos históricos, com consequências nas políticas das línguas e, com isso, os instrumentos linguísticos interferem na relação do sujeito com a sociedade e a história e por esta relação são também constituídos.

O período condizente ao século XIX no Brasil foi importante não só por questões políticas, mas também para o desenvolvimento dos instrumentos linguísticos no país, o que nos explica Orlandi:

É um momento crítico na reivindicação por uma língua e sua escrita, por uma literatura e sua escritura, por instituições capazes de assegurar a legitimidade e a unidade desses objetos simbólicos sócio-históricos que constituem a materialidade de uma prática que significa a cidadania. A forma política dessa cidadania é a Independência e, em seguida, a República. A forma simbólica e a forma do sujeito que lhe corresponde não são menos decisivas. Essas práticas têm, de um lado, as Instituições, de outro a sua textualidade: gramáticas, dicionários, obras literárias, manuais e programas de ensino. (ORLANDI, 2001, p.8-9)

Um fator externo que influencia nos instrumentos de gramatização do nosso país é que desde o final do século XVI a língua da então colônia Brasil não é a mesma de Portugal embora fosse considerado que a língua era a mesma, o que acontece ainda nos dias de hoje. A legitimidade linguística da sociedade brasileira por meio das instituições só ocorreu no século XIX na Independência do Brasil e na criação de um Estado brasileiro entra em questão a língua nacional pois “Língua e Estado devem se conjugar em sua fundação”. (ORLANDI, 2001, p. 13)

No seu livro **História das Ideias Linguística**, Orlandi (2001) trabalha com a produção de gramáticas da língua portuguesa do Brasil que foram produzidas por brasileiros, com dicionários publicados no Brasil e em Portugal, com catecismos, fragmentos de relatos de viajantes e listas de palavras. Com seu estudo, Orlandi pretende estabelecer novas metodologias de trabalho na área da linguagem, redefinindo então este campo de estudo.

No artigo intitulado Formação de Um Espaço de Produção Linguística: a Gramática no Brasil, de Eni Orlandi e Eduardo Guimarães, (2001), os autores tratam da construção do instrumento linguístico ‘gramática’ de maneira conjunta com a história do Brasil.

Com a descoberta do Brasil em 1500 e sua colonização que começou em 1532 até os dias atuais, a língua portuguesa circula neste espaço-tempo, mas, o português não se dá de maneira homogênea, para melhor explicar esta relação do português, os autores acima mencionados separam em quatro momentos diferentes que vão desde 1532 com o início da colonização até o final do século XIX em que o português é tomado como língua nacional do Brasil.

O primeiro momento corresponde ao início da colonização até 1654 com a expulsão dos holandeses. Durante este período a língua portuguesa era falada pelos letrados que representavam uma minoria da população, sendo eles os grandes

proprietários de terras e alguns de seus funcionários. Em relação com o português, tinha-se a língua franca, ou língua geral que era falada pela maioria da população – a língua dos índios. Mesmo o português sendo uma língua de minoria, seu caráter era de extrema importância, pois era ensinado nas escolas católicas e usado em documentos oficiais representando assim a língua do Estado.

O segundo momento mencionado por Orlandi e Guimarães (2001) corresponde ao período de 1645 a 1808 com a chegada da família real ao Brasil. Sem os holandeses no espaço brasileiro os portugueses se expandem no território e crescem em número fazendo assim com que a língua portuguesa também seja falada por mais pessoas, o que muda a relação entre as línguas faladas no Brasil. Ademais, a escravidão no Brasil faz parte desta relação das línguas neste espaço, quanto mais aumentava a escravidão, aumentava também o contato dos locutores das línguas africanas com locutores do português e estes por sua vez vinham de diversas regiões de Portugal trazendo com eles diversos falares da língua portuguesa. O aumento de falantes de português em solo brasileiro implica em uma diminuição das línguas francas indígenas que foram ainda mais apagadas pela ação do Marques de Pombal ao proibir o ensino das línguas indígenas nas escolas para tornar o português obrigatório. “Neste novo espaço-tempo o português é uma só vez a língua do Estado e a língua dominante”. (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001, p. 23)

O terceiro momento se dá com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil até e compreende até 1826 onde se formula as questões de língua portuguesa como língua nacional. O Rei Dom João VI cria a imprensa no Brasil e a Biblioteca Nacional resultando um efeito de unidade do português, sendo esta a língua do Reinado Português.

O quarto e último momento começa quatro anos depois da Independência do Brasil, então em 1826. Em 1826 é proposto que os diplomas dos médicos fossem feitos no que era chamado de *linguagem brasileira*. Em 1827 é estabelecida uma lei de que os professores devem ensinar seus alunos a ler e escrever utilizando a *gramática da língua nacional*. Chamar o português desta época de língua nacional evita os usos de língua portuguesa e língua brasileira. Há uma relação entre língua e nacionalidade que excede as relações de língua sobre as outras ou até mesmo a relação língua e Estado e é neste sentido que a língua nacional do Brasil era tratada como diferente da de Portugal.

O que decorreu desta noção de língua nacional está ligado ao processo de gramatização brasileiro da língua portuguesa do Brasil que é posto em ação a partir da segunda metade do século XIX, fazendo com que o nosso país tenha seus próprios instrumentos de gramatização diferentes dos de Portugal.

No final do século XIX, há o aumento de trabalhos brasileiros de carácter intelectual e as gramáticas são uma de suas produções. Era necessário dar um que os brasileiros soubessem seu lugar e sua língua fizesse parte de um aparelho institucional e científico e, sobretudo, mostrar que o português do Brasil se afasta da tradição do português de Portugal.

A língua não era nova, mas as gramáticas e seus conteúdos e arranjos estruturais, que caracterizavam o português do Brasil, eram. Ainda no final do século XIX, os títulos das gramáticas e os estudos gramaticais produzidos na época criam um espaço de diferença para com a língua de Portugal. Este “novo” trazido pelas gramáticas do português do Brasil atestam a gramatização brasileira e é neste contexto a noção de *autor* torna-se fundamental, ou seja, há uma *função-autor-brasileiro da gramática* que distingue o processo de gramatização brasileiro com o praticado em Portugal.

Os autores das gramáticas ocupavam, além disso, outros cargos que condizem com o uso/ensino da língua, como professores, escritores, historiadores, ou jornalistas e com isso eles operam nas gramáticas por mais de um lugar na produção de efeitos de sentido da brasilidade; desta forma, os lugares sociais que a língua, a história e a literatura desempenham uma função na formação do Brasil.⁴

A fim de unificar as gramáticas produzidas no território brasileiro, em 1959 é instaurado pelo Ministério da Educação e Cultura a NGB – Nomenclatura Gramatical Brasileira com fazendo com que a posição original que os autores antes assumiam em suas gramáticas sejam substituídos por um padrão terminológico que lhes é imposto.

Orlandi e Guimarães resumem então a gramatização da língua nacional brasileira dentro da história das idéias linguísticas e nos dizem que o primeiro aspecto em relação à língua é com o intuito de evangelização, o que gera a gramatização das línguas indígenas para a tradução da religião. Da segunda metade do século XIX em

⁴ Nos questionamos então se estes mesmos fatores que influenciam o instrumento tecnológico de gramatização – gramática – também aparece como parte dos dicionários.

diante o papel dos estudos da linguagem no Brasil passa a ser não mais de Portugal, mas sim uma relação do português do Brasil com o seu próprio povo, os brasileiros.

Durante o processo de gramatização brasileiro, o que havia primeiro era a relação entre a palavra e a coisa, o que os autores Orlandi e Guimarães (2001) chamam de situação enunciativa I. Com o passar do tempo esta relação de diferença entre nome e coisa passa a ser de nome e nome, o que os autores chamam de situação enunciativa II. Desta forma enunciativa, o português estabelece em seu próprio espaço de enunciação uma relação de distinção entre na Europa e no Brasil, ocorrendo assim diferentes interpretações e deslizamentos de sentidos entre o português de Portugal e o português de Brasil e dentro deste segundo há também as diversas variedades de sentido presentes dentro do próprio país, ou seja, a variedade deste novo espaço de linguagem. É assim que “o português brasileiro é uma *historicização* singular, efeito da instauração de um espaço-tempo próprio, diferente do de Portugal”. (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001, p. 34)

Em outro livro, intitulado *Língua e Conhecimento Linguístico: Para uma História das Ideias no Brasil* (2002), Eni Orlandi, dá continuidade aos seus estudos dentro dos pressupostos teóricos colocados por Sylvain Auroux, contudo em uma relação com a análise de discurso para observar a história do nosso país no quesito da identidade linguística que acabou se tornando em observar a história da língua e do saber produzido sobre ela. A autora observa então a relação da constituição da nossa língua em relação com a produção das ideias linguísticas no Brasil olhando para o discurso documental, ou seja, para a memória institucionalizada.

Para melhor estudar, Orlandi traz os conceitos de *língua imaginária* e *língua fluída* e os explica como estes se encaixam dentro da história das ideias linguísticas:

Defini a língua imaginaria como sistema fechado, normas, artefato do linguista (mas também dos missionários) ao passo que a língua fluída é a língua no mundo, sem regras que a aprisionem, língua no acontecimento do significar na relação de homens com homens, sujeitos e sujeitos. E o que bem cedo se me afigurou é que a história faz com que se tenha que pensar uma noção em relação a outra. (ORLANDI, 2002, p. 13)

Outra questão trazida pela autora à história das ideias linguísticas é o político e a ética. Vejamos então como a autora caracteriza estas noções:

A história das ideias linguísticas inclui o político e põe a questão da ética, uma vez que esta trata do modo como funcionam os princípios

que fundamentam a vida social. Como pensamos o processo de produção do conhecimento e não meramente seus produtos, a questão do saber adquire o sentido de uma prática que deixa resultados na história do homem. O político se caracteriza assim como um lugar de disputa dos princípios que reagem a vida social em suas diferenças, sendo ele próprio a prática dessas diferenças. Por isso, em nosso trabalho, como poder-se-á observar, a história das ideias é inseparável da ética e da política, trazendo para a atualidade a perspectiva dessa reflexão, pensando o lugar do conhecimento na sociedade atual e o político como constitutivo da própria produção da língua nacional. (ORLANDI, 2002, p. 16)

Os processos discursivos que estabelecem nas sociedades e são importantes para a formação do Brasil também fazem parte da constituição da língua do Brasil, foram eles o período colonial, o século XVIII com a legislação sobre a escravidão e jurisdição sobre a língua, o Iluminismo tanto em Portugal quanto no Brasil, o naturalismo e o pensamento político liberal positivista do século XIX e assim por diante. Além desses processos, o imaginário de unidade é importante tanto na delimitação de um estado como também de uma língua nacional. Contudo, há o contato histórico e cultural entre línguas que mostra a heterogeneidade da língua fluída em relação à língua imaginária, ou seja, se fala a mesma língua, mas se fala diferente quando se pensa a relação do português entre Brasil e Portugal.

Há uma relação de heterogeneidade quando se pensa entre o português brasileiro e o português de Portugal, ambos produzem efeitos de sentidos diferentes, produzem discursos diferentes, significam de maneira diferente, mas suas histórias estão sempre em uma relação histórica de homogeneidade pois este é o efeito da colonização. A língua do Brasil e de Portugal possui distintos sistemas simbólicos e histórias linguísticas cujas origens são as mesmas, mas com distintas correlações, mas, aparentam ter a mesma materialidade empírica que se sobrepõe à materialidade histórica. Tenta-se criar uma homogeneidade na escrita gramatical, mas que na verdade se trata de uma heterogeneidade e histórias diferentes levam à essa heterogeneidade. Isto quer dizer que o brasileiro enuncia de maneira diferente à um português ao falar na língua portuguesa.

Em resumo, a autora vai nos dizer que “pela sua gramatização, o português do Brasil elabora, instala mesmo, seu direito à universalização, garantindo a unidade (imaginária) constitutiva de qualquer identidade. Paralelamente, tem seus usos variados”, que se trata da língua fluída. (ORLANDI, 2002, p. 30)

A produção de um saber gramatical no Brasil, a constituição da “língua nacional” foram questões centrais nos estudos de E. Orlandi, e em certa medida de E. Guimarães também. Outros temas também foram abordados no âmbito da disciplina “História das Ideias linguísticas no Brasil”, tal como os dicionários, objeto de nossa pesquisa.

1.3 Os dicionários no Brasil: um estudo discursivo

O que temos com Auroux (1992) é um percurso histórico dos instrumentos linguísticos, a gramática e os dicionários, e o processo de gramatização das línguas europeias. A produção desses instrumentos linguísticos acontece impulsionada por acontecimentos históricos como a formação dos Estados nacionais europeus, a expansão marítima, entre outros aspectos. Nunes (2006) no livro *Dicionários no Brasil: Análise e História do Século XVI ao XIX*, partindo da ideia de que os dicionários são instrumentos linguísticos, tal como defende Auroux, realiza um percurso demonstrativo e analítico do processo de dicionarização brasileiro com base na Análise do Discurso e na História das Ideias Linguísticas.

O autor afirma que o dicionário é visto, em geral, como um objeto de consulta do qual se tem o significado das palavras dado por um especialista do saber, legitimado por autores renomados nas definições. Ele é usado pelo leitor em momentos de dúvida ou curiosidade. “Trata-se de um dos lugares que sustentam as evidências dos sentidos, funcionando como um instrumento de estabilização dos discursos”. (NUNES, 2006, p.11)

Desta maneira, o dicionário constitui um espaço imaginário de certitude por meio da acumulação e repetição, sendo então um lugar interessante para abordar os modos de dizer de uma sociedade e os discursos que nela circulam numa dada conjuntura histórica, apresentando os traços que são significativos para uma dada época.

Por serem, nesta visão discursiva, objetos constituídos por uma historicidade, e não um espaço sem falhas como se imagina, os dicionários constituem-se como um lugar interessante para analisarmos o que uma palavra designa, do ponto de vista da Semântica do Acontecimento. Como instrumentos linguísticos de gramatização eles

possibilitam que observemos os discursos estabilizados que circulam em uma sociedade, em uma dada época.

Desta maneira, Nunes trabalha com as chamadas ciências do léxico (lexicologia, lexicografia e terminologia) em conjunto com uma análise discursiva, atentando-se à historicidade dos sentidos presentes nos dicionários constituindo assim uma posição histórico-discursiva dos sujeitos lexicógrafos. O autor analisa dicionários produzidos e utilizados no Brasil entre os séculos XVI ao XIX, a partir da teoria da Análise do Discurso em conjunto com a História das Ideias Linguísticas e entende o dicionário como um objeto discursivo inserido no espaço-tempo do Brasil; especificamente, o autor analisa os relatos de viajantes e dicionários bilíngues e monolíngues.

Ler o dicionário com base na Análise do Discurso e da História das Ideias Linguísticas (advinda também de Auroux) não significa “consultar” o mesmo. Mas com este olhar metodológico, o dicionário tem sentido em determinadas conjunturas considerando sua materialidade discursiva. Dessa maneira, ele considera que é importante entender o que é dito em um verbete e outro, quais são suas diferenças e repetições, suas retomadas e reformulações independente da ilusão de estabilidade que o dicionário proporciona.

Decorre que, na análise de um verbete, questiona-se a transparência dos sentidos e procura-se compreender de que modo esse verbete tem a ver com a sociedade e com a história. Observa-se, assim, a dupla determinação que leva, de um lado, a ver no verbete um efeito de práticas sócio-históricas. (...) Desse modo, observamos nos verbetes uma imagem da sociedade, imagem construída, parcial, que produz silenciamentos e que se projeta em um espaço-tempo. (NUNES, 2006, p. 15)

É pensar o dicionário assim que nos leva a fazer nossa análise, mas do ponto de vista da semântica. Para nós também, os verbetes não são transparentes. Ao se definir as palavras, algo da sociedade e da história é trazido para a definição, é isso que buscamos observar. Nos interessa também observar o que fica apagado nas definições. A definição, como ele diz, traz uma imagem de sociedade que é parcial, é construída, não é a sociedade tal como ela é.

O viés discursivo do autor aborda a relação entre língua, sujeito e história nos verbetes dos dicionários que analisa. Assim,

sujeito e sentido se constituem historicamente. Deste modo, os sentidos dos dicionários são considerados na relação indissociável

com os sujeitos tomados em seu modo social e histórico de existência. Estudar o dicionário é analisar a “posição de sujeito” dos lexicógrafos em determinadas conjunturas, incluindo-se aí as diversas formas de “autoria” do discurso lexicográfico. E visto que os sujeitos, na sua relação com língua, são pensados historicamente, as formas de subjetividade e de autoria são igualmente pensadas em sua dimensão histórica. As marcas dessa historicidade estão presentes na materialidade do dicionário e nos permitem observar as mudanças de uma conjuntura a outra. (NUNES, 2006, p. 19)

Essa tríade sujeito, língua e história também é trabalhada na Semântica do Acontecimento, teoria na qual este trabalho está fundamentado. Entretanto, nesse ponto de vista teórico essa relação é trabalhada, como veremos, a partir do olhar enunciativo e semântico, o que nos leva a analisar as definições lexicográficas como pequenos textos.

O conceito de *condições de produção* da Análise do Discurso, nos permite entender melhor a influência de fatores extralinguísticos para a compreensão dos discursos. A relação entre o sujeito e o real não se dá de maneira direta, mas mediada pelo imaginário das representações, deste modo o dicionário numa relação direta entre mundo e língua não acontece, o que há são projeções imaginária do real, de um leitor (público) e uma concepção de língua e de sociedade.

Tanto a língua quanto a história se articulam na produção do discurso. Nunes nos traz então o contexto da lexicografia brasileira: “descoberta” e colonização, a chegada e posteriormente a expulsão dos jesuítas, o Brasil Monárquico; os acontecimentos editoriais: as publicações e reedições dos primeiros dicionários; ademais, o papel das instituições: a Companhia de Jesus (período colonial), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (período imperial).

O lexicógrafo constrói no dicionário uma imagem do “outro”, ou seja, uma alteridade social e histórica. Tem-se a projeção de um público leitor e vemos esboço nos verbetes um cenário das práticas sócias nas quais os sujeitos se encontram inseridos.

Ao estudar um longo período com mudanças conjunturais significativas percebemos que o discurso lexicográfico e o seu saber não se expandem de forma progressiva linear mais ou menos estabilizada. Há rupturas e há também regularidades, repetições que representam continuidades com a cópia estreita de definições de um dicionário a outro de modo a reproduzir os mesmos sentidos de uma mesma formação discursiva.

Nunes localiza os dicionários brasileiros em relação à história dos dicionários. Para tanto, ele faz uma reflexão sobre o aparecimento do dicionário e sua constituição em diferentes momentos históricos denomina *dicionarização* com base em S. Auroux os processos históricos-discursivos de constituição dos dicionários.

A lexicografia brasileira aparece com a expansão europeia a partir da exploração colonização do chamado “Novo Mundo”. Trata-se, pois, de uma dicionarização diferente da europeia, pois se trata de um país de colonização. O contexto brasileiro é marcado inicialmente pela descrição das línguas indígenas e somente no final do século XVIII e início do século XIX, com o Romantismo e a Independência, começam então os estudos sobre o português do Brasil.

Os primeiros dicionários brasileiros são bilíngues, português-tupi, e foram elaborados pelos jesuítas nos séculos XVI e XVII. Antes destes, temos os relatos dos viajantes e missionários que, segundo Nunes, podem ser considerados como precursores das práticas lexicográficas, pois “trata-se de um saber enciclopédico que inaugura um certo modo de conceber as coisas e os sujeitos brasileiros”. (NUNES, 2006, p. 51)

Na segunda metade do século XIX começaram a surgir os dicionários de complemento aos dicionários portugueses, estes são os de regionalismos, brasileirismos e outros termos técnicos. Com o contexto do início da República tem-se o desejo de um dicionário brasileiro que represente o povo e sua fala.

A lexicografia brasileira, segundo Nunes, se diferencia das outras nos seguintes aspectos: seus textos de base são outros, isto é, não é um texto antigo, como na lexicografia europeia, que serve de base para as compilações e interpretações lexicais, são na verdade os relatos que produzem as primeiras descrições, definições e comentários. Os relatos são uma mistura de narração épica, ciência naturalista, documentos oficiais, saber enciclopédico, literatura de viagem, retórica, informação e propaganda. Outro aspecto que diferencia a lexicografia brasileira é a alteridade linguística, pois se trata de uma língua indígena em relação com a língua do viajante. Uma outra particularidade concerne ao modo de circulação dos textos da lexicografia brasileira – sem a imprensa até o início do século XIX os relatos só eram publicados na Europa, sendo pouco difundidos no Brasil.

Em resumo, o processo de dicionarização brasileiro descrito por Nunes pode ser abordado por meio das seguintes etapas:

- a) Transcrição alfabética de termos indígenas;
- b) citações, comentários, traduções de termos indígenas, diálogos;
- c) listas temáticas de palavras LI-LP⁵ e LP-LI;
- d) dicionários bilíngues LP-LI;
- e) dicionários bilíngues LI-LP;
- f) dicionários monolíngues de LP no Brasil. (NUNES, 2006, p. 53)

O saber lexicográfico que Nunes aborda se inicia com os primeiros relatos sobre o Brasil. Estes surgem em conjunto com a etnografia (conhecimento dos povos indígenas), com a economia (mercantilismo) e com a geopolítica (a expansão territorial das nações europeias). Nos relatos dos viajantes é possível encontrar termos indígenas em diversas citações. Os comentários dos viajantes são voltados para as coisas do chamado “Novo Mundo”, ou seja, das coisas nunca vistas antes, mas também se falava das coisas semelhantes, da existência ou não existência das coisas e desta maneira o espaço lexical está voltado para a geografia e a economia com interesses de conquista e comércio.

As listas temáticas do Brasil tratavam sempre de algo relacionado à realidade: as plantas, os animais, os espaços geográficos, os utensílios indígenas entre outros. As listas eram em grande maioria em LI- LP e esta ordem inverte nos primeiros dicionários dos missionários, e no século XVIII volta a ser LI-LP pois começa a ter a introdução de termos indígenas em dicionários monolíngues do português.

Os primeiros dicionários bilíngues (alfabéticos) portugueses foram desenvolvidos pelos missionários com objetivos catequéticos da tríade gramática-dicionário-doutrina. Esses dicionários eram elaborados para ensinar a língua indígena aos missionários para que eles pudessem converter os nativos (tem-se neste contexto sócio-histórico os índios, os colonos e os mestiços). Há então neste período uma passagem da lexicografia com intuito geográfico e econômico para o linguístico e religioso. Este percurso vai até em 1759 e entra em vigor depois a prática editorial de arquivo que marca o fim do século XVII e início do XVIII, que se acentua com a chegada da imprensa ao país e com a política linguística que o Império promovia.

Foi durante a época Imperial no Brasil que os primeiros dicionários bilíngues começaram a ser publicados. A política linguística da época orientava para a construção

⁵ LI- Língua Indígena, LP- Língua Portuguesa

da História do Brasil e com isso a história das línguas pertencentes à terra. O tupi era a língua que representava as demais línguas indígenas e também havia as línguas gerais (consideradas de um passado brasileiro primitivo e extinto). Com o Romantismo, estas línguas foram chamadas de “línguas mortas”.

Em finais do século XIX, a produção dos monolíngues se divide em dois percursos. O primeiro é o que vem da tradição portuguesa. Os dicionários gerais, tais como Moraes (1789), o Aulete (1881) e o Figueiredo (1899) passam a incorporar um número cada vez maior de brasileirismos. Trata-se da via da complementação ou enriquecimento da língua portuguesa, marcada pela continuidade. A outra via é a da produção de dicionários de brasileirismos, cada vez mais extensos. Essa via marca-se pela tendência à ruptura e vê a perspectiva de um dicionário que representasse a língua nacional. Esses dicionários do final do século XIX apontam para a vinda dos grandes dicionários brasileiros de língua portuguesa, o que de fato só ocorrerá em meados do século XX. (NUNES, 2006, p. 58)

A carta de Pero Vaz de Caminha, considerada a “certidão de nascimento” do Brasil pode ser o início do discurso lexicográfico brasileiro, mesmo não contendo neologismos ou palavras indígenas, tem-se na carta os primeiros gestos de léxico da fauna e flora brasileiras.

Os vocabulários e também as primeiras reflexões gramaticais se originaram dos diálogos e esta marca também está presente nos dicionários dos missionários. O diálogo, como um confronto entre a oralidade e a escrita determina as formas lexicográficas. Seja pelo contato, doutrinação, retórica ou didática, o diálogo, ao lado da narrativa é um fator estruturante do léxico.

O léxico desta maneira descrito pelos viajantes após a “descoberta” pelos europeus do Brasil possui grafias diferentes para uma mesma palavra o que era um grande problema para os etimologistas dos séculos XIX e XX por causa da ausência da imprensa e de uma unidade de língua nacional. Somente com os missionários a língua se torna um objeto de produção regular e institucional e a lexicografia ganha lugar de destaque.

Com a consolidação da colonização portuguesa no Brasil há uma mudança no contexto lexicográfico brasileiro da dimensão internacional para a dimensão colonial. Os relatos não tratam mais de testemunhos pessoais, neste período passa a se descrever o país como uma unidade geopolítica de colônia, formada por capitânias. “Tomando distância do narrador pessoal, a enunciação se constrói no domínio de uma história do Brasil, apoiada na descrição da terra e dos habitantes” (NUNES, 2006, p. 69). Tem-se

então verbetes com cabeças de termos indígenas e espaços que descrevem o uso da língua portuguesa no Brasil (termos portugueses encabeçando verbetes também).

Nunes identifica três posições discursivas relativas a diferentes formas sociais da lexicografia brasileira. A primeira refere-se aos intelectuais portugueses que, com a ideia de “Novo Mundo”, descrevem o mundo para fins de divulgação. A segunda refere-se aos colonizadores que se estabilizam no Brasil, os proprietários de terra, bandeirantes, povoadores. E a terceira refere-se aos historiadores missionários, os jesuítas do final que do século XVI até a primeira metade do século XVII produziram textos sobre a história do Brasil.

A delimitação geográfica do Brasil, neste período, é a costa litorânea. Ela é acompanhada por uma homogeneização linguística, dando uma unidade a língua da costa, ou língua brasílica (hoje entendida como o tupi colonial). As coisas descritas não fazem mais parte da riqueza da nação, daquilo que deve ser explorado, há agora uma economia interna com temas do tipo propriedades, terra, o trabalho (que segundo Nunes é a escravidão), a produção rural e o comércio local. “Como se vê, é o contexto da propriedade rural que toma a cena do discurso. Assim, a descrição dos objetos gira em torno das fazendas, centro rodeado por casas de colonos, de escravos, e por aldeias de índios. Os domínios se formam através de categorizações temáticas como “mantimentos”, “mercadoria”, “criação”, “animais domésticos/ selvagens”, “caça”, “plantação”” (NUNES, 2006, p. 72).

No período colonial ocorre uma mudança terminologia da lexicografia, há uma separação textual e há formulação de um enunciado de definição. A palavra entrada (termo que introduz o verbete) já aparece de maneira isolada, ora na forma indígena, ora em português acompanhado do seu correspondente indígena. Destacando-se para fora da narrativa, os comentários passam a constituir verbetes isolados.

Nunes descreve que a chegada dos jesuítas foi de extrema mudança no cenário da lexicografia brasileira:

Com a chegada dos jesuítas, em 1549, e o seu estabelecimento em diversas capitanias, há uma transformação nas condições de produção dos discursos. Os índios passam a ser considerados como uma alteridade a transformar. Por meio do discurso religioso, estabelecem-se as práticas de catequese e conversão. Nesse contexto, os missionários da Companhia de Jesus colocam em funcionamento uma política linguística. A língua indígena ganha um estatuto importante na cena da colônia como língua de catequese. Um dos resultados dessa

política está na elaboração de instrumentos linguísticos como gramáticas e dicionários. A língua, assim, torna-se objeto de conhecimento, de descrição e de interpretação. Aparecem nesse momento os primeiros dicionários de língua feitos no Brasil: os dicionários bilíngues da *língua brasílica*. (NUNES, 2006, p. 87)

O Iluminismo também trouxe consequências importantes para a produção dos dicionários bilíngues, tendo os jesuítas como alvo. Em Portugal os jesuítas dominavam o ensino escolar, mas foram culpados pelo atraso do país em questão de conhecimento, o que levou à expulsão dos jesuítas em 1759. O conjunto de medidas das Reformas Pombalinas ou Pombalismo, realizadas pelo Marquês de Pombal, incidiram sobre as atividades intelectuais do país e este fato marca a passagem do discurso religioso ao científico e quem passou por esta mudança também foi o discurso lexicográfico:

As reformas pombalinas se fizeram sentir intensamente no Brasil. Em 1759, com o Regimento de Pombal, os jesuítas são expulsos. (...) A primeira consequência para a política linguística preconizada pelo Regimento foi a proibição do tupi nas escolas e a obrigatoriedade do ensino do português. Foi um golpe contra as línguas indígenas e as línguas gerais que se expandiam em certas regiões, como São Paulo, Maranhão e Amazonas. Na lexicografia, isto levará, de um lado, à produção de dicionários monolíngues do português (...) e, de outro, à mudanças nos dicionários bilíngues. (NUNES, 2006, p. 126)

Com a vinda da Família Real ao Brasil e a Independência do país o contexto lexicográfico também muda fazendo com que os dicionários bilíngues se voltem para uma história do Brasil e esse discurso de história sustentam as práticas dos saberes linguísticos no século XIX.

Os institutos históricos ganharam destaque na difusão dos dicionários bilíngues:

Localizamos no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a promoção de três atividades relacionadas com a produção de dicionários tupi-português: 1. Um trabalho de formação e de leitura de arquivos. Os dicionários elaborados por jesuítas na Época Colonial, recolhidos em arquivos de instituições brasileiras e estrangeiras, são retomados, lidos, compilados, modificados. 2. Fomento a expedições científicas. O IHGB promoveu expedições de naturalistas de que resultaram descrições lexicais aproveitadas nos dicionários. 3. Elaboração de uma história das línguas indígenas brasileiras e de um projeto lexicográfico comparável com essa história. (NUNES, 2006, p. 134)

Com toda essa dedicação aos arquivos, as línguas indígenas passaram a ser consideradas como evidência de um passado linguístico brasileiro e toda a preocupação com as línguas indígenas no Império acarretou na construção de uma identidade ao brasileiro que possui então uma história diferente de Portugal.

A partir da segunda metade do século XVIII (intervenção de Pombal) e em seguida com o Império o português começou a ser implantado com mais vigor e as demais línguas indígenas e gerais foram colocadas na marginalidade sendo que somente o tupi era tomado como língua ideal além do português.

“Na passagem do Império à República, retorna o interesse pela linguagem oral, pela situação de enunciação e pelas descrições sincrônicas” (NUNES, 2006, p. 165). As grandes histórias contadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro já não são mais importantes e sim as textualidades orais, as situações cotidianas, a linguagem popular. Tudo isso acarretou em modificações nas práticas lexicográficas do país que começa a pensar em uma língua nacional ou uma língua do povo.

Nunes (2006) depois de mencionar a história da lexicografia dos dicionários de línguas indígenas e bilíngues, retorna para o século XVIII para tratar do aparecimento de dicionários de língua portuguesa em Portugal que são a base da lexicografia do país anteriormente mencionado como do Brasil. Nunes então menciona dois grandes dicionários, o Vocabulário Português e Latino de Raphael Bluteau (1712-1728) e o Dicionário da Língua Portuguesa de António Moraes Silva (1789):

Com a inserção desses dicionários no território brasileiro, ocorre uma extensão da língua portuguesa. Note-se que Moraes, autor do primeiro monolíngue, era um brasileiro, natural do Rio de Janeiro, o qual, como muitos da época, partiu para realizar seus estudos em Portugal, onde elaborou o dicionário. Esse gesto de autoria marcou a relação entre Brasil e Portugal na feitura do primeiro monolíngue. (NUNES, 2006, p. 183)

Na época em que os dicionários mencionados acima foram produzidos, o português era considerado como uma corrupção do castelhano, de modo que todos os trabalhos de arquivo favoreceram o português a se consolidar como uma língua também. Nunes também ressalta que naquela época um autor português (descriptor da língua) era responsável não só para falar da língua dos colonizadores, mas também das colônias de Portugal localizadas na América, na África e na Ásia sendo este fato que faz com que o Brasil seja mencionado em dicionários portugueses.

É durante o século XIX que aparecem os primeiros dicionários monolíngues brasileiros que eram tidos como complemento dos dicionários portugueses. Os dicionários monolíngues tinham as seguintes características: de complemento à língua portuguesa, de regionalismos, glossários em apêndice de obras literárias e dicionários de termos técnicos. Próximo ao final do século XIX surgem os dicionários de

brasileirismos, ainda como complemento aos dicionários portugueses, que dão uma identidade ao povo brasileiro e formam um discurso de língua nacional. “Note-se que os grandes dicionários brasileiros de língua portuguesa somente aparecem em meados do século XX” (NUNES, 2006, p. 205).

Com a circulação de dicionários portugueses em solo brasileiro fez com que algumas diferenças do português fossem notadas. Nunes menciona os seguintes dicionários: Bluteau (1712-1728), Moraes (1789), Faria (1849), Roquete (1848), Vieira (1871-1874) e Caldas Aulete (1881) que foram considerados instrumentos de diferenciação entre o português do Brasil e Portugal. Os comentários sobre as diferenças lexicais se identificaram e os dicionários portugueses eram então um observatório da língua em si.

Dentro desse período de legitimação da língua, Nunes menciona o autor literário José de Alencar que compunha glossários para os seus romances e qual foi a importância disso:

A produção de Alencar mostra o trabalho do literato que, por meio de um discurso sobre o léxico, atua nesse momento de legitimação do português do Brasil. Deste modo, antes da introdução do autor brasileiro como citação no interior dos dicionários, houve uma elaboração lexicográfica que trouxe condições de leitura para textos literários. Esses pequenos vocabulários funcionaram, por conseguinte, como legitimadores dos termos de literatura brasileira. Note-se que a inserção de autores brasileiros nos textos lexicográficos somente ocorre de forma ampla no século XX, com a consolidação dos grandes dicionários brasileiros de língua portuguesa. (NUNES, 2006, p. 220-221)

O termo brasileirismo que denomina alguns dicionários surge para explicar as seguintes questões apontadas na língua: sentidos diferentes para as mesmas palavras, pronúncia diferente para a mesma grafia, maneiras diferentes de dizer a mesma coisa e entre outras questões que permeavam o discurso de língua nacional do final do século XIX. Há alguns elementos que fortaleciam, durante o século XIX, a ideia de língua nacional dentre os quais já mencionados e acrescidos da incorporação de termos provenientes de outras línguas (indígenas e africanas) ao português.

De acordo com Nunes, os dicionários de brasileirismos funcionavam da seguinte maneira:

Note-se que a etimologia está apartada da definição. Com isso separa-se o discurso de atualidade do discurso histórico. A definição não se mistura mais com a narrativa histórica, como acontece nos dicionários bilíngues do capítulo anterior. A descrição atual fica em primeiro

plano, ao passo que a etimologia segue em um domínio separado. Nessa posição de segundo plano fica também, por vezes a diferenciação com o léxico português. (NUNES, 2006, p. 227)

Para concluir o livro *Dicionários No Brasil: Análise e História*, José Horta Nunes faz um apanhado de tudo o que foi discorrido no mesmo. Conforme Nunes (2006), o mesmo nos fala que ler o dicionário como discurso nos leva a outras reflexões e interpretações. “As diferenças entre as formas enunciativas, sintáticas e lexicais do corpo dos verbetes, assim como os diversos modos de apropriação da alteridade discursiva são pistas para se perceber as filiações de um outro dicionário” (NUNES, 2006, p. 243).

Retomando o que foi mencionado, Nunes (*idem*) diz que a lexicografia de tradição brasileira começa com a descoberta e descrição de um Novo Mundo e seus primeiros relatos feitos pelos viajantes em que se buscavam as semelhanças e diferenças. Em seguida a lexicografia passa durante o período colonial e imperial pela produção de dicionários bilíngues (português-tupi/tupi-português principalmente). Após, começa a produção dos dicionários monolíngues que surgiram como complemento dos dicionários portugueses, são eles os dicionários de termos, regionalismos, brasileirismos que mostram as diferenças entre Brasil e Portugal. “Tudo isso conduziu a uma reflexão sobre o dicionário como um instrumento linguístico inserido em um espaço-tempo e situado em meio aos conhecimentos linguísticos de diferentes conjunturas” (NUNES, 2006, p. 243-244) conectando a ideia instrumento linguístico de Auroux com a descrição lexicográfica de Nunes.

Os relatos feitos pelos viajantes são feitos desde comentários até listas de palavras e verbetes enciclopédicos. Diferentemente, com a chegada dos jesuítas e o intuito de catequização inaugura-se a produção dos dicionários de língua que eram bilíngues para fins não só de conversão dos índios, mas também de transformação da alteridade. “Nesse encontro, trabalha-se a relação das palavras com as coisas, realizando-se um vai-e-vem entre a voz do índio e a do colonizador. Tal procedimento é uma singularidade desse momento de reflexão lexicográfica” (NUNES, 2006, p. 244).

Com a expulsão dos jesuítas o discurso lexicográfico também muda, passando de um discurso de conversão para um discurso científico, no qual os ideais iluministas de clareza e concisão deixam traços na lexicografia, nos dicionários bilíngues. No período do Império, tem-se arquivos sendo criados juntamente com a inauguração da

Biblioteca Nacional e os Institutos Históricos e Geográficos para a elaboração de um História do Brasil. Neste período retornam-se as descrições de línguas indígenas existentes no país e tem-se destaque o tupi no século XIX.

Os dicionários monolíngues são os voltados ao povo brasileiro. Retomando os dicionários de Bluteau e Moraes, Nunes nos fala:

Analisar o dicionário de Moraes correspondeu a refletir sobre um momento em que os brasileiros partiam para realizar estudos em Portugal em meados do século XVIII. Sob a figura desse lexicógrafo, vimos a força transformadora do Iluminismo e seus efeitos sobre os dicionários. Mais uma vez, mostramos as transformações de uma conjuntura a outra, não somente indicando os marcos históricos da passagem do barroco às Luzes, mas explicitando um conjunto de diferenciações perceptíveis na paráfrase do dicionário de Bluteau pelo de Moraes: corte dos comentários enciclopédicos, construção de definições concisas, passagem da abstração à concretude e aos atos dos sujeitos, do discurso religioso ao jurídico, das virtudes às leis, do artesanato à produção industrial, do promotor ao consumidor, da definição natural à do sujeito transformador da natureza. (NUNES, 2006, p. 245)

Em seguida, como complemento dos dicionários portugueses, surgem os dicionários de regionalismos, de termos literários, de termos técnicos e de brasileirismos que são os primeiros dicionários monolíngues da língua portuguesa do Brasil.

O trabalho de Nunes descreve então desde o período da descoberta do Brasil até o período inicial da República brasileira e o autor nos faz notar que a produção dos grandes dicionários brasileiros de língua portuguesa só ocorre a partir do século XX que são os dicionários que consolidam a tradição dos monolíngues brasileiros (somente).

O que Nunes (2006) pode nos mostrar foi uma visão da Análise do Discurso sobre a história da lexicografia brasileira. Mesmo não trabalhando dentro desta teoria, a sua análise é importante pois nos mostra como o exterior ao dicionário, ou seja, o que está acontecendo na sociedade na qual o dicionário é desenvolvido, pode afetar no seu conteúdo ou organização. Agora veremos como a teoria da Semântica do Acontecimento dá conta dessas questões que o dicionário nos apresenta por meio de conceitos específicos.

CAPÍTULO 2 – Teoria e Abordagens do Objeto Dicionário

Neste capítulo, passaremos a tratar da perspectiva que olha para os sentidos dos dicionários não de maneira arbitrária e sim enunciativamente, entendendo o dicionário como um instrumento linguístico, assim como Auroux e Horta Nunes como vimos no primeiro capítulo, para quem ele é fruto das condições sócio históricas. Abordaremos agora trabalhos que analisam as definições lexicográficas semântico enunciativamente, pelo conceito de designação, na cena enunciativa. Tais conceitos são abordados na teoria da Semântica do Acontecimento (2002),⁶ de Guimarães.

Veremos práticas de análise desta teoria tendo o dicionário como objeto com Oliveira (2006) que analisa os sentidos da palavra *cidadania*, com Paula Machado (2007) que analisa a palavra *preconceito* em diferentes dicionários e com Nogueira (2012) que analisa o Dicionário de Competências da Petrobras. Assim, este capítulo tem como objetivo situar em quais condições teórico-analíticas entendemos o que é este objeto chamado dicionário e os meios de analisá-lo.

2.1 Semântica do Acontecimento – Preceitos Teóricos

O que sempre chamou a atenção de Guimarães (2005) como semanticista é a relação das palavras com o mundo no viés dos estudos argumentativos. Nesta posição o sentido não é dado de maneira referencial, ou seja, não se pensa em um conceito de verdade como algumas teorias semânticas analisam. O que se entende é que os sentidos das expressões linguísticas se dão pela sua relação com o acontecimento no qual estão inseridos. Ao entender o sentido desta maneira, a semântica de Guimarães se coloca numa posição materialista, pois não toma a linguagem como transparente, mas leva sempre em consideração sua relação com o real que é histórico. Nesta posição de semanticista, a linguagem fala de algo e o que se diz é construído também na linguagem.

Deste modo, Guimarães apresenta o que é para ele a Semântica do Acontecimento: “(...) uma semântica que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer”

⁶ O livro *Semântica do Acontecimento* foi inicialmente publicado em 2002, mas nesta dissertação utilizamos sua segunda edição publicada em 2005.

(GUIMARÃES, 2005, p. 7). Dito isso, o que se analisa é de que maneira a forma linguística constitui o sentido dentro enunciado, enunciado este que está dentro do texto⁷.

O autor, nessa teoria semântica, toma como análise o funcionamento dos nomes e especificamente a designação. A palavra designação, para ele, deve ser distinta do que se entende por nomeação, referência e denotação mesmo que elas sejam correlatas. Guimarães explica o que entende por esta palavra e nos apresenta o seu conceito teórico de designação:

A nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome (não vou aqui discutir este processo). A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história. É nesse sentido que não vou tomar nome como uma palavra que classifica objetos, incluindo-os em certos conjuntos. Vou considerar, tal como considera Rancière (1992), que os nomes identificam objetos. Hipótese que me interessa fortemente tanto para nomes comuns, como para os nomes próprios, como se verá. A referência será vista como a particularização de algo na e pela linguagem. (GUIMARÃES, 2005, p. 9)

Podemos perceber que o conceito teórico de designação, abordado por Eduardo Guimarães, se encaixa com sua filiação materialista e o modo de entender o sentido para a semântica nesta visão que aborda o simbólico que é histórico. Este conceito será muito importante para entendermos sua metodologia do Domínio Semântico de Determinação (DSD) que é abordado por Oliveira (2006) e Paula Machado (2007) em seus respectivos trabalhos.

A enunciação, tomada enquanto um acontecimento de linguagem se dá, segundo o autor, pelo funcionamento da língua. Mas, para o mesmo, é necessário tratar da enunciação de maneira diferente de Benveniste (1970) que apresenta a centralidade do sujeito colocando a língua em funcionamento ou de Ducrot (1984) que entende a enunciação como o aparecimento do enunciado.

Para a conceituação da Semântica do Acontecimento de Guimarães, quatro elementos são muito importantes: a língua e o sujeito na qual o sujeito é constituído na e pela linguagem e enuncia por meio da linguagem, o terceiro elemento é a temporalidade e o quarto elemento é o real do qual se fala, sendo este real uma materialidade histórica

⁷ O que Guimarães entende por texto será exposto no tópico seguinte deste capítulo.

e não um contexto de situação (como dito pela pragmática). Resumindo, “não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico. Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico” (GUIMARÃES, 2005, p.11)

Ainda sobre o acontecimento e temporalidade, Guimarães explica que,

algo é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem. E o que caracteriza a diferença é que o acontecimento não é um fato *no* tempo. Ou seja, não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes *no* tempo. O que o caracteriza como diferente é que o acontecimento temporaliza. Ele não está num presente de um antes e de um depois no tempo. O acontecimento instala sua própria temporalidade: essa a sua diferença. (GUIMARÃES, 2005, p. 11-12)

Podemos perceber que esta diferença que o acontecimento traz ao instalar a sua própria temporalidade é diferente do modo como Benveniste, por exemplo, pensa. Para Benveniste, quando o EU diz EU ele instaura um presente, passado e futuro. Na teoria de Guimarães não, pois para o autor “não é o sujeito que temporaliza, é o acontecimento. O sujeito não é assim a origem do tempo da linguagem. O sujeito é tomado na temporalidade do acontecimento”. (GUIMARÃES, 2005, p. 12)

Esta temporalidade, que Guimarães nos fala, é entendida por um presente que abre um futuro (futuridade) do acontecimento de linguagem, gerando a significação, o interpretável, sendo a futuridade do acontecimento algo incontornável. Mas este presente e latência do futuro do acontecimento só são entendidos por um passado recortado (não cronológico), um memorável que os faz significar. Este passado do acontecimento são lembranças de enunciações que geram uma nova temporalização. Por isso que o acontecimento é a diferença em sua própria ordem. “O acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação”. (GUIMARÃES, 2005, p. 12)

O Locutor para Guimarães é a representação do sujeito, e o mesmo entende o sujeito assim como a Análise de Discurso (Orlandi,1999) que o aponta como aquele que enuncia de uma região do interdiscurso, da memória de sentidos e de um esquecimento do já dito e significado, ser sujeito, nesta linha teórica, é falar de uma posição de sujeito e isso que faz a língua funcionar.

A questão que o autor pretende é “poder descrever como se dá este acontecimento de linguagem, como ele se constitui. É o que faremos mais à frente ao falar de cena enunciativa e espaço de enunciação. Antes vou caracterizar o que é para mim o político” (GUIMARÃES, 2005, p. 15). Para entendermos o político nas teorias materialistas, o autor primeiro apresenta o conceito na visão de Rancière (1995) que é descrito pela tríade *arqui-política*, *para-política* e *meta-política*. A *para-política* vem do pensamento de Platão e transforma a política em organização que podia ser usada como artifício teórico para a distribuição dos papéis sociais. Esta política é entendida como uma mentira e era papel da *aqui-política* transformar esta democracia em República, na formulação de Aristóteles, que neutraliza as diferenças e conflitos entre ricos e pobres, entre os interesses opostos para fins de uma paz social. Já a *meta-política* dizia que a tudo o que vem da política é falso, apontando as injustiças das desigualdades sociais e do conceito de soberania, sendo então a política uma manifestação da falsidade. Retomando a visão de Rancière, Guimarães sumariza que “estes três modos de conceber o político o tomam como a prática do falso ou do aparente e procuram organizá-lo, ou integrá-lo ou denunciá-lo” e se prepara então para apresentar a sua noção de político. (GUIMARÃES, 2005, p. 16)

O político para o autor é visto dentro das relações sociais e tomando a linguagem como central, e apresenta então o seu conceito:

O político, ou política, é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e afirmação do pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. Mais importante ainda para mim é que deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada. (GUIMARÃES, 2005, p. 16)

O acontecimento de linguagem, conforme Guimarães, que ocorre nos espaços de enunciação e é um acontecimento político. Nele a temporalidade se dá também numa relação entre língua e falantes que é regulada por uma deontologia do dizer de cada língua. Complementando, o autor nos diz que só há línguas porque há falantes e vice-versa e esta relação não é empírica e sim política pois a língua é sempre atravessada pelo político fazendo com que a mesma seja dividida o que afirma o pertencimento dos que não são incluídos e a igualdade dos que estão divididos desigualmente. Os falantes são determinados politicamente de acordo com as línguas que falam num determinado

espaço de enunciação e é desta maneira que o falante deve ser entendido nas categorias linguísticas enunciativas, como uma das figuras de enunciação.

Como vemos o falante, que é político, dentro deste espaço de enunciação, Guimarães categoriza então este conceito:

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento das línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços construídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. O espaço de enunciação é um espaço político, no sentido em que considere há pouco o político. (GUIMARÃES, 2005, p. 18-19)

Para complementar, o autor ainda diz sobre o conceito que “os espaços de enunciação são espaços, divididos desigualmente, de disputa pela palavra” (GUIMARÃES, 2005, p. 20). O espaço de enunciação é essencial, segundo o autor, para não tomarmos a enunciação como algo individual e subjetivo e desta maneira enunciar é colocar a língua em funcionamento de maneira que a língua funciona no acontecimento e não por assunção de um indivíduo.

Guimarães disse anteriormente que era necessário falar da cena enunciativa pois é nela que se dá a assunção de uma palavra. A cena enunciativa apresenta a organização das relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas que dão acesso à palavra, sendo também as cenas especificações locais que se dão nos espaços de enunciação.

Para complementar, o autor vai nos dizer que:

a cena enunciativa é assim um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento. Os lugares enunciativos são configurações específicas do agenciamento enunciativo para “aquele que fala” e “aquele para quem se fala”. Na cena enunciativa “aquele que fala” ou aquele para quem se fala” não são pessoas mas uma configuração do agenciamento enunciativo. São lugares constituídos pelos dizeres e não pessoas donas de seu dizer. Assim estudá-la é necessariamente considerar o próprio modo de constituição destes lugares pelo funcionamento da língua. (GUIMARÃES, 2005, p. 23)

Afastando-se novamente de Benveniste, a distribuição de lugares na cena enunciativa possui a temporalização própria do acontecimento descrita por Guimarães.

Descrevendo as categorias da cena enunciativa temos a fonte do dizer, chamada de Locutor (L), mas esta representação do dizer é dividida, pois L é afetado pelos lugares sociais de dizer que o autorizam a falar, “em outras palavras, o Locutor só pode

falar enquanto predicado por um lugar social” (GUIMARÃES, 2005, p. 24). Este lugar social é chamado de *locutor-x*. Sobre estas figuras da cena enunciativa e acontecimento, Guimarães aponta que:

assim é preciso distinguir o Locutor do lugar social do locutor, e é só quando ele se dá como social (locutor-x) que ele se dá como Locutor. Ou seja, o Locutor é díspar a si. Sem essa disparidade não há enunciação. Deste modo, no acontecimento de enunciação há uma disparidade constitutiva do Locutor e do locutor-x, uma disparidade entre o presente do Locutor e a temporalidade do acontecimento. (GUIMARÃES, 2005, p. 24)

Além do Locutor e locutor-x na cena enunciativa, há também a figura do *enunciador*. Há quatro tipos de enunciadores descritos por Guimarães. O primeiro é o *enunciador-individual* posição na qual a enunciação se dá como se fosse independente da história. O segundo é o *enunciador-genérico* que pode ser entendido como o lugar do qual se dão os ditos populares. Por exemplo, isto é, trata-se de um lugar enunciativo do qual se diz aquilo que todos dizem, também é ainda uma forma que enuncia como se fosse independente da história. O terceiro é o *enunciador-universal*, no qual não há modalizações, a enunciação é dada como verdadeira, como um fato, como algo acima da história que na verdade fala do mundo, sendo o lugar do *enunciador-universal* o lugar do verdadeiro ou falso e do discurso científico também. O quarto é o *enunciador-coletivo* que fala do lugar da coletividade, do grupo.

Ainda sobre a cena enunciativa, ela

coloca em jogo, de um lado, lugares sociais do locutor, papéis enunciativos (...). O Locutor não se apresenta senão enquanto predicado por um lugar social distribuído por uma deontologia do dizer (...). Por outro lado, a cena enunciativa coloca em jogo, também, *lugares de dizer* que estamos aqui chamando de enunciadores. E estes se apresentam sempre como a representação da inexistência dos lugares sociais de locutor. E embora sempre se apresentem como independentes da história ou fora da história, são lugares próximos de uma história. (GUIMARÃES, 2005, p. 26)

A distribuição dos lugares se dá pelo acontecimento e sua própria temporalidade fazendo com que o sentido da enunciação seja produzido por esta divisão do Locutor na cena enunciativa.

2.1.1 O Conceito de *texto* para Guimarães

Retomando o assunto sobre *designação e nomeação*, o que Guimarães nos diz que devemos observar é a relação entre enunciações, entre os acontecimentos de linguagem lembrando sempre do *memorável* e das *temporalidades* que são específicas de cada *acontecimento*. Devemos buscar na relação entre *designação* e *referência*, o modo como um nome está sendo referido em um texto. É necessário entender a textualidade do nome com os demais termos do texto funcionando “aparentemente” como substituição de um termo para outro. Assim, os modos de se referir a um termo são também as maneiras de determiná-lo e predicá-lo.

Sobre as relações de textualidade, Guimarães vem nos explicar o que é a *reescritura* que faz com que aquilo que está no texto seja interpretado como diferente de si. Analisar a designação de uma palavra no texto é ver como está constituída a sua significação.

O que pretendo dizer é que as questões tomadas como procedimentos de textualidade são procedimentos de *reescritura*. Ou seja, são procedimentos pelos quais a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito. Assim a textualidade e o sentido das expressões se constitui pelo texto por esta reescrituração infinita da linguagem que se dá como finita pelo acontecimento (e sua temporalidade) em que se enuncia.

A reescrituração é uma operação que significa, na temporalidade do acontecimento, o seu presente. A reescrituração é a pontuação constante de uma duração temporal daquilo que ocorre. E ao reescrever, ao fazer interpretar algo como diferente de si, este procedimento atribui (predica) algo ao reescriturado. E o que ele atribui? Aquilo que a própria reescrituração recorta como passado, como memorável. (GUIMARÃES, 2005, p. 28)

“O sentido é constituído pelo modo de relação de uma expressão com outras expressões do texto”. É por meio desta relação que se é possível descrever o que é rememorado nos sentidos de acordo com pontos recortados do próprio texto. “Ou seja, a descrição do sentido não pode se limitar ao estudo do funcionamento do enunciado. Este é parte da questão e não seu lugar”. É necessário olhar para os sentidos dos enunciados dentro de um texto e para isso precisamos entender como Guimarães entende o mesmo; nesta dissertação, estamos abordando as definições lexicográficas do termo *escravidão* como textos. (GUIMARÃES, 2005, p. 28)

Dizer apenas que o texto é unidade de sentido da qual os enunciados são integrados no acontecimento da enunciação parece, para Guimarães, algo muito raso e superficial. Para começar sua explicação sobre o assunto, o autor nos diz:

Deste modo o texto é uma unidade no sentido de ser algo finito e que se caracteriza por integrar (...) enunciados. Ou seja, o texto se caracteriza por ter uma relação com outras unidades de linguagem, os enunciados, que são enunciados e que significam em virtude dessa relação. O texto é, nesta medida, uma unidade que se apresenta entre outras da mesma natureza. No entanto o texto não tem unidade, se esta palavra significa qualidade do que é uno, do que é homogêneo. O texto é uma unidade (termo -1), mas não tem unidade (termo - 2), não é uno. (GUIMARÃES, 2011, p. 20-21)

Com estas palavras, Guimarães quer dizer que a unidade do texto é empírica, mas não devemos olhar para o texto de modo empírico e homogêneo, mas sim heterogeneamente em suas relações com o que é interno e até mesmo externo ao texto. A palavra integração é muito importante de ser destacada pois um texto integra enunciados e não é composto de enunciados ou por um conjunto de enunciados existentes somente reunidos.

Ainda sobre a noção de integração do texto, de acordo com Guimarães é preciso tomar o texto na sua transversalidade, dizendo que:

as relações de sentidos não são segmentais, mas são normalmente transversais, sobrepostas, etc, posso considerar esta relação de sentido, a integração, de um modo novo e assim caracterizar o texto não como composto por segmentos, mas como integrado por elementos linguísticos de diferentes níveis e que significam em virtude de integrarem esta unidade. O sentido dos enunciados é esta relação de integração.

Um aspecto que precisa ser considerado aqui é que esta relação de integração se dá porque ela é constituída pela relação de enunciação, por que um falante, no sentido que dou a este termo (Guimarães, 2002) preenche a distância que se instala entre os segmentos se esses se combinassem mecanicamente. (GUIMARÃES, 2011, p. 22-23)

O que o autor quer dizer (2011) ao mencionar o falante ele apresenta a cena enunciativa, que são lugares de dizer, as figuras de enunciação dos quais o sujeito Locutor se reporta ao seu destinatário (alocutário), num determinado espaço de enunciação, espaços esses que são divididos entre suas línguas e falantes, nele presentes de maneira hierarquizada.

Ainda sobre a noção de texto, Guimarães fala da importância da noção de autor para a sua definição:

A relação de autor, ao contrário, permeia todo um conjunto de elementos, na medida em que o texto não é um conjunto de elementos, mas uma unidade integrada por enunciados. A integração de enunciados no texto é produzida pelo acontecimento de enunciação, pela relação autor (por um locutor-autor). Assim estamos diante de um aspecto importante que caracteriza o texto: ele se apresenta enunciativamente enquanto unidade de integração por uma relação com um lugar social de locutor (o lugar do autor). E é exatamente por isso que a relação de sentido, a relação de integração não é segmental, não se reduz à linearidade, considerar o texto linearmente seria pensá-lo ou como uma unidade empírica, ou como unidade lógica da ordem do Locutor. (GUIMARÃES, 2011, p. 26)

Outro aspecto importante que o autor menciona sobre o texto é que o mesmo sempre reporta a enunciados anteriores, a outros textos, ou seja, há sempre no acontecimento do texto o dizer de outros, de maneira modificada podendo um texto ser considerado até uma versão de outro texto ou de si próprio.

“Um aspecto importante a considerar aqui é que a análise de textos nos coloca no lugar de quem “lê” um texto” (GUIMARÃES, 2011, p. 33). Estar nesta posição é estar como correlato do autor, mas não se pode esquecer de que como há o locutor-x há também o alocutário-x (leitor-x) que lê o texto de um determinado lugar de dizer:

Além deste aspecto, temos que considerar que este alocutário-leitor se movimenta pelos lugares de destinatário (universal, individual, genérico, coletivo), de modo específico e não necessariamente de modo correlato aos lugares do enunciador. Assim, se há algo em um texto que é enunciado por um enunciador universal, isto pode ser interpretado pelo leitor a partir de um lugar de enunciador coletivo ou individual. (GUIMARÃES, 2011, p. 34)

Desta maneira, o que Guimarães quer nos dizer é que a leitura de um texto pode ser vista não de uma maneira fechada e única, mas sim com diversos olhares de acordo com o seu leitor colocando o sentido do texto mais uma vez em relação com o que está fora dele na cena enunciativa. “E nesta medida o lugar de leitor constitui um lugar de autor a ser considerado e é assim que o processo de interpretação vai ganhar o seu modo de funcionamento” (GUIMARÃES, 2011, p. 34).

Como vemos, deste ponto de vista, a relação AUTOR/LEITOR é uma relação constituída por uma disparidade. E esta disparidade pode ser compreendida, nos termos de minha concepção do acontecimento como segue: a relação de autor se dá de uma relação do presente ao passado do acontecimento e a relação de leitor, de lugar social de alocutário, se dá na relação do presente ao futuro do acontecimento. E é esta disparidade que constitui, como próprio do procedimento de interpretação, a relação com o que se pode descrever do texto com aquilo que do seu exterior nele significa. (GUIMARÃES, 2011, p. 35)

2.2 Semântica do Acontecimento – Análises do Dicionário

2.2.1 Análise da Palavra *Cidadania*

Neste tópico, veremos como a autora Oliveira (2006) aborda dentro do projeto História das ideias Linguísticas e da Semântica do Acontecimento, a história da palavra *cidadania* em dicionários do Brasil e de Portugal que são pertinentes à história da lexicografia brasileira, buscando, com o entendimento dos sentidos desta palavra, compreender melhor seu uso político na vida moderna e contemporânea.

Como a autora trabalha com a metodologia da Semântica do Acontecimento, o dicionário também é um objeto político, dividindo assim o real da língua para compor uma unidade que é a língua portuguesa, a língua do Estado, a língua nacional. Contudo, de acordo com a história da lexicografia brasileira, sua primeira aparição, em língua portuguesa, se dá em obras lusitanas fazendo com que haja uma relação com Portugal nas definições lexicográficas.

Tendo então o dicionário como *corpus* a autora diz que:

Contar a história de uma palavra em um *corpus* lexicográfico implica compreender como o real da palavra e das ideias que ele nomeia é recortado em um instrumento linguístico com grande força normativa sobre os falantes, um instrumento que produz um saber que se dá ao mesmo tempo sobre a língua e o mundo. (OLIVEIRA, 2006, p. 19-20)

É dessa maneira que também vamos analisar a palavra *escravidão* nos dicionários que compõem o *corpus* desta dissertação. Ainda sobre este olhar para o dicionário, a autora complementa, dizendo sobre sua pesquisa:

Esta pesquisa opera sobre este duplo saber, ao tomar como objeto não a história de uma ideia, mas a história de uma palavra tal como aparece inscrita no instrumento linguístico que é o dicionário, assumindo que esse instrumento pode não só nos contar algo da palavra, mas também nos permitir flagrar modos de dizer a sociedade na qual ela funciona. (OLIVEIRA, 2006, p. 20)

Além de se juntar à História das Ideias Linguísticas e à Semântica do Acontecimento, Elias de Oliveira também menciona a noção de *interdiscurso* trabalhada pela Análise do Discurso de linha francesa. Dentro de todas estas perspectivas, o dizer é histórico, pois advém de um sujeito interpelado historicamente, e é também político, pois há a divisão do dizer. “Contar a história de uma palavra como uma história de

sentidos implica, então, em dar visibilidade ao trabalho do político sobre a divisão ideológica (histórica) dos sentidos”. (OLIVEIRA, 2006, p. 21).

Na Semântica do Acontecimento os sentidos se dão enquanto parte de em enunciado e este enquanto parte de algo maior, o texto. Dito isso, é necessário compreender a *designação* da palavra no acontecimento enunciativo das definições lexicográficas a serem analisadas que irão ajudar na composição do Domínio Semântico de Determinação (DSD) que abordaremos no capítulo seguinte. Resumindo, “o que procurarei mostrar nas definições do *corpus* é um processo polissêmico presente nas diferentes determinações das palavras-entrada; processo de divisões ideológicas que constitui a base do movimento político na história da palavra *cidadania* nos dicionários”. (OLIVEIRA, 2006, p. 24)

Como a autora nos diz que irá trabalhar com a polissemia, a mesma nos diz que Michel Bréal⁸ apresenta este conceito no final do século XIX, sendo o mesmo o “fato de um mesmo significante linguístico portar vários significados” (OLIVEIRA, 2006, p. 24). Contudo, a autora pretende usar a polissemia entendendo-a não como um meio de fixar os sentidos, mas sim como um fator de mudança, de movimento na normatividade que afeta a definição da palavra.

A autora toma, então, o texto como sendo as definições lexicográficas e o lexicógrafo como o sujeito falante (locutor-x) assim como faremos nesta dissertação. Assim, para ela,

O dicionário é um texto formado por unidades textuais menores: o prefácio, a apresentação, as tabelas explicativas, etc. Dentre essas unidades, estão os *verbetes*, que serão objeto de análise desta tese. Os verbetes apresentam uma estrutura particular, composta pela *palavra-entrada* e a *definição*. A palavra-entrada é o ponto de deriva sobre o qual a definição se apoia: essa é a relação fundamental pela qual se constrói a textualidade do verbete.

[...]

O *verbeta* (ou artigo) do dicionário é composto pela *palavra-entrada* (ou simplesmente *entrada*), que é o objeto da definição, e o corpo do verbete. O corpo, para mim, equivale à *definição*. (OLIVEIRA, 2006, p. 37)

Em sua tese a autora pretende mostrar no dicionário que a palavra *cidadania* é polissêmica e que os sentidos da mesma constituem uma história de suas enunciações ao

⁸ Michel Bréal é o primeiro linguista a utilizar o termo *semântica* e a analisar a mudança linguística através do significado.

longo do tempo. Para isso, Oliveira analisou dicionários brasileiros do século XX e XXI e dicionários lusitanos dos séculos XVIII e XIX. Nos dicionários brasileiros a autora analisou a palavra *cidadania* e nos dicionários lusitanos a palavra *cidadão* para compor uma pré-história da palavra. “A questão que norteará as análises nos dicionários brasileiros é: o que a palavra *cidadania* designa? Nos dicionários lusitanos, a questão é: como o dicionário designa a condição de cidadão, tomada como paráfrase de *cidadania*?” (OLIVEIRA, 2006, p. 39).

De acordo com Oliveira, o verbete *cidadão* no dicionário de Bluteau nos diz que, em uma relação entre o presente e o passado, a condição para ser cidadão é ser morador da cidade e no passado, em Roma, o cidadão não era apenas isso, mas também o “estranho” que lograsse de “foro de Cidadão Romano”. O que este verbete permitiu à autora observar é que a ordem dos verbetes é português-latim mas o português é uma tradução do latim e essa relação de tradução tem consequências na relação passado-presente sendo o presente uma projeção do passado.

A textualidade do verbete *cidadão* do Vocabulário de Bluteau além de mostrar a relação presente-passado, apresenta também os tempos em que a língua latina era falada e uma relação com o Cristianismo Romano (memorável) em suas referências à Antiguidade causando uma imagem de língua latina una. “Esse cidadão romano uno e sua língua homogênea forjam para o português e a língua portuguesa uma origem “civilizada” de língua e povo” (OLIVEIRA, 2006, p. 48).

No *Dicionário da Língua Portuguesa* de Antônio de Moraes Silva, publicado em 1789, ainda há o memorável romano que indica a relação entre a Antiguidade e a contemporaneidade, que pode ser visto no discurso jurídico de Moraes e na diacronia em Bluteau. Na oitava edição do dicionário de Moraes, que data de 1889/1891), há a separação entre cidade e Estado, sendo em um o *cidadão* morador de uma cidade e em outro *cidadão* do Estado de Direito – esta divisão irá permanecer, na designação de cidadão no século XX. Neste dicionário a língua latina está presente somente em algumas remissões etimológicas e o cidadão que Moraes apresenta é um cidadão com privilégios ao foral da cidade e possui direitos políticos na sociedade.

Sobre as produções de Bluteau e Moraes, a autora nos diz que:

O que se observa entre *Bluteau* e a oitava edição de *Moraes* é um percurso de divisões polissêmicas às quais vão se acrescentando ou eliminando acepções e exemplos, em um movimento que, aos poucos, inscreve o dizer em novos espaços, com novas divisões. A divisão polissêmica se mostra, nas definições analisadas, o processo que possibilita a mudança semântica, que é o próprio movimento político na normatividade da definição. (OLIVEIRA, 2006, p. 75)

Os três primeiros dicionários brasileiros do século XX que a autora analisou— o *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa* (PDBLP) de Lima Barroso (1938), o *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa* de Laudelino Freire (1939) e o *Dicionário de Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras* de Antenor Nascentes (elaborado entre 1941-1943 e publicado entre 1961-1967) –, apresentam a *cidadania* como “qualidade de cidadão” o que fez com que Oliveira tivesse que analisar o verbete cidadão também. No *Aurélio* ou *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (1975) há na definição de cidadania a palavra “estado” e “qualidade” de cidadão sendo este um novo modo de enunciar o que é cidadania, mas a autora também observará o que é cidadão.

Os dicionários mencionados acima apresentam poucas diferenças entre si, mas com as novidades apresentadas no dicionário *Aurélio* que possui a primeira menção ao Brasil, com o uso de *cidadania brasileira*. Com o acréscimo dos termos qualidade e estado ao sentido de cidadania, o que a autora pôde observar foi uma situação que pode ser transitória ao sentido de cidadania.

Mesmo os três primeiros dicionários do século XX apresentando a mesma acepção de cidadania, a autora pode notar certos deslocamentos ao observar o termo *cidadão*. No dicionário de Laudelino Freire a definição é menos fechada em si mesma, o que produz um efeito sobre o leitor diferentemente do PDBLP. O dicionário de Antenor Nascentes associa cidadania à república, governo que já era vigente na escrita do dicionário fazendo que o memorável anterior à cidadania não seja uma relação com o Estado, mas sim uma sujeição.

Sobre o *Aurélio*, Oliveira também notou diferenças:

Nas três edições do *Aurélio*, os enunciados das acepções urbana e jurídica de *cidadão* são os mesmos. A acepção urbana é igual à do PDBLP: “habitante da cidade”. A diferença está na ordem; no dicionário de Ferreira, a primeira acepção é jurídica: “indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este”. (OLIVEIRA, 2006, p. 87)

Além do discurso jurídico do cidadão urbano no *Aurélio*, com o acréscimo ao termo das palavras *indivíduo*, *homem* e *sujeito* também é acrescido ao jurídico o cotidiano. Esse acréscimo consta também na edição do ano 2000 cuja única alteração é a inclusão da indicação etimológica.

Ao analisar os dicionários mencionados acima, Oliveira pôde observar que a definição de *cidadania* está atrelada ao sentido de cidadão, mas ao analisar o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2001) de Antônio Houaiss e o *Dicionários de Usos do Português* (DUP) (2002), coordenado por Francisco da Silva Borba observou que as definições desses dicionários correspondem a um outro momento de designação em que *cidadania* pode ser analisada em sua totalidade, contudo, a autora ainda observa a relação entre cidadania e cidadão.

No *Houaiss* o verbete *cidadania* é predominantemente jurídico. Já o verbete *cidadão* inicia-se com uma acepção urbana e depois jurídica, mostrando a relação com o Estado por direitos e deveres. Neste dicionário, retornam os memoráveis da Antiguidade pelo caráter etimológico-filológico do dicionário.

Uma mudança significativa que a autora pôde observar no DUP é o não uso de “qualidade” ou “condição” de *cidadão*. Diferentemente dos outros dicionários, que era necessário saber o que era cidadão para entender o que é cidadania, no DUP acontece o inverso, *cidadão* é que remete à *cidadania* e não o contrário. Ou seja, há uma desnaturalização dos sentidos de *cidadania*. *Cidadão*, no DUP, é o primeiro do *corpus* que não apresenta a acepção urbana, somente a jurídica. Em suma, o que autora observou é que o início do século XXI apresenta uma mudança ao sentido de *cidadania* e *cidadão*, focando não mais sua relação etimológica mas no seu uso:

O percurso realizado nos mostra que o momento atual dessas duas palavras, em especial de *cidadania*, é um momento de mudança. A enunciação do dicionário significa o momento atual da nossa sociedade, no qual a circulação dessas palavras é grande – momento em que a própria constituição do país é chamada de “cidadã” – e no qual aumenta a reflexão sobre elas. Um momento em que os sentidos dessas palavras estão em movimento. (OLIVEIRA, 2006, p. 114)

Concluindo sua tese, a autora nos diz que foi necessário buscar o passado da palavra *cidadania* antes mesmo dela ser introduzida nos dicionários de língua portuguesa, observando então dicionários lusitanos e brasileiros. Entendendo os verbetes como textos que apresentam um memorável em sua textualidade que nos levam

a certas projeções de interpretação, tornou-se possível, para a autora, perceber “falha na universalidade em pontos de equívoco nos quais se inscreve a polissemia, produzindo movimentos nos espaços de enunciação da palavra, e, assim, conduzindo à mudança” (OLIVEIRA, 2006, p. 115).

A partir da inclusão da palavra cidadania, nos dicionários, a autora pôde observar que durante todo o século XX o significado de cidadania era completamente dependente de cidadão, e que as acepções de cidadão deste período mostram as mudanças políticas ocorridas no Ocidente.

Para terminar, os dicionários da virada do século XXI observados pela autora passam a ter o verbete *cidadania* de forma independente do verbete *cidadão*. Essa mudança acontece num período de voga do termo *cidadania* na sociedade.

2.2.2 Análise da Palavra *Preconceito*

Em sua dissertação de mestrado, Paula Machado (2007) realizou um estudo sobre os sentidos do termo *preconceito* em dicionários de grande circulação nos séculos XX e XXI situando-se teoricamente na História das Ideias Linguísticas e na Semântica do Acontecimento. A autora procurou também compreender como o termo *preconceito* era conceituado nas áreas de conhecimentos como as Ciências Sociais, a Psicologia e na Linguística propriamente dita. Trabalhando pelo viés da perspectiva teórica acima citada, assim como na tese de Oliveira (2006), Paula Machado (2007) também olha para o dicionário como um lugar específico da relação entre o sujeito, a sociedade e a história entendendo que desta maneira os sentidos se constituem historicamente na linguagem.

Sendo ainda o preconceito, dado de diversas maneiras como de gênero, raça, cor, sexual e entre outros, um problema atual em nossa sociedade. A autora buscou saber quais os sentidos de preconceito que circulam na sociedade dentro de um *corpus* formado por definições lexicográficas.

Paula Machado nos traz que o funcionamento da linguagem é polissêmico, contudo, há um imaginário social de unicidade e veracidade dos sentidos das palavras, esquecendo sua natureza histórica e social. O dicionário muitas vezes reforça este imaginário, por ser entendido como unidade. Contudo o dicionário deve ser entendido

como “um saber legitimado sobre a língua que divide o real por excluir sentidos, ou seja, pode ser entendido como um objeto político” de acordo com os preceitos de Eduardo Guimarães. (PAULA MACHADO, 2007, p. 13)

Tomando o dicionário não só pelo seu papel no ensino de línguas, mas também como um objeto de consulta de situações variadas, as definições lexicográficas dentro da perspectiva teórica adotada são vistas como um texto e o dicionário como um objeto histórico, como um lugar privilegiado que se pode observar o que é dito sobre os sujeitos, a sociedade e a história. “Nosso objetivo foi observar a designação dessa palavra em cada acontecimento enunciativo. Isto não significa apenas observar o que ela significa nas relações internas da língua, mas observar seus sentidos na relação com a história, e com o sujeito”. (PAULA MACHADO, 2007, p. 13)

A análise de dicionários de grande circulação nos séculos XX e XXI juntamente com um estudo sobre o preconceito nas Ciências Humanas possibilitou à Paula Machado (2007) analisar um percurso histórico dos sentidos da palavra em questão, vendo como o preconceito é e foi entendido na sociedade, levando em consideração que há sempre um passado de sentidos (memorável) que atua nas significações das enunciações.

Na perspectiva adotada por Paula Machado (idem), os efeitos de sentidos preconceituosos são constituídos sócio historicamente na enunciação e o funcionamento da linguagem determina o sujeito falante que não tem controle dos sentidos nela produzidos. Desta maneira, o preconceito linguístico na linguagem é constituído nela e por ela. Para sustentar esta posição a autora traz o modo como Eni Orlandi trata o preconceito linguístico, considerando a materialidade histórica da constituição dos sentidos na língua, relacionando-se assim com a Semântica do Acontecimento.

Nessa perspectiva os sentidos, neste caso especificamente o preconceito, se constituem não de maneira individual, mas sim histórico e socialmente e são regidos por relações de poder que estão marcadas na linguagem:

Assim, para Orlandi, em relação ao preconceito linguístico, não são as normas e regras que constituem em si mesmos preconceitos, mas é o modo como as diferenças em relação às normas são significadas por uma hierarquização dos seus sentidos historicamente constituída. (PAULA MACHADO, 2007, p. 71)

Além de olhar a questão sócio histórica da língua, dentro da perspectiva da Semântica do Acontecimento que baseia a dissertação de Paula Machado, a língua portuguesa é dividida e essa divisão é política – termo assim abordado no início deste capítulo. “E é desse modo, a partir das divisões políticas das línguas, e do seu funcionamento histórico no espaço de enunciação, que vamos agora observar a questão do preconceito em relação às línguas” (PAULA MACHADO, 2007, p. 42). Orlandi (2001) fala do silenciamento dos sentidos e Guimarães (2002) fala do político como um conflito e divisão dos sentidos, Machado conclui que o preconceito é o silenciamento do político, “é a naturalização da hierarquização normatizada que coloca fora da norma (da unidade identificadora) os desiguais” (PAULA MACHADO, 2007, p. 77).

Como dito anteriormente Paula Machado considera como seu texto de análise, dentro da teoria da Semântica do Acontecimento, as definições lexicográficas do termo preconceito. O texto analisado pela autora possui características específicas. Nas definições, as acepções são os enunciados que se articulam entre si por enumeração, por sinonimização de palavras que se encontram justapostas sem conectivos (separadas apenas por vírgula ou ponto-vírgula). Há também a indicação etimológica do termo *preconceito*, exemplos de uso, morfologia da palavra entre outros elementos que contribuem para o sentido de *preconceito*. As definições de *preconceito* são formadas de redes parafrásticas e redes sinonímicas, neste caso a paráfrase não é só uma forma diferente de dizer o mesmo, mas é algo que movimenta os sentidos levando à polissemia:

Na análise, interessa o modo como a palavra *preconceito* tem seus sentidos constituídos nas diferentes enunciações dos dicionários por outras palavras e como essas palavras ou expressões linguísticas se articulam produzindo sentidos.

Como estamos tomando para a análise um nome (preconceito), interessa-nos especificamente o que este nome designa, no sentido em que tomamos a designação (...). (PAULA MACHADO, 2007, p. 87)

Paula Machado para realizar suas análises o conceito metodológico do Domínio Semântico de Determinação (DSD), que se dá pelos procedimentos de *reescrituração* e *articulação* que vão determinar a palavra preconceito construindo o seu DSD.⁹

⁹ O conceito metodológico do Domínio Semântico de Determinação (DSD) será apresentado no capítulo seguinte desta dissertação.

Além de considerar o verbete *preconceito* dentro da Semântica do Acontecimento como um texto, o dicionário é visto pela autora, assim como Auroux descreve, um instrumento linguístico de gramatização, como posto na História da Ideias Linguísticas. Além de ser um objeto histórico, o dicionário é um objeto político, conforme diz Guimarães.

O recorte analítico da dissertação de Paula Machado é diferente do recorte de Oliveira, pois se limita a um verbete em cada dicionário que faz parte de um texto maior que seria o dicionário – nesta parte sim, assemelhando-se à tese de Oliveira. Paula Machado então compara as análises da palavra preconceito com o que já foi dito pelas Ciências Sociais. Interessa para a autora então observar a polissemia nas diferentes definições a fim de perceber quais sentidos se mantêm e quais são acrescidos, ou suprimidos constituindo movimentos semânticos para observar a história de sentidos da palavra *preconceito*.

Paula Machado (2007) começa sua análise pelo *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (PDBLP)* e observa que a definição de preconceito é a mesma na 1ª, 2ª, 6ª e 11ª edição do dicionário. É uma definição curta e sem exemplos, composta por enumeração de expressões e palavras justapostas, contendo apenas sua indicação morfológica. Esse tipo de definição mostrou à autora uma exiguidade do verbete. Preconceito é determinado no PDBLP por *conceito* e *opinião* de um lado, e do outro por *superstição* e *prejuízo*, ademais, possui como antonímia o termo *reflexão*.

Pelo uso de *conceito antecipado* na definição, Paula Machado (2007) pôde observar o memorável do discurso científico. Em contrapartida, o memorável do senso comum e misticismo do cotidiano também foi observado pelos usos *superstição* e *opinião*. Não há indicação de diferença dos memoráveis, ou seja, eles estão homogeneizados na definição.

O segundo dicionário que Paula Machado analisou foi o *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*, de Francisco da Silveira Bueno (1955), publicado pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), para uso nas escolas. Este dicionário possui a mesma definição que o PDBLP.

O terceiro dicionário analisado foi o *Aurélio* ou *Novo Dicionário da Língua Portuguesa (NDLP)* (1975), que é um dos dicionários mais utilizados na atualidade. Os

interlocutores do lexicógrafo deste dicionário são as pessoas em geral. A autora pôde perceber que há na definição uma cena na qual o memorável é tanto de origem latina quanto portuguesa. Desta maneira, tanto o latim quanto o português estão em relação no espaço de enunciação brasileiro. Pelas reescrituras *crendices* e *superstição* há novamente o memorável místico na definição com efeito de intertextualidade com o PDBLP na sua informação etimológica.

O quarto dicionário analisado por Paula Machado é o *Novo Aurélio Século XXI: o Dicionário da Língua Portuguesa* (1999) que se trata da terceira versão do Aurélio (1975). Este dicionário busca abranger tanto a língua escrita como a língua falada não só no Brasil, mas também em outros países de língua portuguesa. Outro destaque que esse dicionário traz é a modernidade do século XXI sendo digitalizado em CD-Room e disponível na internet. A definição deste dicionário é a mesma de suas duas versões anteriores a não ser pela falta da etimologia da palavra. Na cena enunciativa a autora pôde observar a morfologia da palavra mostrando que a definição é para um leitor culto e “mais simples” ao mesmo tempo, o que explica também a ausência da etimologia em latim da palavra em questão tornando a definição mais compreensível para todo tipo de público. Sem a origem latina, o português passa a explicar por si próprio o sentido da palavra. Mesmo sendo inovador em relação às novas tecnologias, a autora conclui que o mesmo não se sucede no modo de definir *preconceito* pois a definição é a mesma.

O quinto dicionário observado por Paula Machado é o *Michaelis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa* (1998). Este dicionário não possui prefácio nem nota editorial, somente uma apresentação para explicar os recursos gráficos utilizados nas definições; também não é mencionado, neste dicionário, a quem o dicionário se destina, fazendo com que a autora concluísse que o dicionário Michaelis se destina para o público em geral. Há novamente o memorável místico nas definições observado pelas reescrituras *crendices* e *superstição*, que também estão presentes no Aurélio (1975), mas com outras predicções. No DSD o termo preconceito é determinado por um lado por *conceito*, *opinião* e por outro por *superstição*, ademais, temos a determinação por *emoção* e *sentimento desfavorável*.

No dicionário Michaelis, Paula Machado pode observar uma relação da definição preconceito com as Ciências sociais:

Até então, nas definições anteriores tínhamos reescrituras que definiam *preconceito* no plano conceitual (...). No *Michaelis*, preconceito (...) o enunciador lexicógrafo, ao descrever comportamentos, insere a imagem que faz do que significa a palavra *preconceito* tendo em vista as relações sociais.

[...]

É portanto, no dicionário *Michaelis* de 1998 que vemos uma maior relação entre os sentidos da palavra *preconceito* com as discussões realizadas nas Ciências Sociais e na Psicologia, pelo próprio modo de definir e por mobilizar o memorável da discriminação com a designação *atitudes discriminatórias* que não apareceu nas definições anteriores. O aparecimento de sentidos relacionados com o discurso sociológico é, portanto, tardio, mas vai sendo incorporado aos poucos. (PAULA MACHADO, 2007, p. 117-118)

O sexto e último dicionário observado pela autora é o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2001), publicado pelo Instituto Houaiss de Lexicografia. Este é o dicionário mais utilizado atualmente com informações como data aproximada da primeira utilização do termo, origem etimológica, morfológica e definições de diversas áreas do conhecimento. Os interlocutores deste dicionário são os falantes de língua portuguesa do Brasil, Portugal e da África. Além desses, aqueles que não sabem escrever na língua portuguesa são interlocutores do Houaiss. O DSD deste dicionário mostra *preconceito* sendo determinado de um lado por *ideia, opinião, crença, parecer insensato, estereótipo, sentimento* e, por outro lado, é determinado por *atitude ética*, e, também, por *preconceito racial* cujo sinônimo é *estereótipo*, determinado por *intolerância*. Na relação de antonímia, de preconceito, é determinado de um lado por *exame crítico, razão, conhecimento, ponderação* e de outro por *cientificidade, racionalidade e consciência*. A definição do Houaiss se assemelha à do Aurélio, apresentando um enunciador que emite juízo de valor e pelo preconceito de raça que se destaca das demais definições de preconceito.

Depois de suas análises, a autora nos apresenta algumas considerações:

A análise das designações em diferentes acontecimentos enunciativos nos possibilitou observar pelo movimento semântico uma divisão no próprio modo de definir *preconceito*. Observamos dois procedimentos de definição no interior dos verbetes: o primeiro diz respeito à definição da palavra *preconceito* de forma conceitual e o segundo diz respeito a descrição da palavra *preconceito* enquanto um comportamento no mundo. (PAULA MACHADO, 2007, P. 125)

E continua:

Temos, então o movimento do sentido etimológico para o sentido social determinando a palavra *preconceito*, como vimos anteriormente. Este movimento semântico no dicionário acontece tardiamente em relação aos sentidos que circulavam em outras áreas

das Ciências Humanas num período anterior à produção dos dicionários analisados. (PAULA MACHADO, 2007, p. 126)

A proposta inicial da autora era de analisar a designação da palavra preconceito em dicionários da lexicografia nacional, que se destacam na contemporaneidade de sua dissertação. Contudo, a dissertação demandou que a autora também contrastasse as definições lexicográficas com outras áreas do conhecimento como as Ciências Sociais e a Psicologia. Isso levou-a a observar a historicidade dos sentidos do termo preconceito, através de como as definições foram elaboradas em seu processo histórico.

A análise feita por Paula Machado feita no viés da Semântica do Acontecimento e da História das Ideias Linguísticas, juntamente com a Análise do Discurso, possibilitou observar a polissemia do termo preconceito e a divisão política e histórica dos sentidos. “Observamos que há um movimento semântico, que vai do sentido etimológico ao da exclusão social, que, pelo contraste com o estudo sobre o preconceito (...) é incluído tardiamente e de forma lenta nas diferentes definições analisadas” (PAULA MACHADO, 2007, p. 129). A questão social só começou a aparecer, no *corpus* analisado pela autora, a partir do dicionário Aurélio (1975) sendo as definições anteriores a este, apenas conceitual.

Para concluir, a autora nos diz que

os sentidos excluídos, que ficaram fora desta língua controlada, vão sendo incluídos vagarosamente por dicionários publicados no final do século XX e início do XXI. Os dicionários constituem-se como uma normatividade que recorta certos sentidos, silenciando outros. Assim, observamos que algo do falado pela língua, e não incluído, vai sendo incluído pela língua normatizada lentamente. Desse modo, podemos dizer que a língua não normatizada pelos instrumentos linguísticos já dizia algo que era excluído pela normatividade e que é incluído tardiamente e lentamente na língua normatizada. O dicionário funciona, portanto, como controlador dos sentidos. (PAULA MACHADO, 2007, p. 129-130)

2.2.3 Análise do Dicionário de Competências da Petrobras

Diferentemente de Oliveira (2006) e Paula Machado (2007) que trabalharam com o Domínio Semântico de Determinação (DSD), Nogueira (2012) foca a sua análise na noção de texto e cena enunciativa de Eduardo Guimarães, tomando então como objeto de análise o Dicionário de Competências da Petrobras (DC) que foi um material publicado pela Petrobras para ser de acesso a todos os trabalhadores da empresa com o

intuito de “dar unidade” à gestão da Petrobras. O Dicionário de Competências foi publicado em 2008 com a finalidade de “didatizar” os principais conceitos da empresa para uma melhor gestão do trabalho.

Através da cena enunciativa Nogueira (2012) pôde resgatar os possíveis lugares sociais representados pelo locutor-x. São eles o *locutor-empresa* ou *locutor-Petrobras* sendo o último um lugar social que se apresenta também como autor do texto havendo a tomada de palavra pelo mesmo.

A autora também observou que a representação do lugar de dizer deu-se de duas formas: pela mensagem do gerente executivo que assina como Recursos Humanos, no caso tem-se o *enunciador-coletivo* e ao longo do texto há a variação entre *enunciador-universal* e *enunciador-coletivo* representando o corporativo da Petrobras.

Há no material uma clara diferença entre gerentes e empregados, com isso o que a autora pode perceber é a relação política que há no texto DC, pois é sempre o gerente que orienta:

Como se trata de um dicionário, o procedimento de nomeação do DC é o tempo todo mobilizado. A composição do DC é de imagens e textos com curtos parágrafos que são característicos de um texto explicativo e/ou didatizante. As colunas não funcionam da seguinte maneira – x é y – tem-se o nome numa coluna e na outra a definição direta. O DC, dada as características aqui descritas, se assemelha com um manual. “Ou seja, o texto se diz um dicionário, mas, com efeito, funciona como um manual, um manual para guiar o modo de trabalho” (NOGUEIRA, 2012, p. 3). O DC da Petrobras é um modelo que deve ser implementado com certa rapidez e eficácia, por isso funciona como um manual.

Assim, nomear de *dicionário* este *manual* já é parte do modo de se relacionar na cena enunciativa. Por se tratar, inclusive, de uma publicação interna da Petrobras, há nesse texto uma imagem de um determinado sujeito-trabalhador. Então, uma questão que se põe é: por que já não aparece diretamente como um manual de comandos e sim como um dicionário? (NOGUEIRA, 2012, p. 3)

A autora mesma responde sua questão ao dizer que a formulação de dicionário mobiliza a memória (memorável) de modernidade, de renovação e inovação da gestão do trabalho, renovando o discurso do trabalho. Um manual, segundo Nogueira, é entendido como uma antiga maneira de organizar o trabalho, algo da gerencia

tradicional. Chamar o DC de dicionário direciona para a conclusão de algo democrático, de acesso a todos e menos autoritário do que um manual.

Ainda sobre a cena enunciativa, a autora descreve: “a relação entre locutores aqui é que há o locutor-empresa (que fala como enunciador coletivo), que é quem fez o dicionário e que fala para um alocutário-empregado, tomando como destinatário-coletivo, o conjunto dos trabalhadores da Petrobras”. (NOGUEIRA, 2012, p. 4)

No recorte das competências organizacionais, tem-se a presença do enunciador-coletivo, o locutor-empresa representando o corporativo. No recorte das competências individuais, apesar de se tratar de um enunciador-coletivo e destinatário-coletivo, as competências e capacidades do trabalhador (individual) é que estão sendo buscadas de acordo como DC para que os funcionários sejam mais adequados às exigências da empresa.

Nogueira (2012), além de tratar da cena enunciativa, aborda também a noção de texto de Eduardo Guimarães, no qual texto é uma unidade de significação. Ademais, outro aspecto que Nogueira aborda, do autor acima mencionado, é como o mesmo designa a relação de autor, pensando sempre no lugar social do locutor. Olhando para seu *corpus*, o DC da Petrobras, a autora nos diz que “há um locutor-empresa (Petrobras) que dirige seu texto a um público específico: os trabalhadores nos diversos níveis, da empresa. Então podemos ter o lugar de leitor-trabalhador, o lugar de leitor-gerente, etc. É, no caso do presente texto, que toma este dicionário para análise, o lugar de leitor-linguista”. (NOGUEIRA, 2012, p. 8)

O DC da Petrobras é descrito pela autora como sendo enunciado por um lugar de dizer coletivo pela mensagem do gerente executivo e pelo enunciador-universal. Ao longo do dicionário, contudo, é direcionado para ser interpretado pelo leitor, entendido como alocutário-coletivo que são os trabalhadores da empresa Petrobras em seus diversos níveis.

“A relação com o fora do texto implica em que o sentido do texto não está todo nele mesmo, marcado pelo Locutor, mas sim nas relações que se dão a partir dos lugares sociais”. É assim que o texto DC da Petrobras pode ser lido por diversos *leitor-x*, como o leitor-trabalhador, o leitor-gerente ou até mesmo o leitor-sindicato. “E cada um desses lugares traz aspectos particulares do interesse deste lugar para o processo de leitura

conforme desenvolve o autor. Trata-se de um lugar constituído pela cena-enunciativa”. (NOGUEIRA, 2012, p. 9)

A leitura que Nogueira fez da palavra *competência* como efeito de unidade de texto só foi possível porque a mesma não seguiu a linearidade do texto, mas sim sua transversalidade como exposto na noção de texto de Guimarães.

Para concluir seu texto a autora diz que

o efeito disso em tal texto, é que a competência funciona como um argumento para o sucesso da empresa e do profissional que trabalha nela.

[...]

Apagar as diferenças (de interesses, inclusive), para que o “ambiente corporativo” seja harmônico, não conflituoso é, desse modo, apagar o político. (NOGUEIRA, 2012, p. 9-10)

2.3 Semântica do Acontecimento: Algumas Considerações

Neste capítulo observamos como a teoria enunciativa que trata do acontecimento da enunciação, a Semântica do Acontecimento, funciona. Vimos determinados conceitos teóricos como espaço de enunciação, político, cena enunciativa, designação, e texto que fundamentam as análises desta dissertação.

Também observamos possíveis maneiras de operar com os conceitos da Semântica do Acontecimento em trabalhos que tomam o dicionário como um objeto. No capítulo seguinte veremos então, quais conceitos metodológicos serão centrais para o trabalho com o *corpus*, o qual também será descrito no capítulo seguinte, a fim de sabermos quais os sentidos do termo *escravidão* se encontram no instrumento dicionário.

CAPÍTULO 3 – Metodologia de Análise

Neste capítulo, vamos descrever os conceitos metodológicos de Eduardo Guimarães que nos ajudarão a analisar a **escravidão** no dicionário, esses conceitos fazem parte do Domínio Semântico de Determinação, também conhecido como DSD, que nos ajudam a analisar as relações internas do termo em questão.

3.1 O Domínio Semântico de Determinação

Guimarães (2007) inicia sua teoria nos dizendo que o semanticista deve ser capaz de falar das relações de significação linguística, o que pode ser descrito, basicamente, como aquilo que acontece – retomando o dito em Semântica do Acontecimento (Guimarães, 2002).

As relações de sentido das expressões são entendidas, desde muito de maneira referencial, como a sinonímia: expressões que se referem às mesmas coisas do mundo; homonímia: significado igual, mas o referente é diferente; antonímia: coisas opostas; hiperonímia: uma expressão que se referem aos seus hipônimos; polissemia: mais de um sentido; ou ambiguidade: mais de um sentido que é especificado no uso.

A posição referencialista não é deixada de lado por Guimarães (2007), pois é importante pensar na relação das palavras com o que está fora delas, contudo “o que está fora da linguagem é uma construção de linguagem” (GUIMARÃES, 2007, p. 77). Isso faz com que seja possível pensar na relação das palavras com outras palavras. Esta relação não é de classificação e sim de sentido entre as palavras; dentro desta concepção que Guimarães vai apresentar o seu conceito de Domínio Semântico de Determinação, conhecido como DSD.

Quando se pensa na relação de determinação, logo se fala sobre determinante e determinado pois é uma relação semântica, mas que se distingue da predicação; contudo, Guimarães nos diz que, de uma certa maneira, “toda relação de predicação é, em certa medida, pelo menos, uma relação de determinação e vice-versa” (GUIMARÃES, 2007, p. 78) e esta relação é construída enunciativamente – nas relações de sentido entre as palavras dentro do texto.

Dizer então sobre o sentido de uma palavra, de acordo com Guimarães, é poder dizer sobre o seu DSD. O DSD nos mostra, de maneira metodológica e descritiva, a

relação das palavras e o que as determinam dentro do texto ou textos que podem ter algo em comum, como serem do mesmo autor ou sobre um certo assunto – no caso desta dissertação tratamos das acepções de **escravidão** em dicionários.

O DSD possui uma escrita própria desenvolvida por Guimarães:

Um aspecto importante aqui é que no DSD são as relações que constituem o sentido de uma palavra e estas são apresentadas por uma escrita própria. Esta escrita estabelece as relações por meio de alguns sinais específicos, que fazem parte do que seja o DSD. Os sinais são os seguintes: \vdash ou \dashv ou \perp ou \top (que significam determinam, por exemplo $y \vdash x$ significa x determina y , ou $x \dashv y$ significa igualmente x determina y); $-$ que significa sinonímia; e um traço como _____, dividindo um domínio significa antonímia. (GUIMARÃES, 2007, p. 80-81)

Mesmo vendo no texto como a palavra significa, não consideramos de antemão nenhuma realidade a qual a palavra reporta, o que o ocorre na verdade é a história de enunciação.¹⁰

Sobre os procedimentos para realizar o DSD, Guimarães nos explica o que para ele, entende-se a designação e os procedimentos de reescrituração e articulação. “A *designação* é uma relação linguística de sentido enquanto exposta ao real. Deste modo esta relação linguística é uma relação tomada na história (...) dada a história de suas enunciações” (GUIMARÃES, 2007, p. 81). Com isso, pode-se dizer que o DSD de uma palavra é o que ela designa.

Guimarães então nos diz que é devemos considerar como entra a palavra na unidade de análise, sendo esta unidade o enunciado em que essas palavras se encontram e este enunciado se encontra integrado num texto.¹¹

O procedimento de reescrituração é o processo no qual “a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si. Este procedimento atribui (predica) algo ao reescriturado” (GUIMARÃES, 2007, p. 84). Este procedimento que o autor nos traz trata-se de uma operação que no fio do dizer, as expressões se reporta, umas as outras por diversos procedimentos, são eles:

- *Repetição*: a retomada inteira ou reduzida do termo;

¹⁰ O que na verdade podemos observar é qual memorável a palavra apresenta.

¹¹ Noção de texto descrita no capítulo anterior.

- *Substituição*: termo reescriturado por outra expressão;
- *Elipse*: o termo não é repetido nem substituído, mas recuperado na enunciação;
- *Expansão*: amplia o sentido do termo analisado;
- *Condensação*: resume o termo analisado;
- *Definição*: apresenta uma significação para o termo.

De maneira geral, a reescrituração “é um modo de definir o termo” (GUIMARÃES, 2007, p. 86) e os processos de reescrituração podem se dar por diversos procedimentos de reescritura, são eles:

- *Sinonímia*: a presença de outra expressão com o mesmo sentido;
- *Especificação*: é a pormenorização do termo analisado;
- *Desenvolvimento*: quando termo analisado é melhor trabalhado;
- *Generalização*: quando se reúne o termo a um grupo de características específicas;
- *Totalização*: o termo é tratado como um todo;
- *Enumeração*: quando se trata de uma sequência de palavras em relação ao termo analisado;
- *Antonímia*: quando a reescritura é oposta ou negativa ao termo analisado.

Os procedimentos de reescrituração podem dar-se com vários procedimentos de reescritura. Tudo isso faz com que pontos do texto sejam ligados entre si no mesmo texto ou em textos diferentes, gerando então a significação:

Deste modo o processo de reescrituração constrói o sentido das palavras e das expressões linguísticas, em virtude do próprio processo com que se dá. Nosso interesse, então, não está no fato de que uma retomada se faz sobre algo que é o mesmo, mas o contrário, ao se fazer, faz significar algo que não estava significado. (GUIMARÃES, 2007, p.87)

O outro procedimento – a articulação – diz respeito às contiguidades locais. Isso quer dizer que certas formas que estão no texto afetam outras mesmo que elas não as redigam e esses procedimentos são próprios do interior do enunciado.

Para finalizar, Guimarães (2007) retoma que para se constituir o DSD, parte-se de uma palavra e procura, através dos procedimentos de análise, o que ela significa dentro do seu texto.¹² O DSD mostra o funcionamento das palavras na enunciação e a maneira como isto constitui sentido. Ele é a “caracterização de como, no acontecimento da enunciação, uma língua se movimenta ao funcionar” (GUIMARÃES, 2007, p. 96).

Temos então o referencial metodológico de como trabalharemos nesta dissertação. Através da designação nos procedimentos de reescrituração e por meio das reescritura, observaremos o DSD do termo analisado que se trata da **escravidão** no dicionário. Também observaremos de que maneira a articulação afeta da designação do termo analisado, por exemplo, a organização do dicionário e os usos dos sinais presentes nas definições. Para tanto, vejamos, primeiramente, a escolha do *corpus* desta dissertação.

3.2 Constituição do *Corpus*

As definições lexicográficas da palavra **escravidão** analisadas nesta dissertação foram recortadas de dicionários importantes para a formação e consolidação da língua portuguesa. Os dicionários escolhidos abrangem um período que engloba a existência da escravidão no Brasil, ainda colônia de Portugal, o período imediatamente pós-abolição, além de dicionários importantes ao longo do século XX e do início do século XXI. A preocupação era observar se, com o passar do tempo, com o distanciamento do período escravocrata, haveria mudanças nas definições.

Nesta parte destinaremos a descrever as características dos 11 dicionários analisados nesta dissertação a partir das informações trazidas nos seus prefácios destacando a importância desses dicionários para a lexicografia de língua portuguesa.¹³

¹² É importante dizer que de acordo como texto é que temos um DSD apresentando um sentido único e específico. Cada texto pode apresentar uma significação específica. Nesta dissertação, buscamos saber qual o sentido do termo escravidão em um *corpus* específico e bem delimitado; dentro deste *corpus* podemos chegar a uma determinada conclusão que pode variar de acordo com o objeto de análise; e é isto que Eduardo Guimarães quer nos mostrar, diferenciando-se da referencialidade, e da história do enunciado, que o sentido não é fixo, mas depende das relações de integração do texto que geram os significados.

¹³ Tivemos acesso a alguns prefácios, mas autores como Nunes, Oliveira e Paula Machado com seus trabalhos descritos aqui também contribuíram para compor a descrição dos prefácios de todos os dicionários analisados nesta dissertação.

- Vocabulário português e latino de *Raphael Bluteau* (1712 -1728):

Este dicionário, como descrito em seu título, é bilíngue português-latim, possui oito volumes, e sua característica é possuir a descrição em português e sua equivalência em latim. Este dicionário é um marco para a lexicografia de língua portuguesa por ser considerado o primeiro a trazer o português na descrição dos sentidos das palavras, mesmo que contenha o latim também. Em seu prefácio o autor considera-se como um representante da “boa” língua portuguesa e seu leitor como aquele que deve aprender esta língua e mesmo sendo estrangeiro. Bluteau se vê apto a descrever a língua portuguesa e a construção do seu dicionário se apresenta como um dicionário de autoridades. Os exemplos usados na composição do verbete são, segundo o autor do dicionário, são considerados bons representantes do português e da latinidade.

Como em sua época de produção o português estava sendo acusado de ser uma corrupção do castelhano, Bluteau decidiu escolher somente mencionar autores portugueses e estes autores falavam também das colônias de Portugal, o que incluía o Brasil. O uso deste dicionário era direcionado para que seu leitor não precisasse de escolas e mestres para dele ter acesso. O dicionário de Bluteau pode ser considerado um dicionário enciclopédico etimológico com definições, comentários e explicações.

Para completar, de acordo com Nunes (2006) sobre o dicionário de Bluteau:

Em resumo, notamos a construção no dicionário, de uma imagem da língua como prática da “eloquência” de um grupo selecionado de autores. A presença do velho e do novo, das “riquezas” e dos “enfeites” se traduz em verbetes enciclopédicos, com uma linguagem barroca. Misturam-se autores, falares e línguas (latina, hebraica, árabe, grega, italiana, castelhana, francesa, etc.), reunidos em um espaço contraditório no qual diferentes vozes explicam as significações das palavras. (NUNES, 2006, p. 187)

- Dicionário da língua portuguesa de *Antonio de Moraes Silva* (1789):

O dicionário de Moraes é o primeiro monolíngue e se baseia nas informações do dicionário de Bluteau, contudo, suas descrições são mais concisas, sem extensos comentários enciclopédicos e ao reformular o que descreve Bluteau, apresenta uma nova discursividade que está marcada pelas práticas iluministas e tende a racionar o que foi dito no dicionário anterior. O seu autor era natural do Rio de Janeiro, mas partiu para Portugal para realizar lá seus estudos, contudo o seu dicionário também foi introduzido no Brasil, ampliando a língua portuguesa nesta terra.

O seu prefácio é sucinto, composto apenas de duas páginas e retoma ser um dicionário de autoridades assim como o de Bluteau, mas de maneira melhorada, com atualização de sentidos com cortes, reformulações e acréscimos, mas tudo seguindo os ideais de simplicidade do Iluminismo. Nunes, que teve acesso a esse prefácio, resume que “há, pois, uma passagem do eruditismo barroco de Bluteau ao discurso racionalista das Luzes em Moraes” (NUNES, 2006, p. 188).

O seu dicionário pode ser considerado um dicionário de definições reformuladas, sem comentários enciclopédicos tendo muita das definições de Bluteau modificadas por Moraes, havendo assim uma intertextualidade entre os dicionários dos dois autores.

- Dicionario Contemporaneo da Língua Portuguesa de *Francisco Júlio Caldas Aulete* (1881):

Logo nas primeiras linhas de introdução deste dicionário ficamos sabendo que Caldas Aulete faleceu antes da publicação do dicionário, contudo o dicionário leva o seu nome como autor e seu projeto, após sua morte, foi inspecionado por Antonio Lopes do Santos Valente. Este dicionário tende a suprir a necessidade do maior desenvolvimento dos conhecimentos humanos da época.

Na sua abertura também é dito que os dicionários desenvolvidos anteriormente carecem de uma revisão e são apenas cópias uns dos outros – incluindo uma forte crítica para quem copia o dicionário de Bluetau e ao dicionário deste autor (de Moraes e muitos outros) em si – e o foco do dicionário de Caldas Aulete é acrescentar novas palavras e definições. O objetivo do dicionário era de não ser enciclopédico nem clássico, mas ser um dicionário destinado para a maioria das pessoas que falam a língua portuguesa e que representasse a língua portuguesa como ela é, com a linguagem de conversação e regionalismos.

Após a introdução há uma parte dedicada a descrever a formação da língua portuguesa que é de origem latina. Também há uma parte que fala do uso ortográfico do dicionário de Caldas Aulete, no qual se optou por usar a ortografia etimológica para termos de origem erudita e histórica e para as palavras populares a forma popular, seguidos de sua ortografia fonética. As outras partes de seu prefácio (chamado de plano) são direcionadas à pronuncia, significação, abreviaturas principais, explicação dos

sinais, figuração da pronúncia e a finalização do prefácio, esta sim assinada por Caldas Aulete. Por fim há uma lista de abreviaturas e as definições das palavras.

- Dicionário da língua portuguesa de *Antonio de Moraes Silva* (1889):

Esta se trata da última edição publicada do dicionário de Moraes. Nas palavras iniciais do dicionário - assinadas pelo “O Editor” – fala-se da importância do dicionário de Moraes ser o primeiro monolíngue português e que esta edição não será apenas uma cópia das suas edições anteriores, pois com os avanços das ciências linguísticas o dicionário de Moraes também foi revisado. Dentro de suas descrições são usadas as linguagens moderna e jornalística. Muitos termos arcaicos foram retirados e novas palavras foram introduzidas, já a pronúncia foi deixada de lado.

Neste dicionário há as duas páginas que compõem o prólogo da primeira edição e também o prólogo da segunda edição, informações sobre a gramática portuguesa. Diferentemente de sua primeira edição, há na introdução desta última edição uma extensa explicação gramatical e sintática da língua portuguesa, o que difere da simplicidade iluminista dita de sua primeira edição; estas informações vão desde substantivos até a sintaxe dos verbos regulares e irregulares. Em seguida há uma lista de abreviaturas usadas no dicionário e as definições propriamente ditas.

- Novo Dicionário da Língua Portuguesa de *Cândido de Figueiredo* 4ª edição (1926):

Logo na folha de rosto já sabemos que esta edição de Figueiredo foi corrigida e copiosamente ampliada. O dicionário é composto de exemplares escritores e de falas das mais diversas regiões do Brasil – tratando-se então dos regionalismos, contando com o que ele chama de mais de dez mil brasileirismos.

Na “Razão da Obra” são mencionados alguns dicionaristas, e até Moraes, mas é dito que, mesmo com boas obras, elas não são suficientes mais pela mudança da língua (como da linguagem popular, por exemplo). Em “Materiais da Obra” é mencionado que com a emancipação do Brasil em relação a Portugal, a língua também mudou, o que tornou necessária a leitura de autores brasileiros para compor as definições dos chamados brasileirismos. Há também uma parte destinada a descrever o processo da

obra, a ortografia, a pronúncia, acentuação gráfica das palavras e a etimologia (que mesmo não aparecendo nas definições, foi importante para a criação das mesmas). Em seguida tem-se a chave de sinais e abreviações e as definições lexicográficas.

- Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa de *Laudelino Freire* (1939):

No volume 1 do dicionário encontramos logo na folha de rosto que o dicionário foi Organizado por Freire com a colaboração do Professor Campos (no qual coube a parte técnica da obra), contudo, quem assina o dicionário é o primeiro nome mencionado. Este dicionário diz ser o primeiro dicionário grande feito no Brasil. O Autor/Organizador Professor Laudelino Freire era membro da Academia Brasileira de Letras, ex-presidente da Federação das Academias de Letras do Brasil, diretor da Revista de Língua Portuguesa e da Estante Clássica, relator geral da reforma ortográfica realizada pela Academia Brasileira de Letras e Academia das Ciências de Lisboa e autor de diversos trabalhos sobre a língua portuguesa, o escrever e a gramática portuguesa.

Em suas palavras iniciais (assinada pelos editores) está dito que o dicionário foi escrito com clareza e simplicidade de acordo com os preceitos lexicográficos da época para se direcionar ao povo e não especialistas em erudição. Ele se diz atualizado, moderno e não uma simples cópia de dicionários anteriores como muitos fizeram. Sua função é prestar um serviço ao Brasil e a Portugal, chamados de povos irmãos. O dicionário foi publicado em tomos mensais de 96 folhas e com um valor inferior do esperado para se tornar acessível.

Na Introdução, é mencionada a obra de Figueiredo, mas esta não é suficiente, sendo a obra de Freire maior e mais completa. Também na Introdução é descrito o que compõe o dicionário:

- Vocábulo em geral, ou palavras próprias da língua;
- Palavras oriundas de outros idiomas e frequentes na linguagem ordinária;
- Expressões idiomáticas, dizeres, modismos, brasileirismos e regionalismos;
- Locuções em geral, e algumas do latim já incorporadas ao vocabulário;
- Indianismos e africanismos;

- Termos científicos e técnicos, cujo registro se faz necessário;
- Neologismos e termos da linguagem comum dos novos escritores já consagrados pelo uso;
- Prefixos e sufixos, inclusive elementos de composição vernáculos, latinos, gregos e tupis;
- Abreviaturas e siglas;
- Termos de conversação ou gírias;
- As variantes morfológicas dos vocábulos, ainda que erradas, mas admitidas pelo uso em comum.

Em seguida há um formulário Ortográfico e uma chave de abertura e sinais utilizados no dicionário. E no volume 4 do dicionário encontramos a definição de **escravidão**.

- Dicionário da Língua Portuguêsa de Antenor Nascentes (1964):

De início no primeiro tomo, sabemos que a obra de Nascentes foi uma encomenda da Academia Brasileira de Letras. Cada palavra que compõe o dicionário é acompanhada do alfabeto fonético internacional no qual mostra qual timbre vocálico a Academia prefere e ao sentido principal da palavra, seguem seus demais sentidos. Após a apresentação há uma lista dos membros efetivos da Academia Brasileira de Letras. Em seguida é apresentado o parecer do dicionário apresentado na reunião de 2 de dezembro de 1943 e os principais pontos são:

- 1° Ser exclusivo mandatário da Academia;
- 2° Ter exclusivo alvitre de escolher o técnico;
- 3° Verba de 60 contos, em dois anos, à razão de 2:500\$000 mensais, para as despesas do técnico;
- 4° Modelo para a obra, o Dicionário da Real Academia Espanhola, que tem séculos de consagração;

5º A Academia não satisfeita com a obra, rejeitá-la, recebendo imediatamente as quantias despendidas, ou seja, os 60 contos do item 3º.

O modelo do qual o dicionário se inspira é o da Academia Espanhola, e as obras fundamentais de base são, entre outras, as de Aulete, Moraes e Figueiredo. Dando continuidade há uma lista de abreviaturas e o alfabeto fonético internacional da época. Já no segundo tomo encontramos na folha de rosto uma pequena biografia de Antenor Nascentes, e a definição do termo **escravidão**.

- Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa CALDAS AULETE de Francisco Júlio Caldas Aulete 5ª edição (1970):

Já sabemos desde o Volume I que se trata da 5ª edição, contudo, é a 2ª edição brasileira, de Hamílcar de Garcia e Antenor Nascentes (que assina o dicionário). Logo na página de rosto já sabemos que o dicionário foi atualizado e aumentado com a introdução de novos vocábulos usados no Brasil, tecnologias da época e extensão de apêndices. Nesta edição também é possível encontrar um estudo sobre a Origem e Evolução da Língua Portuguesa, sua Expansão no Brasil e conteúdo sobre a Pronúncia Normal Brasileira.

Em seus textos iniciais, está dito que não há nenhum dicionário, naquela época que não seja o Moraes e o Aulete (1ª edição em 1884), sendo o segundo um excelente substituto para o primeiro. O dicionário tem o objetivo de representar a língua portuguesa como ela é e volta-se para a conversação, algo que, em boa parte, não se encontra nos dicionários. Se necessário, após a entrada do verbete, há também a representação fonética de algumas palavras.

Além dos conteúdos acima citados, há também os prefácios da primeira e segunda edições do dicionário, uma lista com os nomes dos autores e obras citados, uma explicação dos sinais e uma lista de abreviaturas. Já no Volume II temos a definição do termo **escravidão**.

- Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1975):

De acordo com Paula Machado (2007, p. 101) o dicionário Aurélio é o mais utilizado na atualidade. Este dicionário foi desenvolvido no período de consolidação da lexicografia nacional, seu público são as pessoas em geral, e possui os linguajares diversos¹⁴. Complementando essa informação, Biderman (2004) nos diz que a forma como o verbete e a classificação das palavras são apropriadas neste dicionário. Este dicionário também possui uma variedade de termos científicos, regionalismos e vocábulos literários. Uma de suas características é a polissemia de significados que este dicionário possui, o que perceberemos na definição de **escravidão** analisada nesta dissertação.

Biderman (2004) também nos fala que este dicionário procura englobar as mais diversas áreas, como: botânica, biologia, eletricidade, estatística, etnografia, geologia, genética, marinha, marketing, meteorologia, psicologia, química, telecomunicação e etc. A questão literária também tem um papel importante nesse dicionário, pois exerce um papel de autoridade nas definições. Em conclusão, a autora nos diz que o Aurélio é um dicionário coerente e de qualidade técnica.

- Versão Impressa do Dicionário Houaiss da língua portuguesa do Instituto Antônio Houaiss (2001)

Este dicionário é assinado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, composto por Antônio Houaiss, Mauro de Salles Villar e Francisco Manoel de Melo Franco e pode ser considerado o mais completo do corpus desta dissertação. Em seu Prefácio e Apresentação está descrito que este dicionário abrange a língua portuguesa não só do Brasil, mas também dos falantes de português da Europa e África, tendo então como público falante de português no geral. Mesmo havendo demonstrações de regionalismos e dialetos, por conta de um público tão diverso, o dicionário apresenta o uso da norma culta unificando os diferentes dizeres do português.

¹⁴ Até na atualidade este dicionário é muito utilizado e trazido como referência primeira no âmbito escolar.

Trata-se de um dicionário de grande porte que contém diversas informações em suas definições, como data aproximada da primeira utilização da palavra, sua origem etimológica, sua morfologia e definições em diferentes áreas do conhecimento. Além disso, há também a explicação da chave do dicionário, um detalhamento do verbete e outras informações técnicas, uma lista de reduções e uma extensa e detalhada explicação sobre verbos.

- Versão digital do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa do *Instituto Antônio Houaiss* (2009):

De acordo com as informações iniciais da versão digital está descrito que o conteúdo está transposto integralmente para a forma digital, mas as informações estão dispostas de maneira muito diferentes.

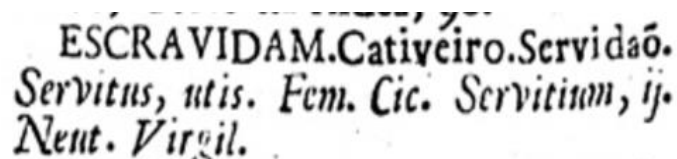
Temos de início, dividido em duas partes o dicionário da língua portuguesa e o dicionário de elementos mórficos. Não temos a presença da Apresentação, mas os demais conteúdos estão presentes, tendo acrescentado uma explicação sobre o emprego do hífen. Podemos perceber que alguns dos paratextos do dicionário foram apenas digitalizados (e reduzidos) pois apresentam o mesmo problema da versão impressa, suas folhas são muito finas e o conteúdo do outro lado da página também aparece dos dois lados.¹⁵

¹⁵ Este dicionário é muito utilizado no meio acadêmico, tanto impresso quanto sua versão digital.

CAPÍTULO 4 – Análises

4.1 Análise 1

Tomemos a palavra *escravidão* no Vocabulário Português e Latino (1712-1728) de Raphael Bluteau. Vejamos:



16

Transcrição do verbete:

ESCRAVIDAM. Cativeiro. Servidaõ. Servitus, utis. Fem. Cic. Servitium, ij. Neut. Virgil.

Mesmo que a palavra esteja escrita diferente – ESCRAVIDAM – ainda conseguimos reconhecer que se trata da palavra *escravidão* pois ao digitarmos o termo **escravidão** no acervo da Biblioteca de Estudos Brasileiros da USP, do qual obtivemos a acepção aqui analisada, o próprio site já nos mostra a forma **escravidão** como sendo referente ao termo do dicionário **escravidam**.

Também podemos reconhecer que de acordo com a estrutura organizacional do dicionário, o mesmo pode ser descrito tendo como “*palavras-entrada*” as palavras em português; em seguida é dada uma definição em português e, depois, é dada a tradução para o latim. É interessante também dizer que esta forma lexical ESCRAVIDAM não foi encontrada em dicionários latim – português¹⁷.

A palavra **escravidam**, ao analisarmos a definição em português, é determinada por duas reescrituras por substituição que funcionam como sinônimas, são elas: *cativeiro* e *servidaõ* que vistas como sinônimas de **escravidam** direcionam o alocutário, que toma o dicionário como objeto de consulta. A interpretação de que **escravidam** pode ser substituída por *cativeiro* e/ou por *servidaõ*, sem alterar o sentido, funcionamento este que é reforçado pelo uso do ponto final entre as palavras. A definição, como vemos, não

¹⁶ Disponível em: < http://200.144.255.59/catalogo_eletronico/imagemVerbetes.asp?Verbetes_Codigo=16416&Setor_Codigo=11>. Acesso em: 12 set. 2016.

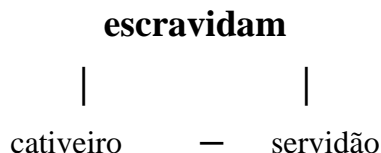
¹⁷ Consultamos o Dicionário Latino Português de Francisco Torrinha (1942).

traz um enunciado definidor, mas resume-se a dar duas palavras sinônimas de *escravidam*.

Em seguida à definição em língua portuguesa, o locutor lexicógrafo traz as palavras em latim *servitus* e *servitium*, que seriam as palavras que reescrevem por substituição a **escravidam** em latim. Notamos, nesta passagem do português para o latim, que a palavra **cativeiro** não aparece como reescritura, ela é apagada.

Vejamos então como ficam as possibilidades do Domínio Semântico de Determinação (DSD) de **escravidam** desta definição do Bluteau. A primeira delas, representa **escravidão** estando em uma relação de sinonímia com **cativeiro** e **servidão** e estas últimas palavras estão em uma relação de sinonímia entre si:

DSD 1:



A segunda seria um DSD que representasse que **cativeiro** e **servidão** não são sinônimas, pois a tradução em latim não traz a palavra **cativeiro**:

DSD 2:



Para aprofundarmos a análise, também observamos no Vocabulário de Bluteau as definições e traduções para o latim das palavras **cativeiro** e **servidão**:

CATIVEIRO. Escravaidão. *Captivitas, atis. Fem. Tacit. Plin. Servitus, utis. Fem. Cic.*

Tirar a alguém do cativo. *Alicui fuem captivitatis, & servitutis afferre. Ab alicujus corpore jugum servitutis repellere. Repellere servitutem ab aliquo. Cicero em varios lugares. Aliquem afferere in libertatem, ou à servitude liberare.*

Rigorofo he o jugo do cativo aos que for. ã criados com librdade. *Grave servitutis jugum est in libertate educatis. Cic.*

18

Ao buscar, no mesmo dicionário de Bluteau, a palavra **cativo**, sua reescrituração é dada, em português, somente por *substituição*, produzindo o efeito de sinonímia com *escravaidão*, (escrita agora de maneira diferente). Contudo, esta palavra, como vimos, não consta no dicionário latim-português com esta nova grafia. Além disso, há alguns enunciados dados como exemplo que se referem à liberdade (*liberare – libertar*):

E1: Tirar alguém do cativo.

E2: Rigoroso é o jugo do cativo aos que foram criados com liberdade.

Então temos nesta definição que a palavra **escravaidão** funciona no acontecimento enunciativo como sinônima de **cativo** e que **cativo** funciona como uma antonímia de **liberdade**. Vejamos como fica o DSD 2:

escravaidão – cativo

liberdade

Ademais a palavra em latim *captivitas* cujo significado é¹⁹ “1. Condição de cativo; cativo; escravidão dos vencidos. 2. Cativo dos animais”, *define* que se trata de uma condição, ou seja, de um estado dos cativos e mais ainda, de que se trata daqueles que foram vencidos/perderam um combate.

¹⁸ Disponível em: <http://200.144.255.59/catalogo_eletronico/imagemVerbete.asp?Verbete_Codigo=4739&Setor_Codigo=11>. Acesso em: 12 set. 2016.

¹⁹ Consultamos o Dicionário Latino Português de Francisco Torrinha (1942).

Vejamos agora a definição de **servidão**:

SERVIDÃO. Cativeiro. Servitus, utis.
Fem Cic. ou Servitium, ii. Neut. Horat.
Suet. Tito Livio diz, Servitudo, inis.
Fem. (Te quer livrar da Servidão da
Gentilidade. Vieira, tom. I. 593.) (Em
perpetua Servidão do demonio. Barros,
1. Dec. fol 41. col. 2.)

20

Ao buscar a palavra **servidão**, a mesma é reescrita por substituição por Cativeiro, produzindo-se aí a sinonímia. Assim podemos concluir que o DSD que tem a representação em que as duas palavras são sinônimas seria o DSD 1 que representa mais adequadamente a relação de sentido que se constrói na enunciação.

Há também outro enunciado como exemplo:

E3: Te quer livrar da servidão da gentilidade. Vieira, tomo 1593.

Vemos aí, pelo verbo livrar, a relação de antonímia de **liberdade** que se forma com a palavra **servidão**.

Nesse caso temos o DSD 3:

servidão — cativeiro

liberdade

Vejamos pelo próximo DSD, como se dá a construção dos sentidos da palavra **escravidão** a partir das análises das definições das três palavras, **escravidam**, **cativeiro** e **servidão**:

DSD 4

escravidam

cativeiro — servidão

liberdade

²⁰ Disponível em: <http://200.144.255.59/catalogo_eletronico/imagemVerbete.asp?Verbete_Codigo=37727>. Acesso em: 12 set. 2016.

Pensando na cena enunciativa, temos o *locutor-lexicógrafo*, que enuncia para falantes não só de português, mas também conhecedores do latim e pessoas que estavam no processo de aprendizagem do latim, o que afunila ainda mais o público leitor de seu dicionário para os letrados da época que pertenciam às classes sociais mais abastadas da sociedade – caracterizando então o *alocutário* – *x*.

Ainda sobre o locutor na definição de **cativoiro**, quando o mesmo apresenta as definições sobre o termo **escravidão**, ele se coloca como um *enunciador universal* pois o seu papel é apenas o de transcrever, dentro de um conjunto fechado que representa o português e o latim, o que significa o termo abordado. Contudo, ao utilizar exemplos, o *locutor-lexicógrafo* se apresenta da forma do *enunciador individual* para a sua definição lexicográfica pois o mesmo pega de um conjunto finito de regras de uma língua uma sentença aleatória podendo ser substituída por infinitas opções e é neste momento que o lexicógrafo, cujo o papel social deveria ser somente de transcrever os sentidos de uma língua, se coloca no dicionário. Vejamos a cena:

L- *locutor –lexicógrafo*

E0: cativoiro = escravidão – *enunciador universal*

E1: Tirar alguém do cativoiro – *enunciador individual*

Na definição de **servidão**, além do lexicógrafo Bluteau, temos também três diferentes locutores. Tito Lívio, que escreve sobre a história de Roma; o Padre Antonio Vieira, através de uma menção aos Sermões e Barros²¹. Todos compõem a definição de **servidão**, mas não são mais descrições do *enunciador-universal* cujo o papel é cumprido pelo lexicógrafo, mas sim são exemplos de um *enunciador-individual*, pois apresenta uma substituição de uma palavra por outra e de um *enunciador-coletivo*, pois representa o antigo pensamento da Igreja Católica:

L- *locutor –lexicógrafo*

E0: servidão = cativoiro – *enunciador universal*

L (Tito Lívio) - *locutor –historiador*

E1: *Servitudo* – *enunciador individual*

L- *locutor –lexicógrafo*

E0: servidão = cativoiro – *enunciador universal*

L (Padre Antonio Vieira) - *locutor –padre*

E1: Te quer livrar da Servidão da Gentilidade– *enunciador coletivo*

²¹ Não conseguimos encontrar informações sobre este autor referenciado na definição.

O que o Vocabulário Português e Latino de Raphael Bluteau nos proporcionou perceber foi que, mesmo sem uma definição propriamente dita, mas com a correlação entre as palavras, o sentido de **escravidão** está atrelado a **cativeiro** e a **servidão**. Podemos interpretar então que cativeiro não é propriamente o local onde se prende uma pessoa, mas significa a prisão, estar preso, por oposição a **liberdade**. Nesse sentido, a **servidão** também pode ser pensada como a ausência de **liberdade**, por ser dada como sinônima de **cativeiro**. O termo **cativeiro**, também, pode ser entendido como um estado, pois o escravo não possuía a liberdade de fazer tudo o que queria, somente coisas a respeito do trabalho, por exemplo, para muitos se diziam que o escravo era livre pois podia andar pela cidade, tinha um lugar para morar e um trabalho (mesmo que não remunerado), contudo, este estado ainda continua sendo antônimo de **liberdade** pois o escravo, não tinha a escolha de estar neste estado, o mesmo não podia sair dessa situação sem sofrer consequências.

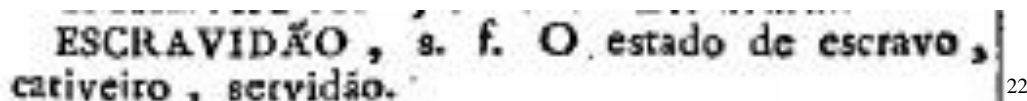
Ademais, se olharmos mais precisamente para a cena enunciativa proposta ao termo **servidão**, podemos observar que Bluteau traz um conhecimento histórico para a definição que remete ao latim e também por ser um padre dentro do contexto histórico da colonização brasileira, este traz e compartilha a catequização dos índios a fim de tirá-los da escravidão, que eram suas religiões consideradas como pagãs – consultamos o dicionário Houaiss no qual gentildade refere-se ao paganismo e gentílico refere-se aos indígenas não civilizados, selvagem, bárbaros – ou seja, era necessário tirar os índios de sua “escravidão” pagã a fim de levá-los à “liberdade” do catolicismo. Contudo, mesmo havendo menção aos índios há um total apagamento da escravidão dos negros no Brasil, que ocorria no período de lançamento do dicionário. Com esse apagamento a definição de escravidão apontada pelo lugar social de Lexicógrafo Padre se filia à posição do colonizador que escravizava os negros deixando significativo o seu silêncio contra esta atitude.

Para finalizar, é importante dizer sobre o memorável de guerra que podemos perceber quando olhamos para o significado das palavras em latim. Ao olharmos para o termo **cativeiro**, por exemplo, com o uso do termo **vencidos**, podemos perceber que se trata daquele que perdeu a guerra e agora se encontra na condição de servo. Fato esse que aconteceu durante muito tempo como ação das grandes sociedades da nossa história como os gregos, egípcios e até mesmo o império romano tendo conexão com a descrição de Roma de Tito Lívio mencionado em **servidão**. Parece-nos então que por

estes sentidos, não se nasce escravo, torna-se escravo quando se perde um combate, uma guerra.

4.2 Análise 2

Tomemos a palavra **escravidão** na primeira edição do Dicionário da língua portuguesa de *Antonio de Moraes Silva* (1789):



ESCRAVIDÃO, s. f. O estado de escravo, cativoiro, servidão. 22

Transcrição do verbete:

ESCRAVIDÃO, s. f. O estado de escravo, cativoiro, servidão.

Podemos notar logo de início uma mudança no termo analisado; no dicionário anterior notamos que o verbete se iniciava com a escrita diferente, **ESCRAVIDAM**, agora podemos perceber que a escrita está na forma que conhecemos hoje do termo analisado – **ESCRAVIDÃO**. Além da palavra-entrada o dicionário apresenta, seguido de vírgula, a classificação morfológica da palavra abreviada *sf* (**substantivo feminino**) o que o torna mais parecido com os dicionários mais atuais, e em seguida a sua definição “**O estado de escravo**” e continua separando por vírgulas “**cativoiro, servidão**”.

Ao sabermos que o dicionário do Moraes faz uma releitura do dicionário de Bluteau, podemos perceber esta ação na utilização das reescrituras **cativoiro** e **servidão**, vistas anteriormente. Contudo, a diferença entre um dicionário e outro não fica somente no fato de que agora não temos mais a descrição em latim da palavra, mas Moraes adiciona em seu verbete o seguinte sintagma nominal, “**O estado de escravo**” no qual temos o artigo definido “**O**”, o substantivo “**estado**”, a preposição “**de**” e o substantivo “**escravo**”. Ou seja, trata-se da pessoa que se encontra no estado de escravidão. Estamos dividindo a definição em duas partes, a primeira “O estado de escravo” e a segunda “cativoiro, servidão”, pois faria sentido analisá-las juntas se a preposição *de* estivesse da seguinte maneira na definição “**O estado de escravo, de**

²² Disponível em: <http://200.144.255.59/catalogo_eletronico/imagemVerbetes.asp?Verbetes_Codigo=63720&Setor_Codigo=11>. Acesso em: 19 de julho de 2017.

cativoiro, de servidão”, colocando então escravo, cativoiro e servidão em uma posição de ativa, ao escravo e que uma pudesse substituir a outra. Contudo, a forma como o verbete foi articulado nos parece ser melhor analisar como coisas diferentes isto é, não como substituição.

Ao observarmos o uso de **estado de escravo**, encontramos uma reescrituração por substituição, por desenvolvimento, utilizada por Moraes, na qual é a condição do escravo que é a escravidão (mesmo que não haja o uso do verbo ser no presente do indicativo “é”, conseguimos recuperar este sentido o que coloca no sentido uma condição momentânea (estado) e não uma condição definitiva de ser escravo.

Deste modo, podemos pensar em dois possíveis DSDs diferentes :

DSD 1:

estado de escravo
⊥
Escravidão

DSD 2:

estado ⊢ escravo
⊥
escravidão

Ao olharmos para a continuação da definição “**cativoiro, servidão**” temos uma reescrituração por substituição com o termo **escravidão**. As palavras acima, como são separadas por vírgulas, podem ser entendidas como reescrituras por substituição por sinonímia. Ou seja podem ser alternadas entre si. Temos então o seguinte DSD:

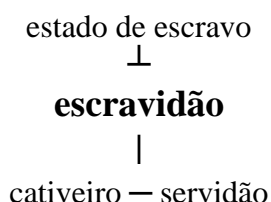
cativoiro — servidão
|
escravidão

Como podemos perceber, Moraes se baseia na definição de Bluetau, mas modifica a definição acrescentando “estado de escravo” e retira a parte em latim. Assim como os exemplos, apagando, assim, a relação de antonímia com liberdade. O Moraes passa a ser um dicionário de definições propriamente dito, e por ser um dicionário exclusivamente de língua portuguesa, ajuda a consolidar o português. Ele apresenta uma definição morfológica/gramatical o que mostra que o leitor do dicionário, *leitor-x*, na

época de sua publicação poderia ser também aqueles que estavam aprendendo não só a falar a língua, mas também a estudá-la formalmente.

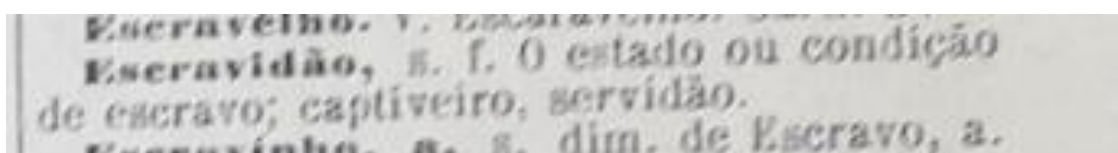
Diferentemente do dicionário de Bluteau, Moraes faz menção indireta ao sujeito que sofre a escravidão, que é o escravo, mas ele não fala em nenhum momento sobre a prática da escravidão e seu aspecto negativo. Além disso, não temos diretamente a menção aos índios e à religião como no dicionário anterior e à religião. Outro ponto interessante é que ao retirar os exemplos, retira também o sentido antonímico de *liberdade*. Mesmo que significado como um estado, e portanto passageiro, a liberdade não aparece como uma possibilidade.

Em conclusão, chegamos ao seguinte DSD:



Neste DSD podemos perceber que **estado de escravo** determina a escravidão e as sinónimas **cativeiro** e **servidão**, além da relação entre si, são sinónimas de **escravidão**.

Vejamos agora a última edição do Dicionario da lingua portugueza de *Antonio de Moraes Silva* (1889):



Transcrição do verbete:

Escravidão, s. f. O estado ou condição de escravo; cativeiro, servidão.

De início podemos perceber que no decorrer dos 100 anos que se passaram a informação morfológica/gramatical do dicionário permaneceu, também permaneceram os termos **cativeiro** (cativeiro nesta versão) e **servidão**. Contudo há um acréscimo com a conjunção “**ou**” da palavra “**condição**”. Além disso, houve uma troca de pontuação. Agora, a primeira parte da definição, ‘estado ou condição de escravo’, uma reescritura

por desenvolvimento, é separada por ponto e vírgula das outras duas reescrituras que são trazidas do Bluteau.

Na primeira edição **cativeiro** e **servidão** estão separadas apenas por vírgula do restante da definição e percebemos que nesta edição do dicionário de Moares as duas palavras estão separadas por ponto e vírgula, o que mostra uma separação mais contundente. Ambas as palavras ainda representam uma reescrituração por substituição que são sinônimas entre si, mas pelo uso do ponto-vírgula elas são entendidas por si próprias rememorando a definição de Bluteau e tudo o que foi dito anteriormente. Vejamos o DSD:

cativeiro — servidão
|
escravidão

Além das palavras já analisadas temos a reescrituração por substituição, por desenvolvimento, de **escravidão** como sendo “**O estado ou condição do escravo**”. Agora, como acréscimo de condição e o uso da conjunção **ou** articulando as palavras, temos uma relação entre estado e condição que estão determinando o sentido de escravo. O estado atribui qualidades àquele que está em escravidão, que é o escravo, e a condição também mostra a natureza ou o estatuto social do qual o escravo pertence que é a escravidão. Podemos entender que tanto **estado** como **condição** são sinônimas articuladas pela condição **ou** que caracterizam o escravo em sua escravidão. Vejamos o DSD:

estado — condição — escravo
⊥
escravidão

Com isso, da última edição do Dicionário da língua portuguesa de *Antonio de Moraes Silva* (1889), temos o seguinte DSD:

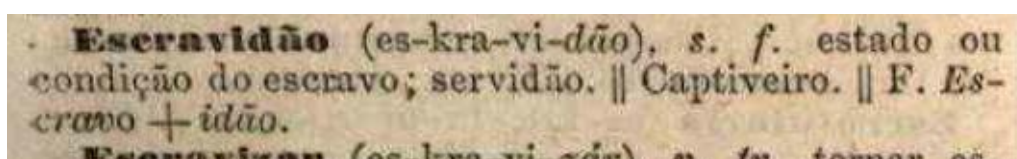
estado — condição — escravo
⊥
escravidão
|
cativeiro — servidão

Comparando o dicionário de Bluteau com as edições de Moares, seu objetivo não foi somente continuar o que se apresentava no dicionário do primeiro autor citado, mas, aumentando a definição, tirando os exemplos e de fato propondo uma definição somente na língua portuguesa. Como dito em seu prefácio o dicionário é direcionado ao alocutário tanto do Brasil como de Portugal, sendo esses seus *alocutários brasileiros e portugueses*. Isso mostra que o dicionário em sua época de publicação circulou tanto na “capital” quanto na colônia, que estava passando pela escravidão, o que justifica nenhuma menção do valor negativo da escravidão. Ainda, no prefácio da edição de 1889, de Moraes, está dito que este dicionário possui uma linguagem do parlamento do jornalismo em sua linguagem, o que podemos recuperar como alocutários, mesmo que não separado em sua definição, um alocutário que representa o poder e outro que representa a mídia. Em síntese, além de continuar o que Bluteau disse sobre a escravidão, que é uma espécie de cativo e servidão, mesmo com o latim não presente, o sentido que vem pelo memorável mostra a derivação de sentido que o português tem do latim, mesmo o dicionário de Moraes sendo o primeiro considerado todo escrito em português.

Percebemos que o que o locutor-autor Moraes acrescentou ao seu dicionário nas duas edições que analisamos foi a presença daquele com quem ocorre a escravidão, que é o escravo de forma indireta. Apesar de dizer que há alguém nesse estado, não diz quem, Moraes também nos fala, muito brevemente, sobre como funciona a vida de um escravo, que se encontra em cativo e estado/condição de escravidão. Mesmo sendo um dicionário publicado um ano após a abolição da escravidão no Brasil, não há menção deste período em que o Brasil tinha como mão de obra o trabalho escravo realizado por negros trazidos/sequestrados da África.

4.3 Análise 3

Vejamos o Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa de *Francisco Júlio Caldas Aulete* (1881):



Transcrição do verbete:

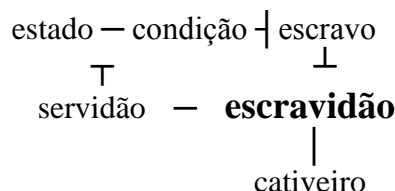
Escravidão (*es-kra-vi-dão*), *s. f.* estado ou condição de escravo; servidão.
|| **Cativeiro** || *F. Escravo + idão.*

Na descrição do verbete temos a palavra **escravidão** escrita na forma que a conhecemos atualmente seguida da separação silábica e pronúncia da palavra em parêntesis. Após temos a informação da classe gramatical da palavra (substantivo feminino) e só, então, que temos parte da definição da palavra “**estado ou condição do escravo; servidão**” e com uma separação da acepção temos o termo “**cativeiro**” também definindo **escravidão**. Para finalizar, temos a formação da palavra que é composta pelo substantivo masculino “**escravo**” adicionado ao sufixo “**idão**”.

Como podemos perceber este dicionário, de Caldas Aulete, tem a reescritura substituição do que é a **escravidão**, “**estado ou condição do escravo**”, que se assemelha à de Moraes, contudo com o uso da preposição mais o artigo **de+o=do** em relação ao artigo especifica-se ainda mais que se trata do **escravo**. Mesmo contendo praticamente todas as mesmas reescrituras de Moraes, notamos uma diferença na organização do verbete que consequentemente causa uma diferente reescrituração. Agora o termo **servidão** está em relação ao **estado ou condição do escravo** (separado apenas por ponto-vírgula ;), que pode ser entendido tanto como uma reescritura por condensação, de **escravo**, cujo o efeito também nos remonta uma reescrituração por totalização de **estado ou condição de escravo**, ou seja, a servidão é o estado ou condição do escravo. Vejamos o DSD:

$$\begin{array}{ccc} \text{estado} - \text{condição} & \downarrow & \text{escravo} \\ \downarrow & & \downarrow \\ \text{servidão} & - & \text{escravidão} \end{array}$$

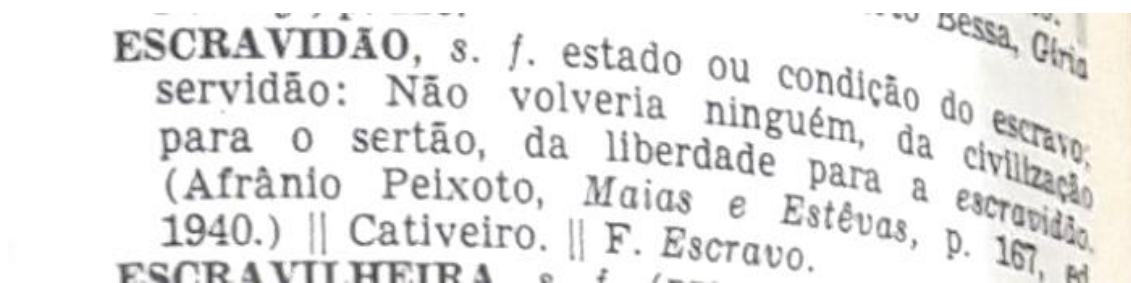
Já que **cativeiro** e **servidão** não estão mais em ligação direta, apenas compõem o mesmo verbete, temos **cativeiro** (escrito da forma da época – cativeiro) como uma significação separada de **escravidão** (o uso das duas barras || mostra isso) sendo então uma reescritura por substituição de **escravidão** causando um efeito de sinonímia. Vejamos então o DSD completo do Dicionario Contemporaneo da Língua Portuguesa de *Francisco Júlio Caldas Aulete* (1881):



Diferente dos outros dicionários analisados, Caldas Aulete faleceu antes da publicação de seu dicionário. Entretanto, o mesmo ainda é citado como autor e assina o dicionário. Também diferente dos dicionários já analisados, o dicionário de Caldas Aulete não se foca mais na consolidação da língua portuguesa e não tem como objetivo ser um dicionário acadêmico e sim se tratar da oralidade, o que mostra a preocupação com uma descrição fonética, contudo ainda temos resquícios dos dicionários antecessores. Em seu prefácio é dito que este dicionário é voltado para a maioria dos falantes do português, mas não especifica quem esses são. Contudo, podemos dizer que pelo menos o seu *alocutário-x* são os letrados na língua portuguesa e os que tinham condições sociais e financeiras de adquirir um dicionário e fazer uso do mesmo, além de não distinguir brasileiros e portugueses como alocutários do dicionário.

Por estar se aproximando do fim da escravidão do Brasil, esperávamos alguma menção sobre o fato, mas só encontramos que a escravidão é uma servidão. Ou seja, o estado ou condição de um escravo propriamente dito. Além disso, a escravidão também é um cativeiro como mostrado nos outros dicionários, mas de maneira isolada no dicionário de Caldas Aulete. Ou seja, cativeiro e servidão não são mais a mesma coisa, mas ambos determinam o sentido de escravidão.

Vejamos agora a quinta edição Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa CALDAS AULETE de *Francisco Júlio Caldas Aulete* (1970):



Transcrição do verbete:

ESCRavidão, *s. f.* estado ou condição do escravo; servidão: Não volveria ninguém da civilização para o sertão, da liberdade para a *escravidão*. (Afrânio Peixoto, *Maias e Estêvas*, p. 167, ed. 1940.) || Cativeiro. || *F. Escravo*.

Passados 89 anos, temos a quinta edição do dicionário de Caldas Aulete. Nela encontramos o termo **escravidão** seguido de sua descrição gramatical (substantivo feminino) e em seguida a sua definição assim como sua primeira edição “**estado ou condição de escravo; servidão**”. Contudo, no que se trata de **servidão**, temos um exemplo do ensaio português Maias e Estêvas²³ do Membro da Academia de Letras Afrânio Peixoto²⁴ no qual a **servidão** é dita como (pelo uso dos dois pontos :) “**Não volveria ninguém da civilização para o sertão, da liberdade para a escravidão**”. Em seguida temos o termo “**cativeiro**” escrito na forma que conhecemos hoje e a formação da palavra que deriva de “**escravo**”. Além das diferenças já citadas não há mais nesta versão a separação silábica e pronúncia da palavra.

Em análise percebemos que **escravidão** é reescrita por substituição por desenvolvimento da sentença **estado ou condição do escravo**” assim como em sua primeira edição. Da mesma maneira **servidão** é uma reescritura por substituição de **escravidão** que gera um efeito de sinonímia. Por estarem separados por ponto-vírgula, podemos também dizer que **servidão** é uma reescritura por condensação de **estado ou condição do escravo** e também é especificada na literatura pelo trecho do ensaio de Afrânio Peixoto “**Não volveria ninguém da civilização para o sertão, da liberdade para a escravidão**”. Se analisarmos este excerto com atenção podemos perceber que **civilização** é reescrita como sinônima de **liberdade**, mas se encontram em relação de antonímia à **escravidão**, já que a **escravidão** está em uma relação de sinonímia com **sertão**.

Percebemos novamente que **cativeiro** reescreve por substituição o termo **escravidão**, causando um efeito de sinonímia entre as palavras, contudo, assim como em sua primeira edição o termo se encontra isolado de servidão. Vejamos então o DSD 1:

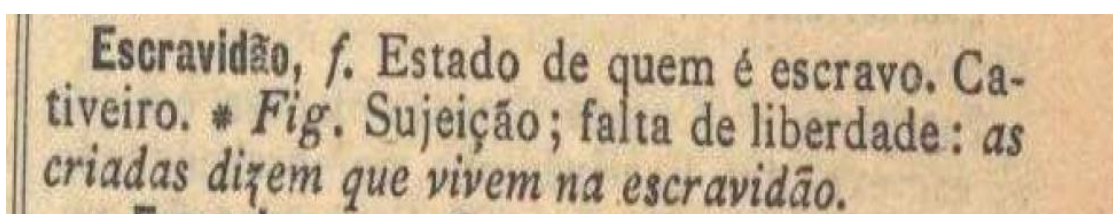
²³Fonte: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/julafpeix.htm>>. Acesso em: 04 de novembro de 2018.

²⁴Fonte: <<http://www.academia.org.br/academicos/afranio-peixoto/biografia>>. Acesso em: 04 de novembro de 2018.

lugares do país se encontram na civilização. O sertão é um lugar que falta liberdade, o que pode ser entendida tanto quanto a liberdade da escravidão de fato ou de um sistema passado do Brasil, como se o sertão estivesse mais atrasado do que a região sudeste, por exemplo.

4.4 Análise 4

Veamos o Novo Dicionário da Língua Portuguesa de *Cândido de Figueiredo* 4ª edição (1926):

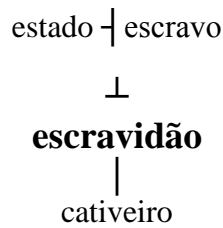


Transcrição do verbete:

Escravidão, f. Estado de quem é escravo. Cativoiro. * Fig. Sujeição; falta de liberdade: as criadas dizem que vivem na escravidão.

Neste verbete temos o termo **escravidão**, como conhecido hoje em dia, seguido de vírgula e por sua classificação de substantivo feminino. Tem-se a sua primeira definição que é **estado de quem é escravo** e o termo **cativoiro** (separado por ponto final) definindo **escravidão** também. Além dessas duas definições temos o sentido figurado do termo em voga, que significa **sujeição** e **falta de liberdade**, ademais, o autor do dicionário nos apresenta um exemplo do uso de **escravidão**, é ele: **as escravas dizem que vivem na escravidão**.

Temos então que no Novo Dicionário da Língua Portuguesa de *Cândido de Figueiredo* 4ª edição (1926), o termo **escravidão** é reescrito por substituição por desenvolvimento da sentença **Estado de quem é escravo**, ou seja **estado do escravo**. Logo após, temos uma reescritura por substituição de **escravo** pelo termo **cativoiro**, assim como apresentado nos dicionários anteriormente analisados, contudo, essas determinações do sentido de **escravidão**, pelo uso do ponto, não estão relacionadas entre si. Vejamos a primeira parte do DSD:



Continuando a definição de **escravidão**, no Novo Dicionário da Língua Portuguesa de *Cândido de Figueiredo* 4ª edição (1926), tem-se o uso do asterisco para atribuir um novo sentido, ainda não visto em dicionários anteriores, ao termo descrito, neste tem-se a rescritura por especificação, já que se trata de um sentido figurado de **escravo** como sendo uma **sujeição** e esta sujeição está ligada pela sentença seguinte, separada apenas por ponto-vírgula, pela sintagma nominal de reescrituração de desenvolvimento ou expansão, **falta de liberdade**, ou seja, estar sujeito à alguém leva a falta de liberdade que pode ser entendida como antônima à **escravidão**. Vejamos o DSD em sua total descrição:



liberdade

Para complementar as definições, o autor do dicionário, no sentido figurado da definição de **escravidão**, adiciona o segundo exemplo, antecedido pelos dois pontos,: **as criadas dizem que vivem na escravidão**. Neste exemplo, sem nenhuma referência, Cândido Figueiredo enuncia como *enunciador coletivo*, e o fala do lugar social das criadas da época. Nesta relação com as condições sócio-históricas referentes ao trabalho doméstico da época, é significada uma relação de trabalho doméstico que remete à escravidão que ocorreu no país, mas no como se a história fosse evidente de que houve uma escravidão. Vejamos:

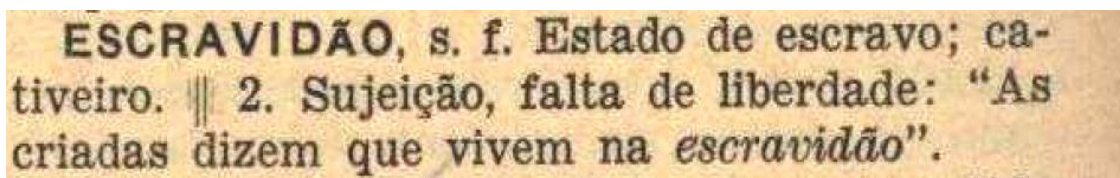
L (Cândido Figueiredo) - *locutor-lexicógrafo*

E0: Estado de quem é escravo – *enunciador universal*

E1: as criadas dizem que vivem na escravidão – *enunciador coletivo*.

4.5 Análise 5

Vejam os Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa de *Laudelino Freire* (1939):



Transcrição do Verbetes:

ESCRAVIDÃO, s. f. Estado de escravo; cativo. || 2. Sujeição, falta de liberdade: “As criadas dizem que vivem na *escravidão*”.

O que percebemos logo de início é que o conteúdo da definição de escravidão de Laudelino Freire se assemelha exatamente ao da análise anterior (de Cândido de Figueiredo), menos no uso das pontuações que merece uma explicação. Descrevendo o verbete, temos o termo **escravidão** escrito em negrito e em caixa alta dando início à definição. Após a vírgula temos sua classificação gramatical como substantivo feminino e em seguida o sintagma nominal **Estado de escravo** separado pelo ponto-vírgula do substantivo **cativo** precedido do ponto final. Após temos o uso dos dois traços (||) que significam a entrada de uma nova acepção do dicionário e temos as seguintes definições, separadas por vírgula, de **sujeição** e **falta de liberdade** e elas são exemplificadas, após o uso dos dois pontos por discurso indireto “**As criadas dizem que vivem na *escravidão***”.

Temos então que no Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa de *Laudelino Freire* (1939), o termo **escravidão** é reescrito por substituição por desenvolvimento da sentença **Estado de quem é escravo**, ou seja **estado do escravo**. Após, temos uma reescritura por enumeração (visto o uso do ponto-vírgula) de **escravo** pelo termo **cativo**, e este termo, como está enumerado, está em relação com **Estado de quem é escravo**, ou seja, o estado do escravo é o cativo, que também pode ser entendido como uma determinação por definição entre os sentidos. Vejam a primeira parte do DSD:

estado de escravo ┘ cativoiro

┘

escravidão

Na segunda parte da definição do Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa de *Laudelino Freire* (1939), tem-se a rescritura por substituição de **escravo** como sendo uma **sujeição** e esta sujeição está ligada pela sentença seguinte, separada apenas por vírgula, pela sintagma nominal de reescrituração de desenvolvimento ou expansão, **falta de liberdade**, ou seja, a sujeição é a falta de liberdade e esta **liberdade** pode ser entendida como antônima à **escravidão**. Vejamos o DSD completo:

estado de escravo ┘ cativoiro

┘

servidão ┘ **escravidão**

liberdade

A cena enunciativa apresenta um caso particular; *Laudelino Freire* no Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa (1939) apresenta em sua introdução o fato de que mesmo que elogia o dicionário de Cândido Figueiredo (1926) mas que esta obra não é suficiente, todavia, o conteúdo do texto é o mesmo e até a citação “**as criadas dizem que vivem na escravidão**” é igual, o que garante a autoria para a sua acepção são os usos dos sinais e não considerar a segunda parte da acepção um sentido figurado e sim mais um sentido de **escravidão**. Ainda sim, podemos entender que *Laudelino Freire* apresenta o enunciador como Cândido Figueiredo com a citação reforçada pelo uso de aspas, mas este segundo autor pode ser entendido não como um locutor lexicógrafo (como no caso de 1926) mas sim como um enunciador coletivo:

L (*Laudelino Freire*) - *locutor-lexicógrafo*

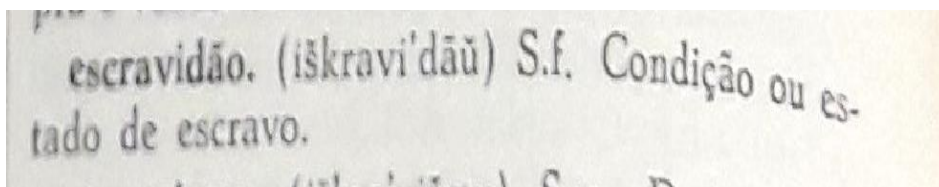
E0: Estado de escravo – *enunciador universal*

L (*Cândido Figueiredo*) – *locutor/autor-lexicógrafo*

E1: as criadas dizem que vivem na escravidão – *enunciador coletivo*.

4.6 Análise 6

Vejamos o Dicionário da Língua Portuguesa de *Antenor Nascentes* (1964)



Transcrição do verbete:

escravidão. (*transcrição fonética*²⁵) S.f. **Condição ou estado de escravo.**

Neste verbete de Antenor Nascentes temos o termo **escravidão** que inicia a entrada precedido de um ponto final. Em seguida temos, entre parêntesis, a transcrição fonética com base na feita no inglês na época. Após temos a a classificação da palavra como sendo um substantivo feminino e a definição como sendo **condição ou estado de escravo**.

Como mencionado em suas páginas de introdução, o dicionário de Antenor Nascentes, nesta acepção, se baseou um pouco no dicionário de Antonio de Moraes Silva (1889) sendo que no dicionário de Antenor Nascentes (1964) não temos o uso do artigo definido **O** e **estado** e **condição** aparecem com a ordem trocada. Contudo, **condição** e **estado**, pelo uso da adiversativa **ou**, determinam por substituição por sinónima o sentido de **escravidão**, neste caso, não importando a sua ordem. Os dois termos também determinam quem vive na **escravidão** que é o **escravo**. Vejamos o DSD deste verbete:

condição — estado | escravo
┆
escravidão

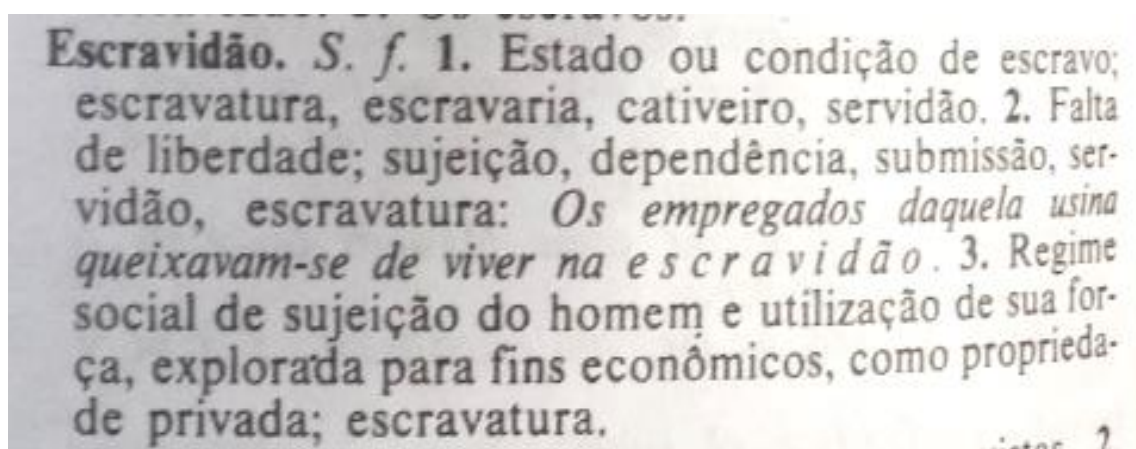
Como dito na sua introdução, este dicionário foi encomendado pela Academia Brasileira de Letras, então, em sua época de publicação, o seu público leitor era bem restrito e culto. O sentido de que a **escravidão** é um estado e condição do escravo

²⁵ Não encontramos símbolos correspondentes para fazermos uma boa transcrição dos fonemas da época do inglês.

continua, mas não é mais um cativo e servidão, o que, deixa a negatividade do trabalho escravo ainda mais leve. Neste dicionário, não temos também nenhuma menção sobre o período da escravidão que ocorreu em nosso país. Neste verbete não vemos mencionada a falta da liberdade e também não possui exemplos.

4.7 Análise 7

Agora vejamos o Novo Dicionário da Língua Portuguesa de *Aurélio Buarque de Holanda Ferreira* de 1975:



Transcrição do verbete:

Escravidão: S. f. 1. Estado ou condição de escravo; escravatura, escravaria, cativo, servidão. 2. Falta de liberdade; sujeição, dependência, submissão, servidão, escravatura: *Os empregados daquela usina queixavam-se de viver na escravidão.* 3. Regime social de sujeição do homem e utilização de sua força, explorada para fins econômicos, como propriedade privada; escravatura.

De início temos o termo **escravidão** precedidos de ponto final e de sua classificação como substantivo feminino. Agora, diferentemente de todos os dicionários analisados anteriormente, temos 3 definições para o termo para o termo. A primeira definição apresenta a definição já conhecida de **Estado ou condição de escravo** e em seguida, separado por ponto-vírgula, apresenta quatro termos, dois deles já conhecidos como **cativo** e **servidão** e dois termos novos que são **escravatura** e **escravaria** – todos os quatro termos estão separados por vírgula entre si. A segunda definição apresenta termos novos e já conhecidos também, são eles: **falta de liberdade** logo de

início, separado por ponto-vírgula e em seguida mais cinco termos que estão separados somente por vírgula, são eles: **sujeição, dependência, submissão, servidão, e escravatura**. Continuando a definição dois temos a seguinte frase de exemplo escrita em itálico e com o termo escravidão com cada uma de suas letras separadas por um espaço: *Os empregados daquela usina queixavam-se de viver na e s c r a v i d ã o*. Já na terceira e última definição, temos um pequeno texto que explica o que é escravidão: **Regime social de sujeição do homem e utilização de sua força, explorada para fins econômicos, como propriedade privada**; após isso, separado por ponto-vírgula, temos pela terceira vez o termo **escravatura**.

Para facilitarmos a análise, esmiuçaremos as três definições do termo escravidão individualmente.

Definição 1: **Estado ou condição de escravo; escravatura, escravaria, cativo, servidão**. O **e estado e condição**, pelo uso da adiversativa **ou** entre eles, determinam por substituição por sinónima o sentido de **escravidão**. Em seguida, temos, separado por ponto-vírgula (o que mostra, neste caso, uma não co-relação) quatro termos que determinam por substituição de **escravidão** e são sinónimos entre si, são eles **escravatura, escravaria, cativo e servidão** – repare que **cativo e servidão**, mesmo estando na definição 1 não apresentam a mesma conexão com **estado ou condição de escravo**. Vejamos o DSD da Definição 1:

$$\begin{array}{c} \text{escravatura} - \text{escravaria} - \text{cativo} - \text{servidão} \\ \perp \\ \text{estado} - \text{condição} - \text{escravidão} \end{array}$$

Definição 2: **Falta de liberdade; sujeição, dependência, submissão, servidão, escravatura**: *Os empregados daquela usina queixavam-se de viver na e s c r a v i d ã o*. De início, temos a determinação pela antonímia de **escravidão** como sendo **falta de liberdade**, ou seja, quem está na escravidão, não está liberto. Separado por ponto-vírgula, mostrando uma não ligação, temos cinco determinações por substituição de **escravidão** que são sinónimas entre si, são elas: **sujeição, dependência, submissão, servidão e escravatura**. Vejamos então o DSD da definição 2:

sujeição – dependência – submissão – servidão – escravatura

⊥

escravidão

liberdade

Ainda dentro da Definição 2, na cena enunciativa, temos o enunciador individual, novamente com um exemplo sem referência do que seja a escravidão com a citação em itálico e separada pelo uso dos dois pontos representando um exemplo: *Os empregados daquela usina queixavam-se de viver na e s c r a v i d ã o*. Podemos perceber que é a segunda vez, dentro dos exemplos trazidos pelos dicionários analisados, que a escravidão é descrita como similar a um tipo de trabalho, primeiro tratavam-se das criadas, depois dos empregados de uma usina, isto mostra um certo conhecimento do que seja a escravidão e de um trabalho análogo à ela.

Vejamos a cena enunciativa:

L (Aurélio) - *locutor-lexicógrafo*

E0: Falta de liberdade – *enunciador universal*

E1: Os empregados daquela usina queixavam-se de viver na escravidão – *enunciador individual*

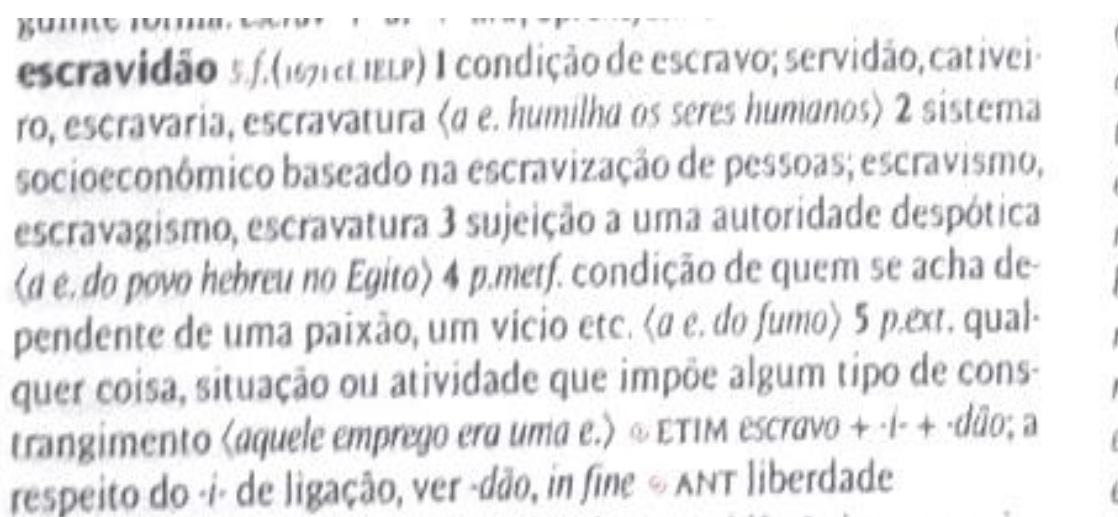
Definição 3: **Regime social de sujeição do homem e utilização de sua força, explorada para fins econômicos, como propriedade privada; escravatura.** Pela primeira vez, podemos dizer que é no dicionário Aurélio (1975) que o termo **escravidão** é determinado pela definição e expansão de **Regime social de sujeição do homem e utilização de sua força, explorada para fins econômicos, como propriedade privada**. Essa é a definição que, até o momento, fala sua escravidão como se fosse uma descrição técnica do que o termo significa, sem juízo de valor, apenas serve para explicar ao leitor (que é o público geral), o que se trata o termo escravidão, enunciada no modo de dizer universal, como se estivesse fora da história.. Entretanto, esta acepção atualiza no presente do acontecimento a escravidão ressignificada a partir do discurso capitalista ao reescrevê-la por definição como **Regime social de sujeição e força explorada para fins econômicos, como propriedade privada** pois esta definição atribui *valor* ao trabalho que é apropriado/explorado, sem se dizer por quem, como uma propriedade privada. Parece estar sendo rememorado aí o conceito de mais valia da

teoria marxista para sustentar essa reescritura por definição. Esse regime social é algo não natural, ou seja, é uma construção que se deu dentro de determinadas sociedades (uma delas o Brasil), no qual se utilizou de determinada mão-de-obra explorada indevidamente. De forma complementar, temos a determinação por substituição de **escravidão** por **escravatura** mais uma vez. Vejamos o DSD da Definição 3:

regime social
⊥
escravatura | **escravidão**

4.8 Análise 8

Enfim, vejamos a Versão Impressa do Dicionário Houaiss da língua portuguesa do *Instituto Antônio Houaiss* (2001):



escravidão *s. f.* (1671 cf. IELP) 1 condição de escravo; servidão, cativoiro, escravaria, escravatura (<a e. humilha os seres humanos> 2 sistema socioeconômico baseado na escravização de pessoas; escravismo, escravagismo, escravatura 3 sujeição a uma autoridade despótica (<a e. do povo hebreu no Egito> 4 *p. metf.* condição de quem se acha dependente de uma paixão, um vício etc. (<a e. do fumo> 5 *p. ext.* qualquer coisa, situação ou atividade que impõe algum tipo de constrangimento (<aquela emprego era uma e.> ◊ ETIM escravo + -i- + -idão; a respeito do -i- de ligação, ver -dão, in fine ◊ ANT liberdade

Transcrição do verbete:

escravidão *s. f.* (1671 cf. IELP²⁶) 1 condição de escravo; servidão, cativoiro, escravaria, escravatura <a e. humilha os seres humanos> 2 sistema socioeconômico baseado na escravização de pessoas; escravismo, escravagismo, escravatura 3 sujeição a uma autoridade despótica <a e. do povo hebreu no Egito> 4 *p. metf.* condição de quem se acaha dependente de uma paixão, um vício etc. <a e. do fumo> 5 *p. ext.* qualquer coisa, situação ou atividade que impõe algum tipo de

²⁶ Esta referência é a única coisa que difere da versão digital e impressa e não encontramos esta informação na parte de datação do prefácio tanto impresso quanto digital.

constrangimento <*aquele emprego era uma e.*> • ETIM *escravo* + *-i-* + *-dão*; a respeito do *-i-* de ligação, ver *-dão, in fine* • ANT *liberdade*

Temos a palavra entrada **escravidão** precedida de sua classificação gramatical de substantivo feminino e entre parentesis a sua datação de 1671. Após isto há 5 definições separadas por númeos do que é a **escravidão**. A primeira delas é **condição de escravo** seguido de ponto-vírgula por **ervidão, cativeiro, escravaria e escravatura** (separados por vírgula) e em seguida o exemplo, entre os símbolos < >, *a e. humilha os seres humanos* em que *e.* significa **escravidão**. A segunda definição é **sistema socioeconômico baseado na escravização de pessoas** separado por ponto-vírgula de **escravismo, escravagismo e escravatura** (separados entre si por vírgula). A terceira é **sujeição a uma autoridade despótica** e o exemplo, entre < >, *a e. do povo hebreu no Egito*. A quarta definição trata-se de um sentido metafórico que significa **condição de quem se acaha dependente de uma paixão, um vício etc.** e o exemplo *a e. do fumo*. A quinta e última definição também se trata de um sentido específico, a extensão, no qual significa **qualquer coisa, situação ou atividade que impõe algum tipo de constrangimento** exemplificada por *aquele emprego era uma e*. Terminando temos a formação etimológica da palavra **escravidão** que vem do substantivo *escravo* acrescido da vogal de ligação *-i-* e o sufixo *-dão*. Por fim temos a antonímia de **escravidão** com *liberdade*.

Tendo a versão online o mesmo conteúdo, somente organizado de maneira diferente, vamos analisá-los em conjunto. Segue abaixo a Versão digital do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa do *Intstituto Antônio Houaiss* (2009):

escravidão *Datação: 1671*

Acepções

■ substantivo feminino

- 1 condição de escravo; servidão, cativo, escravaria, escravatura
Ex.: *a e. humilha os seres humanos*
- 2 sistema socioeconômico baseado na escravização de pessoas; escravismo, escravagismo, escravatura
- 3 sujeição a uma autoridade despótica
Ex.: *a e. do povo hebreu no Egito*
- 4 Derivação: por metáfora.
condição de quem se acha dependente de uma paixão, um vício etc.
Ex.: *a e. do fumo*
- 5 Derivação: por extensão de sentido.
qualquer coisa, situação ou atividade que impõe algum tipo de constrangimento
Ex.: *aquele emprego era uma e.*

Antônimos | Etimologia

liberdade

Antônimos | Etimologia

escravo + - + -dão

Transcrição do Verbete:

Escravidão *Datação 1671*

Acepções

substantivo feminino

1 condição de escravo; servidão, cativo, escravaria, escravatura

Ex.: a e. humilha os seres humanos

2 sistema socioeconômico baseado na escravização de pessoas; escravismo, escravagismo, escravatura

3 sujeição a uma autoridade despótica

Ex.: a e. do povo hebreu no Egito

4 Derivação: por metáfora.

condição de quem se acha dependente de uma paixão, um vício etc.

Ex.: a e. do fumo

5 Derivação: por extensão de sentido.

qualquer coisa, situação ou atividade que impõe algum tipo de constrangimento

Ex.: aquele emprego era uma e.

Antônimos

Liberdade

Etimologia

escravo + -i- + -dão

Na versão digital o conteúdo é o mesmo, só está organizado de maneira separada o que facilita a leitura e interpretação do verbete, mesmo que esta não seja a forma característica na qual estejamos acostumados. Faremos a análise por cada parte apresentada do que seja a **escravidão** nos dicionários do Instituto Houaiss.

Definição 1: **condição de escravo; servidão, cativo, escravaria, escravatura** *Ex.: a e. humilha os seres humanos.* Nesta definição temos **escravidão** sendo determinada por substituição **condição de escravo** – podemos notar que o termo **estado** agora não está mais presente. Em seguida, separado por ponto-vírgula, temos a determinação de **escravidão** pelas substituições por sinónimas entre elas (o uso da vírgula reforça isso) de **servidão, cativo, escravaria, escravatura** – termos estes já vistos anteriormente – e o exemplo *a e. humilha os seres humanos*. Vejamos o DSD da Definição 1:

servidão – cativo – escravidão – escravatura
 ⊥
 condição de escravo – **escravidão**

Temos nesta definição algo interessante pois temos o termo **escravo** e sua condição que é estar na **escravidão** e esta posição **humilha** (característica negativa) o **ser humano** sendo este o primeiro a mencionar o escravo como um ser igual aos outros, ou seja, ele é humano como os demais, mas a escravidão o humilha. Percebemos este valor dentro da cena enunciativa apresentada pelo locutor-Instituto e na sua divisão entre enunciador-universal e enunciador-individual:

L (Instituto Houaiss) - *locutor-lexicógrafo*

E0: condição de escravo – *enunciador universal*

E1: a e. humilha os seres humanos – *enunciador individual*

Definição 2: **sistema socioeconômico baseado na escravização de pessoas; escravismo, escravagismo, escravatura**. Temos aí uma reescrituração por definição de caráter científico/técnico, enunciado por um enunciador universal, mas traz o memorável político e econômico já que **escravidão** é reescrita por **sistema socioeconômico baseado na escravização de pessoas**, que podemos recuperar o memorável – mesmo que não de maneira direta – de que durante séculos a economia do Brasil vinha de mão-de obra escrava, ou seja, isto gerava lucro para Portugal colonizador. Separado por ponto-vírgula, temos o sentido de **escravidão** sendo determinado pelas substituições sinônimas entre si pelo uso da vírgula, de **escravismo, escravagismo e escravatura**, lembrando que **escravatura** é considerada um tráfico dos negros, o que apresenta a visão moderna sobre a **escravidão**. Vejamos o DSD:

escravismo – escravagismo – escravatura
 ⊥
 sistema socioeconômico – **escravidão**

Definição 3: **sujeição a uma autoridade despótica Ex.: a e. do povo hebreu no Egito**. Vemos novamente o termo **sujeição** sendo utilizado para determinar o sentido de **escravidão** mas agora tratando de uma definição especificada como **uma autoridade despótica**, ou seja, já temos uma visão histórica-social de caráter negativo

pois a **escravidão** se trata de um autoritarismo. Como exemplo podemos recuperar pelo memorável tanto o sentido religioso cristão quanto histórico pois trata-se na escravidão do povo hebreu no Egito, temos na cena enunciativa, sendo o enunciador o mesmo – universal por se tratar de um fato histórico – o locutor sai da sua posição de lexicógrafo e assume, com este exemplo, a posição de religioso ou historiador, ou seja, o sentido religioso e histórico ainda são fortes descritores do dicionário, antes trazido por Bluteau com necessária a libertação dos índios de suas crenças escravizadoras, agora, no Instituto Houaiss tem-se a necessidade de libertar o povo do trabalho escravo e da não liberação religiosa.

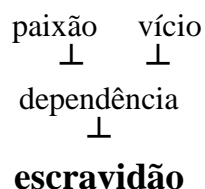
L (Instituto Houaiss) - *locutor-lexicógrafo*

E0: sujeição a uma autoridade despótica – *enunciador universal*

L (Instituto Houaiss) – *locutor/religioso-historiador*

E1: a e. do povo hebreu no Egito – *enunciador universal*

Definição 4: **Derivação: por metáfora. condição de quem se acha dependente de uma paixão, um vício etc. Ex.: a e. do fumo.** Temos neste caso uma determinação por definição, contudo, por se tratar de uma metáfora, é entendida também como uma especificação do sentido de **escravidão** por **condição de quem se acha dependente de uma paixão, um vício etc.** – sendo aqui paixão e vício enumerações da **dependência**. Este sentido específico mostra o uso do que se entende por **escravidão** na atualidade como sendo destinado não só ao trabalho desumano, mas também a sentidos de subordinação a outros termos bons como o amor e ruins como o vício. Na cena enunciativa temos o *enunciador individual* com o exemplo de dependência do fumo. Vejamos o DSD e a cena enunciativa:

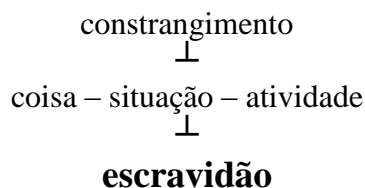


L (Instituto Houaiss) - *locutor-lexicógrafo*

E0: condição de quem se acha dependente de uma paixão, um vício – *enunciador universal*

E1: a e. do fumo – *enunciador individual*

Definição 5: **Derivação: por extensão de sentido. qualquer coisa, situação ou atividade que impõe algum tipo de constrangimento** Ex.: *aquele emprego era uma e*. Temos então uma determininação de **escravidão** por expansão das enumerações sinônimas **coisa, situação** ou **atividade** que gera algum tipo de **constrangimento**. No exemplo temos novamente, assim como apresentados em dicionários anteriores nesta dissertação, a associação da **escravidão** com os trabalhos modernos – vemos isto na cena enunciativa do enunciador individual. Vejamos o DSD e a cena enunciativa:



L (Instituto Houaiss) - *locutor–lexicógrafo*

E0: qualquer coisa, situação ou atividade que impõe algum tipo de constrangimento – *enunciador universal*

E1: aquele emprego era uma e²⁷ – *enunciador individual*

Para terminar, temos como determinação por substituição por antonímia de **escravidão** por **liberdade**. DSD:

escravidão
liberdade

Temos então, no dicionário Houaiss, que a **escravidão** é exemplificada pelos sentidos históricos/religiosos, do vício/dependência e como maneira de dizer sobre os trabalhos atuais, contudo, não temos menção do período escravocrata do Brasil.

²⁷ Este e é uma abreviação de **escravidão**.

Considerações Finais

Para melhor entendermos as conclusões desta dissertação, vamos retomar quais são seus objetivos. Um deles foi analisar se com o final da **escravidão**, os sentidos e usos desta palavra mudaram, e de acordo com isso o que significa e significou a **escravidão**. O que, de acordo com os dicionários, significou e significa **escravidão**? Qual sociedade se apresenta descrita no dicionário? Também procuramos entender como o dicionário funciona através de suas descrições do termo **escravidão**.

De início as definições dos dicionários parecem não apresentar muitas mudanças, mas quando olhamos para as análises podemos perceber alguns pontos diferentes. Com o dicionário de Bluteau, além da consolidação da língua portuguesa e sua relação com o latim, temos também a perpetuação do discurso da Igreja Católica da época, mais especificamente dos Jesuítas, que estava preocupada com a catequização dos índios, mas ou não se importava, ou não tinha voz para falar contra a escravidão dos negros escravos. A escravidão de Vieira referia-se à escravidão dos índios e suas crenças, ou seja, estavam contrários à “liberdade das crenças indígenas” trazida pelo catolicismo. Para o Vieira, ter outra crença era uma forma de escravidão, visão do jesuíta que quer catequisar.

Na primeira edição de Moraes podemos perceber que se trata de uma leitura do dicionário de Bluteau, contudo, o mesmo acrescenta em sua primeira versão um significado sobre o “estado de escravo” que vai se perpetuar por outros dicionários, ou seja, há uma relação com Bluteau, mas também há um novo sentido para a “escravidão”. Essa relação é ainda mais modificada na outra edição analisada do autor, quando o mesmo diz que a escravidão é o estado ou condição do escravo. Ele também apaga a liberdade e com o discurso religioso por não trazer exemplos. Além disso, também exclui o latim, o que já indica uma consolidação da língua portuguesa.

Já em Caldas Aulete, na primeira edição que analisamos, temos uma perpetuação do dizer de Moraes, com estado ou condição de escravo, mas há um distanciamento do que Bluteau pensava na relação entre cativo e servidão, na edição mencionada, cativo se encontra sozinho e servidão é condição ou estado do escravo. Na quarta edição de Caldas Aulete, que analisamos, ela se assemelha à primeira, mas acrescenta informações importantes sobre a servidão, neste dicionário a escravidão é voltada ao sertão e quem a este pertence, ou seja, às pessoas não civilizadas.

No dicionário de Cândido de Figueiredo temos uma mudança, não há a formação da palavra como anteriormente, mas a acepção continua sendo a condição de escravo, cativo. Uma análise mais profunda nos faz entender o memorável da pós-escravidão trazido por Paula Machado (2007) em sua dissertação de mestrado ao citar a obra *Branços e Negros em São Paulo* de Bastide e Fernandes (1959) – publicada 33 anos após o dicionário de Cândido Figueiredo – na qual se fala que os negros da região, com a chegada dos imigrantes europeus, foram deixados nas posições sociais menos abastadas, sendo o serviço de criada da época muitas vezes realizado pelos negros, o que, neste fato, mostra uma relação do dicionário com as condições sócio-históricas da sua época. O dicionário traz como vemos a voz das criadas, numa voz coletiva que indica que os trabalhos que antigamente eram feitos por escravas continuam a acontecer de forma semelhante à época da escravidão. Contudo, a escravidão é algo tão evidente que parece não ser necessário falar sobre sua antiga existência no Brasil. Essa situação permanece igual no dicionário de Laudelino Freire em 1939.

Com Antenor Nascentes, em seu dicionário de (1964), já em plena época da ditadura, temos um pouco da retomada de Moraes (1889) para o público culto e inicialmente destinado à Academia Brasileira de Letras. Neste dicionário temos a menção do escravo, mas o que antes era algo também ligado a cativo e servidão, agora não passa de uma simples descrição da pessoa que se encontra no estado ou condição de escravo, representando então a escravidão. Com essas modificações feitas por Antenor Nascentes, a escravidão não passa apenas de uma descrição de como se encontra o escravo e não sobre como isso representou um período de mão-de-obra do Brasil.

No dicionário de Aurélio (1975) é que encontramos as maiores diferenças tanto na sua forma de diagramação, quanto no conteúdo e público leitor. Temos as definições separadas atribuem um sentido ao que se entende por escravidão e esses sentidos podem ou não dialogar entre si. Este dicionário, cujo público é o leitor em geral, apresenta sua definição de maneira a não possuir um juízo de valor, como o que se espera de uma visão inicial dos instrumentos de gramatização, mas sabemos que suas construções são sócio-históricas e de uma determinada maneira, mesmo fazendo o uso de uma descrição científica, quando o locutor-lexicógrafo menciona o termo escravatura três vezes durante a definição, ele apresenta o que a sociedade pensa sobre o regime em sua época de circulação – ou seja, de que se trata de um tráfico.

Para concluir o corpus na versão física e digital do dicionário Houaiss (2001 e 2009) temos a retomada de definições dos dicionários anteriormente mencionados, mas assim como no Aurélio, a descrição é feita com entradas separadas, cada uma representando um sentido isolado do outro. Neste dicionário podemos ver a clássica formação das entradas com o termo em questão, seguido de sua classificação gramatical, definição e no final sua formação etimológica. As definições deste dicionário tendem a ser mais abrangentes, não só apresentando uma descrição de definição científica, mas também especificações do sentido de escravidão que são usadas em outros contextos que não a escravidão dos negros no Brasil. O sentido religioso volta a aparecer, mas ainda não se menciona os africanos e sim o povo no Egito. Somente encontramos uma visão atual do que se pensa sobre a escravidão que se trata de um tráfico, algo proibido na atualidade. Quando mencionado que a escravidão é um sistema socioeconômico temos então a movimentação do capital de uma sociedade, que não considera valores éticos de como é gerado este dinheiro, mesmo que sejam nas condições de trabalho de pessoas escravas, podemos pensar que elas perdem o caráter de pessoas e se tornam um meio de gerar lucro, e mesmo assim a escravidão dos negros no Brasil não é citada.

Se pensarmos no dicionário estruturalmente, podemos encontrar algumas regularidades, temos sempre a palavra entrada, que pode ser seguida de sua informação gramatical, informação etimológica e fonética seguido da sua definição, que pode ou não, conter exemplos. Outro aspecto importante que notamos ao descrever o *corpus* é a utilização da articulação dos sinais gráficos como ponto, ponto-vírgula e vírgula, cujo os seus usos não têm descrita suas funções nos prefácios e índices de sinais, mas que afetam diretamente a significação do termo analisado. Falando especificamente da versão digital do dicionário Houaiss (2009), quando as informações estão separadas por tópicos e com uso de diferentes cores em sua diagramação, o entendimento de sua definição se torna mais simples e rápido de compreender.

Sobre a definição de escravidão esta era feita inicialmente com substituição de palavras, mas, com o passar do tempo foram se tornando sentenças definidoras como estamos acostumados a ver, e de caráter científico também. Contudo, podemos perceber uma parte da história sendo descrita no dicionário. Em todos os dicionários analisados, cada um traz um memorável, ou seja, um recorte histórico diferente, desde Bluetau até Houaiss temos a presença do discurso literário, histórico, científico e do discurso

religioso e capitalista, que fala dos índios e do povo no Egito, contudo em nenhum momento se menciona os pontos negativos da escravidão negra que ocorreu no Brasil, o que temos é um silenciamento deste período de mão-de-obra escrava no país, e, ao não falar sobre o assunto, de certa maneira se concorda com esta posição. O que vemos no dicionário é o período pós-escravidão já que as acepções começam a associar a escravidão como tráfico, todavia, não se tem nenhuma menção direta ao trabalho dos africanos no Brasil a não ser o que podemos retomar pelo memorável sobre o dicionário de Freire (1939). Este silenciamento da história do Brasil nos dicionários pode ser prejudicial, pois, quando não se menciona a história, não se pode aprender com ela, o que colabora para uma cegueira da nossa sociedade para os preconceitos, para o racismo, para as péssimas condições que a maioria dos negros, dos afrodescendentes, vivem, sem acesso a boas escolas, a bons empregos, a boas universidades ou mesmo sem acesso nenhum à educação, a sua marginalização da sociedade.

Percebemos então, com este silenciamento, um processo de naturalização, em nossa história, das condições de vida dos descendentes de escravos com a não menção do período escravocrata no país, e esta dissertação tenta dar voz aos que durante séculos não foram mencionados, especificamente no *corpus* deste trabalho, nos instrumentos de gramatização. Este silenciamento da escravidão, que com o passar do tempo se tornou naturalizado, faz com que o negro seja menosprezado em nossa sociedade até os dias atuais. O lexicógrafo vive dentro deste processo de naturalização que é dada de maneira sócio-histórica, e ao não dizer sobre a escravidão, o mesmo corrobora com o silenciamento e naturalização e assim o significa também. Não há menção da escravidão nos dicionários e não houve reintegração, após a abolição, dos negros em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AULETE; F. J. C. Escravidão. In: _____. **Dicionario Contemporaneo da Língua Portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, p.663.

_____. Escravidão. In: _____. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa CALDAS AULETE**. Rio de Janeiro: Editora Delta S.A. 5 ed. 2. ed. brasileira, 2. v., 1970, p. 1560.

AUROUX; S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

BIDERMAN, M. T. C. Análise de dois dicionários gerais do português brasileiro contemporâneo: o Aurélio e o Houaiss. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. da G. **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. v. 2, Editora UFMS: Campo Grande, MS, 2004, p. 185-200.

BLUTEAU, R. Cativo. In: _____. **Vocabulário Português e Latino**. 1712 - 1728. p. 202. Disponível em: <http://200.144.255.59/catalogo_eletronico/imagemVerbete.asp?Verbete_Codigo=4739&Setor_Codigo=11>. Acesso em: 12 set. 2016.

_____. Escravidão. In: _____. **Vocabulário Português e Latino**. 1712 - 1728. p. 224. Disponível em: <http://200.144.255.59/catalogo_eletronico/imagemVerbete.asp?Verbete_Codigo=16416&Setor_Codigo=11>. Acesso em: 12 set. 2016.

_____. Servidão. In: _____. **Vocabulário Português e Latino**. 1712 - 1728. p. 616. Disponível em:<http://200.144.255.59/catalogo_eletronico/imagemVerbete.asp?Verbete_Codigo=37727>. Acesso em: 12 set. 2016.

FAUSTO; B. A escravidão – índios e negros. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 6. ed., 1998, p. 49-54.

FERREIRA, A. B. H. Escravidão. In: **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1975.

FIGUEIREDO; C. Escravidão. In: **Novo Dicionario da Lingua Portuguesa**. 4 .ed., v.1. Lisboa, Portugal: Arthur Brandão & Cia.. 1926, p. 785.

FREIRE; L. Escravidão. In: **Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa**. v. 1, 3. Rio de Janeiro: Anote. 1939, p. 2278.

GUIMARÃES; E. **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2.ed., 2005.

_____. Domínio Semântico de Determinação. In: _____. **A palavra**: forma e sentido. GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M.C. (Org.). Campinas: Pontes, 2007. p.77-96.

_____. **Análise de Texto**: Procedimentos, Análises, Ensino. Campinas: Editora RG, 2011.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. de M. Escravidão. In: **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

NOGUEIRA; L. Competências: Individual, Coletivo Ou Corporativo? Análise Do Dicionário De Competências – Petrobras. In: **Entremeios**: revista de estudos do discurso. 5. n., jul. 2012, p. 1-10.

NUNES; J. H. **Dicionários no Brasil**: análise e história. Campinas, SP: Pontes Editores – São Paulo, SP: Fapesp – São José do Rio Preto, SP: Faperp, 2006.

OLIVEIRA; S. E. de **Cidadania**; história e política de uma palavra. Campinas: Pontes Editores, RG Editores, 2006.

PAULA MACHADO; C. de P. **A designação da palavra preconceito em dicionário atuais**. Campinas: SP. Dissertação de Mestrado, 2007.

SILVA; A. de M. Escravidão. In: _____. **Dicionario da lingua portuguesa**. 1789, p. 743. Disponível em:<http://200.144.255.59/catalogo_eletronico/imagemVerbete.asp?Verbete_Codigo=63720&Setor_Codigo=11>. Acesso em: 19 de julho de 2017.

_____. Escravidão. In: _____. **Dicionario da Língua Portugeza**. Empresa Literaria Fluminense, 10. ed., 1. v., 1889, p. 815.

TORRINHA F. **Dicionário Latino Português**. Porto Editora Ltda., 1942.

Dicionário Eletrônico Houaiss da língus portuguesa, 3.0, 2009.